CURSO PÓS GRADUAÇÃO GEOGRAFIA - U.F.R.J

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

URBANIZAÇÃO EM MATO GROSSO.
UM EXEMPLO: RONDONÓPOLIS

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO GRÃU DE MESTRE.

TEREZA CONI AGUIAR

RIO DE JANEIRO
1980

TES
G035u

FICHA CATALOGRÁFICA

AGUIAR, TERESA CONI

URBANIZAÇÃO em MATO GROSSO. Um exemplo: Rondonópolis [Rio de Janeiro] 1980.

XV , 177 p. 29,7 cm (Instituto de Geociências - UFRJ, M. SC., Programa de Pós-Graduação em Geografia, 1980).

Tese - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Geociências

1. Transformações das áreas rurais e urbanização numa área de ocupação recente - Mato Grosso - 2 -

Mercado de trabalho e formação do espaço urbano - Rondonópolis - I - IG/UFRJ II - Título (série)

CURSO PÓS GRADUAÇÃO GEOGRAFIA - U.F.R.J

A SÉRGIO que "pouco a pouco, passo a pas
so" com muito amor e crítica acompanhou o
desenrolar deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Desejo expressar meu carinhoso agradecimento à Professora Maria Therezinha S. Soares pela orientação cuidadosa e constante e pelo relacionamento amigo que soube dar ao longo da realização da dissertação da tese.

Agradeço também a Márcio de Souza Stella, Rosângela A. Vilela, Tereza C. G. Góes, Washington M. Abrantes, pelo trabalho de manipulação dos dados e a Olavo, Acendino, Raimundo Luiz, Zezinho, estudantes e filhos de trabalhadores rurais da região, pelo levantamento de dados em Rondonópolis.

A todos os meus amigos que me ajudaram em diferentes etapas e a D. Rosa e à minha mãe que sempre ficavam brincando com Gabriel para que a tese caminhasse, agradeço muito também.

A todas as pessoas que contribuiram com informações de suas vidas e de conhecimento da área, expresso o meu agradecimento.

E, finalmente, registro o meu especial reconhecimento a Edival José da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondonópolis, à época da pesquisa, que com imensa sensibilidade e vivência da área me colocou a par da realidade estudada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. URBANIZAÇÃO NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS 3

1.1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS 3

1.1.1 - Introdução 3
1.1.2 - O Têrmo Urbanização 4
1.1.3 - Avaliação da Aplicação do Modêlo Clássico de Urbanização ao Estudo das Áreas Subdesenvolvidas. . 5

1.2 OBJETIVOS E HIPÓTESES DO TRABALHO 15

1.2.1 - Objetivos 15
1.2.2 - Hipóteses Gerais 15
1.2.3 - Hipóteses Específicas 15

NOTAS 17

2. METODOLOGIA 20

2.1 POSTURA METODOLÓGICA 20

2.2 LEVANTAMENTO DOS DADOS SECUNDÁRIOS 22

2.2.1 - Objetivos 22
2.2.2 - Os Dados Censitários 23
2.2.3 - Justificativa da Escolha das Variáveis 24
2.2.4 - Limitações das Variáveis 25
2.2.5 - Manipulação dos Dados Secundários 25

2.3 LEVANTAMENTO DOS DADOS PRIMÁRIOS 26

2.3.1 - Objetivo do Levantamento 26
2.3.2 - Justificativa da Escolha de Rondonópolis 26
2.3.3 - O Esquema de Amostragem Adotado 27
2.3.3.1 - Os Dados que Fundamentaram a Amostragem . 27
2.3.3.2 - Tamanho da Amostra 28
2.3.4 - Seleção da Amostra 29
2.3.5 - O Questionário 30
2.3.6 - Limitações do Questionário 35
2.3.7 - Manipulação dos Dados Primários 36
NOTAS 38

3. AS TRANSFORMAÇÕES DAS ÁREAS RURAIS E URBANIZAÇÃO NUMA ÁREA DE OCUPAÇÃO RECENTE 39

3.1 O QUADRO RURAL, SUAS TRANSFORMAÇÕES E REPERCUSSÕES NA URBANIZAÇÃO DO ESTADO 40

3.1.1 - Estrutura Fundiária e Uso da Terra 40

3.1.2 - Relações de Trabalho 45

3.2 A IMPORTÂNCIA DO COMPONENTE MIGRATÓRIO NO POVOAMENTO E URBANIZAÇÃO DE MATO GROSSO 56

3.3 O SURTO RECENTE DE URBANIZAÇÃO NO ESTADO 62

3.3.1 - Fluxos Migratórios, Deslocamentos Internos de População e Urbanização 62

3.3.2 - A Formação de uma Incipiente Rede Urbana 63

3.3.3 - O Papel do Setor Terciário na Urbanização 70

NOTAS 77

4. A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE RONDONÓPOLIS 80

4.1 OS PRINCIPAIS ATORES DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM RONDONÓPOLIS 81

4.1.1 - Os Migrantes por Expulsão - Êxodo Rural 81

4.1.2 - Os Migrantes por Atração 87

4.2 O PAPEL DOS ATORES NA URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE RONDONÓPOLIS 93

4.2.1 - Rondonópolis - Um Mercado de Trabalho Urbano Limitado 93

4.2.2 - Mercado de Trabalho Urbano Limitado, mas para quem ? - Os Diferentes Atores da Urbanização de Rondonópolis e o Acesso ao Mercado de Trabalho 95

4.3 RONDONÓPOLIS: UM ESPAÇO URBANO DIFERENCIADO 106

NOTAS 116

5. CONFRONTO ENTRE CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E OBSERVAÇÕES EMPÍRICAS 118

6. BIBLIOGRAFIA 126

APÊNDICES:
1. Tipos de Ocupação 136
2. Tabelas 138
3. Questionário 165
4. Mapa de Mato Grosso 176
5. Relação de Municípios 177

LISTA DE QUADROS

QUADRO	I	- População em Cidades de Mais de 100.000 habitantes - 1800-1970	5
QUADRO	II	- Número de Domicílios em Rondonópolis e Número de Elementos da Amostra	29
QUADRO	III	- Áreas de Litígio em Mato Grosso e Suas Ocorrências	52
QUADRO	IV	- Evolução dos Núcleos Urbanos Superior a 2.000 habitantes Segundo as Categorias de População	69
QUADRO	V	- Ano de Criação das Agências do Banco do Brasil em Mato Grosso	72
QUADRO	VI	- Número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado nos Diferentes Setores de Atividade - 1950 - 1960 - 1970	73
QUADRO	VII	- Ocupação no Bairro Zé Pinto - Cuiabá - 1977	75
QUADRO	VIII	- Utilização das Terras no Município de Rondonópolis	81
QUADRO	IX	- Número de Estabelecimentos e Área Segundo Classes de Área no Município de Rondonópolis 1970 - 1975	85
QUADRO	X	- Condição do Produtor - Arrendatário - 1960 - 1975	86
QUADRO	XI	- Ano que o Migrante Rural chegou à cidade de Rondonópolis, Segundo Condição na Área Rural	88
QUADRO	XII	- Razões de Ter Saído da Área Rural	91
QUADRO	XIII	- Razões de Ter Ido para a Cidade de Rondonópolis	92
QUADRO	XIV	- Razões de Ter Saído da Área Urbana	96
QUADRO	XV	- Número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupados nos Diferentes Setores de Atividades - 1960-1970	97
QUADRO	XVI	- Características Relacionadas a Emprego	99

QUADRO XVII - Tipo de Ocupações dos Migrantes, que Permaneceram com Atividade Rural 100

QUADRO XVIII - Ocupação Atual Segundo a Origem Rural e Urbana nas Vilas e no Centro 105

QUADRO XIX - Tempo na Cidade - Centro e as Vilas 114

QUADRO XX - Características dos Domicílios 115

LISTA DE FIGURAS

FIGURA Nº 01 - Hierarquia de Culturas em Mato Grosso. 43

Nº 02 - Posição dos municípios quanto ao número médio de arrendatários do Estado de Mato Grosso-1960 48

Nº 03 - Posição dos municípios quanto ao número médio de arrendatários do Estado de Mato Grosso-1975 49

Nº 04 - Posição dos municípios quanto ao número médio de posseiros do Estado de Mato Grosso - 1960 53

Nº 05 - Posição dos municípios quanto ao número médio de posseiros do Estado de Mato Grosso - 1975 54

Nº 06 - Fluxo migratório para Mato Grosso segundo Estado de procedência - 1970 58

Nº 07 - Percentual de População não natural do município - 1970 59

Nº 08 - Esboço da Frente de Expansão Mato Grosso do Sul e Mato Grosso 61

Nº 09 - Municípios cujas sedes apresentam população superior a 2.000 habitantes - 1950 65

Nº 10 - Municípios cujas sedes apresentam população superior a 2.000 habitantes - 1970 66

Nº 11 - Origem da população do Centro de Rondonópolis segundo o lugar de nascimento 82

Nº 12 - Origem da população das Vilas de Rondonópolis segundo o lugar de nascimento 83

Nº 13 - Origem do migrante segundo a procedência rural e urbana (vilas e centro) 90

Nº 14 - Posicionamento do Entrevistado face a sua condição de residente urbano e trabalhador rural 103

Nº 15 - Tipos de empregos não qualificados segundo a origem urbana e rural 104

Nº 16 - Ocupação atual nas Vilas e no Centro 107

Nº 17 - A Cidade de Rondonópolis 110

FIGURA Nº 18 - Salários dos Entrevistados no centro da cidade 111

Nº 19 - Salários dos Entrevistados nas vilas 112

LISTA DE TABELAS

TABELA Nº 01 - Lugar do Domicílio Anterior 138

Nº 02 - Situação do Domicílio Atual, Segundo a Procedência Rural e Urbana 139

Nº 03 - População Total Urbana e Rural - 1950 140

Nº 04 - População Total Urbana e Rural - 1960 141

Nº 05 - População Total Urbana e Rural - 1970 142

Nº 06 - Local de Nascimento dos Entrevistados 143

Nº 07 - Local de Nascimento dos Entrevistados - Centro 144

Nº 08 - Local de Nascimento dos Entrevistados, Segundo os Municípios de Mato Grosso - Centro . . 145

Nº 09 - Local de Nascimento dos Entrevistados, Segundo os Municípios de Mato Grosso - Vilas 146

Nº 10 - Entrevistados procedentes de Mato Grosso - Centro 147

Nº 11 - Entrevistados procedentes de Mato Grosso - Vilas 148

Nº 12 - Tempo que o entrevistado deixou a Área Rural - Centro 149

Nº 13 - Ano que o Migrante Rural Abandonou a Ocupação Rural - Vilas 150

Nº 14 - Ano que o Migrante Rural Abandonou a Ocupação Rural - Centro 151

TABELA Nº 15 - Tempo de Permanência do Migrante na Cidade - Vilas 152

Nº 16 - Tempo que o Migrante Deixou a Área Rural - Vilas 153

Nº 17 - Tempo de Permanência do Migrante na Cidade 154

Nº 18 - Razões de Ter o Migrante Deixado a Área Rural - Centro 155

Nº 19 - Razões dos Trabalhadores Rurais e Residentes Urbanos terem Deixado a Área Rural - Vilas 156

Nº 20 - Posição do Entrevistados Quanto à Existência de Parentes na Cidade - Vilas e Centro 157

Nº 21 - Tipos de Interferência na Obtenção de Emprego - Vilas e Centros 158

Nº 22 - Ocupação atual dos Migrantes Rurais Segundo Condição na Área Rural - Vilas 159

Nº 23 - Entrevistados que Possuem Outra Atividade - Vilas e Centro 160

Nº 24 - Entrevistados que Possuem Outra Fonte de Renda - Vilas e Centro 161

Nº 25 - Ocupação Anterior dos Migrantes de Procedência Urbana - Vilas 162

Nº 26 - Ocupação Anterior dos Migrantes de Procedência Urbana - Centro 163

TABELA Nº 27 - Ocupação Realizada na Cidade de Procedência, Segundo o Primeiro Emprego em Rondonópolis - Vilas 164

A pobreza ē o horror da vida.
Se não tivesse pobreza não tinha as coisas.
Porque os ricos não vinham fazer.
- Quem faz os 10 mil sacos de arroz ?
- A pobreza !

Ismael - Arrendatário em Chapada dos Guimarães.

INTRODUÇÃO

O contato direto com as cidades de Mato Grosso (*) mostra uma contradição entre o intenso crescimento dos centros urbanos, ao lado de significativa euforia em torno deste crescimento e por parte de uma fração da população que se encontra em processo de enriquecimento, ao mesmo tempo, uma parcela expressivamente maior de população vivendo em condições de extrema miséria. Desde então, pareceu claro a incapacidade destas cidades de absorver o fluxo migratório que para elas se dirigiram.

Além disso, a situação da área rural, também, apresenta contradição semelhante — euforia com relação à grande produção e ocupação de novas áreas, por parte dos grandes produtores e representantes das empresas agropecuárias, enquanto inúmeras famílias vão sendo expulsas do campo ou sendo empregadas em condições precárias.

Esse quadro rural-urbano marcado por estas contradições, além do fato de o Estado de Mato Grosso compreender áreas cujo processo de urbanização praticamente se iniciou nesta década e cujos centros urbanos vêm apresentando rápido crescimento, além do expressivo número de novos núcleos, despertou e definiu em termos concretos uma pesquisa sobre a urbanização no Estado.

A carência de trabalhos que focalizem a urbanização nos países subdesenvolvidos como um fenômeno próprio com características diferentes das que ocorreram nos países ocidentais, despertou, em termos teóricos, um estudo ligado ao tema.

A urbanização é um fenômeno que apresenta múltiplos aspectos, entretanto, para a área, a questão — absorção da mão-de-obra na cidade — foi a que se apresentou como crucial por envolver um número expressivamente grande de pessoas que não conseguem ser absorvidas pelo mercado de trabalho na cidade, ou o são em condições precárias, o que resulta em sérios problemas e questões sociais. Sobre estes aspectos, Rondonópolis se define como aquela cidade onde estes problemas já se tornaram alarmantes, atingindo mesmo a imprensa falada e televisada do Estado, à época deste estudo.

(*) O trabalho refere-se ao atual Estado de Mato Grosso, cuja capital é a cidade de Cuiabá, correspondendo à porção norte (acima do paralelo 16º) do antigo Estado de Mato Grosso antes da divisão em 1977.

O desenvolvimento da pesquisa constou de cinco partes, nas quais se procurou compreender a urbanização em Mato Grosso e o caso de Rondonópolis. Na primeira parte abordou-se os enfoques teóricos pertinentes ao tema, procurando-se mostrar a importância de se buscar um modelo calcado nas realidades estudadas e fugir aos modelos concebidos em sociedades diferentes das que se pretende estudar.

O segundo tópico constou da metodologia, onde se definiu e justificou a postura adotada frente à área estudada e o problema que se havia detectado. Foi nesta parte que foram apresentadas as etapas desenvolvidas para atingir os objetivos do trabalho.

Na terceira parte estudou-se a urbanização de Mato Grosso à luz das transformações que uma área de ocupação recente vem passando, procurando neste ítem mostrar, através da análise do quadro rural, sua importância no estudo do processo de urbanização. Além disso, mostrou-se, também, o papel do componente migratório na urbanização de uma área que vem sendo povoada, o surto de urbanização verificado no Estado, o setor de atividade responsável pelo referido processo e as suas repercussões no espaço, exemplificada, dentre outras, pela formação de uma incipiente rede urbana.

Quanto ao estudo particular da cidade de Rondonópolis, tentou-se distinguir os principais atores do processo de urbanização nesta cidade, através das causas que os levaram a migrar e a se dirigir para Rondonópolis. Foi visto, também, a absorção destes atores nesta cidade, cujo mercado de trabalho vem se apresentando bastante limitado. Da mesma forma, procurou-se verificar as repercussões do desigual acesso ao mercado de trabalho, bem como suas conotações espaciais dentro da cidade, compondo a quarta parte do trabalho.

Finalmente, a quinta e última parte remete às considerações teóricas, através de um balanço crítico entre estas e as observações empíricas verificadas. Concluindo-se que a compreensão da realidade é a finalidade básica de qualquer pesquisa geográfica e que a escolha do esquema teórico-metodológico a ser utilizado deve ser feita em função da mesma, de acordo com o tema proposto, optando-se sempre por esquemas que sejam os mais apropriados para atingir este fim.

1. A URBANIZAÇÃO NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

1.1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

1.1.1 Introdução

A urbanização dos países do 3º mundo é um dos fenômenos mais característicos de nossa época. O elevado número de pessoas envolvidas, o rítmo acelerado em que atualmente se processa e os graves problemas sociais que a ele se prendem, deveriam justificar um corpo de trabalho de caráter empírico ou teórico, que pudesse contribuir de forma mais efetiva para a compreensão da realidade.

O tema vem sendo abordado, vinculado a diversos ramos científicos, ligado a diferentes filosofias e ideologias. Entretanto a maioria destes trabalhos baseia-se em conceitos e teorias que se fundamentam na premissa de que os países subdesenvolvidos passam por uma "revolução urbana" muito semelhante àquela que caracterizou os países desenvolvidos. Tal pressuposto, vincula-se ainda a um conceito evolucionista, ligado a estágios de desenvolvimento econômico que os países ocidentais passaram, e através dos quais, as sociedades do 3º mundo necessàriamente devem passar, como se todos os processos históricos sociais e econômicos, devessem obrigatoriamente seguir os mesmos caminhos e fossem regidos por uma lei geral.

Tem sido uma das preocupações de Mcgee [1] o interesse em detectar as premissas Teóricas dos Trabalhos elaborados por pesquisadores ocidentais para os países subdesenvolvidos. Para ele, o fato de se considerar a urbanização atual semelhante à dos países industriais, permite uma inferência imediata, que é bastante clara:

"Se a urbanização no mundo subdesenvolvido corresponde àquela do "West", então é possível sugerir que algum tipo de modelo focalizando a experiência ocidental deva ser utilizada para a interpretação do processo de urbanização no Terceiro Mundo". [2]

Esta utilização de modelos teóricos aos países subdesenvolvidos nós a sabemos comum na atualidade brasileira e não apenas no meio geográfico.

A passividade na aplicação dos modelos importados, como se

eles estivessem compatíveis com a nossa realidade, prende-se a uma visão teórica evolucionista, tendo entre outras causas, a carência de uma metodologia própria.

O processo de urbanização nas áreas subdesenvolvidas necessita de análise que o considere um fenômeno próprio, que traga à luz suas características fundamentais, causas determinantes, bem como suas relações com outros processos sócio-econômicos e ainda consequências ou problemas por ele gerados. Basicamente essa análise deve estar vinculada à realidade estudada.

1.1.2 O Termo Urbanização

A urbanização tem sido conceituada de diversas formas, variando, conforme o ponto de vista de cada pesquisador. Pode ser entendida apenas restrita ao crescimento de cidades, ou como mudanças na sociedade [3] ou mesmo como a mudança da população rural para as áreas urbanas. [4] Entretanto, a urbanização pode ser abordada levando-se em consideração todos estes aspectos e aí compreenderá um fenômeno amplo e complexo no qual se verifica a mudança espacial da população, resultando num aumento do número de pontos de população aglomerada, bem como o aumento do tamanho dos pontos já existentes. Este aumento do número de população vivendo em cidades, provém de mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas na sociedade como um todo.

Entretanto, qualquer que seja a definição de urbanização, há uma consonância quanto à forma de medí-la, isto é, quanto ao grau de urbanização, o qual é geralmente entendido como a proporção de população de um país (ou qualquer unidade estatística) que reside em áreas urbanas. [5] Desta maneira, o aumento do grau de urbanização pode ser assumido como indicador do processo de urbanização. O problema, porém começa no momento da decisão sobre a proporção da população urbana em relação à população total, que deva ser considerado como urbanização. Os critérios indicadores são numerosos e muitas vezes arbitrários, por exemplo: o índice de urbanização proposto por Benjamim Higgins [6] e B. Berry [7] é a percentagem de população em localidades de 20.000 habitantes ou mais. Para o primeiro autor "sempre que for possível e conveniente, devemos aplicar o conceito de urbano a centros com população superior a 20.000 habitantes".

Entretanto, o grau de urbanização não deve ser fixado a partir

de critérios arbitrários, porém, de forma que estejam de acordo com "a formação sócio-econômica historicamente dada, no qual tem lugar o processo de urbanização".[8] Assim sendo, o grau de urbanização deve variar de país para país e de região, para região, em uma sociedade determinada. Para o estudo da urbanização de Mato Grosso fixou-se o grau de urbanização como a proporção da população urbana em núcleos superior a 2.000 habitantes. Considerou-se este limite apropriado para um Estado que vem passando por um processo de ocupação recente no qual o crescimento dos pequenos núcleos e aparecimento de novas aglomerações é bastante expressivo.

1.1.3 Avaliação da Aplicação do Modelo Clássico de Urbanização ao Estudo das Áreas Subdesenvolvidas

Os Aspectos Demográficos

A atual urbanização se realiza num rítmo extremamente rápido, e nas últimas décadas tornou-se mais acelerada, o que permitiu que as populações residentes em cidades aumentassem muito mais rapidamente do que a população total. Além desta faceta, a urbanização nos países do 3º mundo, envolve atualmente um número expressivamente maior de pessoas do que a urbanização dos países ocidentais. Exemplificando estes aspectos, observe-se o Quadro I, abaixo:

População em Cidades de mais de 100.000 habitantes - 1800/1970

(milhões de habitantes)

ÁREAS \ ANO	1800	1850	1900	1950	1960	1970
Mundo	15,6	27,5	88,6	313,7	590,0	758,9
Ásia	9,8	12,2	19,6	105,6	203,6	313,6
Europa	5,4	13,2	48,0	118,2	146,9	178,0
África	0,3	0,25	1,4	10,2	20,4	39,5
Américas	0,13	1,8	18,6	74,6	168,9	218,5
Oceania	-	-	1,3	5,1	7,0	9,3

FONTE: Davis, Kingsley - World Urbanization 1950-1970 Vol I Beina Data for Cities, Countries and Regions Population Monograph, Series nº 4 University of California, Berkeley, 1969.

Percebe-se que o rítmo de urbanização na Europa, no período de 1800 a 1850 foi muito menos intenso que o da urbanização na Ásia no período de 1900 a 1950. Além disso, observa-se pelo quadro que o rítmo de urbanização nas últimas décadas foi superior na Ásia e Américas do que o foi na Europa.

Este crescimento brusco de população urbana tem sido em grande parte atribuído ao êxodo rural gerado muitas vezes por razões diferentes das ocorridas nos países desenvolvidos, sendo ainda um dos grandes responsáveis pela crescente urbanização atual. [9]

A maioria dos trabalhos realizados sobre urbanização na América Latina comprova empiricamente que em muitos países a migração rural se constitui no maior componente do crescimento populacional das cidades, nesta parte do globo. Na Venezuela, por exemplo, a urbanização se deu à custa do êxodo rural, cuja razão principal se deveu às condições precárias do mundo rural e à atração exercida pelas cidades em função da economia petrolífera. [10] No Peru, a massa de mão-de-obra de origem rural não teve outra alternativa a acrescentar à ida para as cidades, este processo foi proveniente da crise na agricultura por que passou este país (década de 70). [11] No Brasil, segundo demonstrou Felicia R. Madeira, "a população urbana cresceu nestes vinte anos sobretudo por um processo migratório". [12]

Entretanto, ao contrário dos países industrializados cujo crescimento urbano correspondeu a uma diminuição da população rural, os países subdesenvolvidos podem muitas vezes apresentar crescimento da população rural (embora em menor grau) concomitante ao crescimento urbano. Entretanto, a tendência é que à medida em que a população rural vai se transferindo para as cidades, o crescimento vegetativo no campo proporcionalmente vai se tornando menor. No Brasil, segundo Felicia ocorreu este fato, pois nos últimos 20 anos "o efeito da migração sobre o tamanho da população decresceu, isto é, os saldos migratórios acompanharam cada vez menos o crescimento populacional urbano. [13] Entretanto Mato Grosso, no contexto nacional, destaca-se pelos seus amplos vazios demográficos e, portanto, por promissoras oportunidades de receber contingentes populacionais de outras áreas brasileiras, especialmente aqueles onde as pressões sociais são sempre latentes (NE) e/ou onde existe forte pressão sobre a Terra (Sul). Neste sentido, Mato Grosso tem recebido numerosa população que se destina tanto para as áreas urbanas como rurais, sendo por isso ainda expressivo o crescimento rural concomitantemente ao crescimento urbano.

Aspectos Econômicos

A mudança das populações rurais para áreas urbanas tem sido

atribuída a diversos fatores incluindo os de ordem psicológica e pessoal. Entretanto, considera-se que estes fatores são motivos que apenas atuam para determinar o momento da migração e que, na realidade as causas econômicas são as principais responsáveis pelo deslocamento dos indivíduos para as cidades e, por conseguinte, geradoras do processo de urbanização.

Nos países desenvolvidos, o principal traço econômico que acompanhou o deslocamento de população da área rural para a área urbana, foi a passagem de uma economia baseada nas atividades agrícolas para um tipo de economia não agrícola, isto é, industrial. Este fenômeno variou em grau de acordo com as características internas de cada país. Esta mudança na estrutura do emprego, tornou-se fundamental ao nível do desenvolvimento econômico.

A introdução nas atividades agrícolas de uma melhoria tecnológica ligada ao trabalho da terra liberou pessoas que a estas atividades estavam vinculadas, por se tornarem dispensáveis. Entretanto, esta mão-de-obra liberada das atividades agrárias foi deslocada para as cidades que se industrializavam, sendo então, absorvida pelo novo mercado de trabalho que estava em expansão. Com a continuidade do crescimento econômico desta fase, ocorre a expansão das atividades ligadas ao comércio e ao serviço, setores que a partir de então passaram também a absorver mão-de-obra.

Esta revolução econômica historicamente denominada de "Revolução Industrial" foi a base do desenvolvimento econômico dessas sociedades que se encontravam em outro momento histórico e em outra conjuntura mundial, bem como da urbanização que caracterizou a época.

Desta forma, a urbanização passou a ser entendida no Ocidente em termos de sua estreita correlação com a industrialização e o crescimento econômico, norteando um corpo de trabalhos que nesta visão teórica se fundamenta (Berry, B., Higgins, B., Sjoberg, Lampard), Neste enfoque, a cidade é vista como pólo impulsionador do crescimento econômico e difusora de inovações, por conseguinte, de desenvolvimento. Os trabalhos nesta visão colocam a cidade como uma variável independente, sendo os outros fatores dependentes dela.

Nos estudos de urbanização do 3º mundo, os pesquisadores apoiados no enfoque econômico clássico, analisam estas sociedades partindo do pressuposto de que nestes países está se dando a repetição da experiência ocidental quanto à sequência na mudança de ocupação. Entretanto, tal proce

dimento analítico não viabiliza uma compreensão da realidade, uma vez que, "a condição de subdesenvolvimento do 3º mundo tem sido originada pelo impacto do capitalismo e somente pode ser entendida através do seu contínuo relacionamento com este sistema". [14] Trata-se, por conseguinte, de outro cenário internacional que sem dúvida alguma, repercute no crescimento urbano, dando ao processo de urbanização novas facetas e peculiaridades. [15]

Como se sabe, a América Latina depois da Segunda Guerra Mundial se estruturou sob o efeito das novas formas de dominação econômica ditadas pelo regime capitalista. Este período caracteriza-se pela inversão de capital internacional portanto, pela dependência financeira, além da dependência tecnológica.

Estas transformações se dão graças à atuação de capital privada nacional aliado às empresas multinacionais, as quais ao tomarem decisões econômicas, o fazem a nível mundial e, portanto, não levam em consideração a própria vida econômica e social desses países. Tal processo só foi possível graças ao papel que o Estado assumiu, viabilizando, quer por ajuda técnica, econômica ou política, a plena ação de tais empresas.

Desta forma, gradativamente se dá a modernização nos setores produtivos desses países. O Setor Secundário cada vez mais agiliza o setor moderno, reduzindo, assim, a capacidade de absorção de mão-de-obra. A expansão da indústria se dá de forma concentrada, geralmente localizando-se em grandes cidades e sobretudo em áreas metropolitanas. E, caracteriza-se conforme assinalou Castells por produzir um impacto maior nestas sociedades que se encontravam debilmente urbanizadas. [16]

Na área rural, a expansão do capitalismo vem alterando as relações de trabalho através da modernização da atividade agrícola. Paralelamente, o fenômeno industrial se processa espacialmente concentrado. Estes dois fatos, trazem como consequência, por um lado, a expulsão de população das áreas rurais, e por outro, a ida desta população para cidades industriais ou não, cuja capacidade de absorção de trabalho é inferior à demanda. Neste caso, a saída de uma população em direção à cidade pode ser atribuída a "fatores de mudanças" que afetando determinadas áreas em função da introdução de relações de produção capitalista, acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a consequente redução do nível de emprego. [17]

Não tendo, porém, o capitalismo no campo se expandido de forma homogênea, a agricultura vem sendo afetada por este processo em tempo e espaços diferentes. Desta forma, o êxodo rural pode se originar de áreas tradicionais, que ainda não sofreram o impacto da penetração capitalista e que se caracterizam pela existência de relações de trabalho arcaicas. Podem ser áreas que apresentam crescente pressão populacional sobre a terra, quer por ser inaproveitável, quer pela má distribuição da mesma. Estes fatores tomados em conjunto foram denominados por Paul Singer de "fatores de estagnação". [18] Neste caso, a vida nas áreas rurais não proporciona níveis de vida que sejam suficientes para garantir a sobrevivência destas populações.

Assim sendo as populações expulsas do campo, seja por fatores de "mudança" ou "estagnação", encontram como únicas opções de destino as áreas agrícolas recentes, ou as cidades.

No Brasil, entretanto, apesar da disponibilidade de terras e da formação recente de frentes pioneiras, estas não têm significado uma retenção da população rural e, ao contrário, podem se constituir como áreas de expulsão de população. Este fato se deve ao próprio processo pelo qual se realiza a ocupação destas áreas. As terras da Amazônia brasileira, nas quais se inclui o Estado de Mato Grosso foram atingidas pela expansão do capitalismo a partir de, aproximadamente, 1968. A implantação deste sistema se deu através de atividades que reduziram mão-de-obra, como a pecuária ou a agricultura mecanizada em grandes propriedades. Desta forma, num primeiro momento esta porção do território funcionou como "área de atração" em termos nacionais, levando populações de diferentes partes do país, que encontraram, por certo período, trabalho nas áreas rurais. Esta fase correspondeu à implantação dos projetos agropecuários. Num segundo momento, reduziu-se a necessidade de mão-de-obra e estas áreas tornaram-se áreas, também, de expulsão de população. Este processo vai se realizando até o momento em que a cidade é a única opção.

As causas do deslocamento da população rural para a cidade podem, portanto, ocorrer por razões semelhantes ou diferentes da "revolução urbana" dos países ocidentais: a diferença entretanto, está na forma como esta população migrante (independente dos fatores que a levaram a migrar) é absorvida pelo mercado de trabalho urbano. No passado, a cidade absorveu significativa parcela da população rural no mercado urbano que se industrializava, apesar das cidades do século XIX, no início da era industrial apresentarem péssimas condições de habitação e higiene. Hoje, a urbanização nos países em desenvolvimento ocorre de forma muito mais rápida que a

expansão da indústria e, como consequência, se realiza uma passagem direta do setor agrícola para o setor terciário [19] ou se dá a localização do trabalhador rural na cidade devido a condições que serão apresentadas posteriormente. Apesar das conquistas no terreno da higiene e da infra-estrutura urbana, há um descompasso entre o desenvolvimento econômico do país e o crescimento urbano que vai gerar também péssimas condições de vida para os que correm para a cidade e não possuem poder aquisitivo para se localizarem nas áreas dotadas de todos os equipamentos modernos. A terciarização é, então, considerada uma das principais responsáveis pela urbanização atual da maioria das cidades dos países subdesenvolvidos, além da industrialização.

O fenômeno da terciarização nos países subdesenvolvidos tem sido observado por inúmeros pesquisadores. Francisco de Oliveira, por exemplo, observa que o setor terciário configura-se como o setor que mais tem absorvido os aumentos de força de trabalho no Brasil. Segundo o autor, tendo o capitalismo se expandido no Brasil com base numa acumulação capitalista pobre, as cidades onde se implantaram os estabelecimentos fabris não possuiam as condições de serviços e infra-estrutura necessárias à industrialização, desta forma "tal contradição é resolvida mediante o crescimento não capitalista do setor terciário." [20]

Essa argumentação tenta explicar que "o terciário na forma em que se dá absorvendo crescentemente a força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbana adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil; não se está em presença de nenhuma "inchação", nem de nenhum segmento marginal na economia, [21] conforme explicitação dos teóricos do subdesenvolvimento.

Castells, por sua vez, tenta mostrar que essa população flutuante, desempregada, "exército de reserva" de uma indústria inexistente, é a base do crescimento urbano verificado hoje nos países subdesenvolvidos e,que deve ser entendida como uma resultante das relações de dominação e dependência, isto é, segundo a lógica da penetração de uma estrutura social, por outra. Para ele o emprego no setor industrial nas cidades dos países subdesenvolvidos é pouco numeroso e a atividade da maior parte da população das cidades varia entre o comércio, os transportes, agricultura e serviços diversos. Acresce, ainda, uma massa considerável de desempregados geralmente oriundas do campo, que não encontram uma função específica na sociedade urbana, após ter rompido os seus laços com a sociedade rural. Observa, que o rítmo da urbanização é superior ao da industrialização e que esta não gera um acréscimo de emprego à população urbana, sendo, por conseguinte, a urbanização destas áreas pautada no setor terciário e diferente da urbanização dos países oci-

dentais. Todo este processo, entretanto, resultaria do papel que as sociedades subdesenvolvidas — dependentes — assumiriam no panorama internacional, ao qual estão ligadas. [22]

Entretanto, Castells tem sido criticado, cita-se por exemplo, Paul Singer para o qual "seria curioso imaginar um capitalismo autônomo ou não capaz de impedir que os benefícios do desenvolvimento favorecessem uns poucos em detrimento da grande maioria." [23] Desta forma, compreende-se que não se deve unicamente computar à dependência dos países subdesenvolvidos todos os problemas gerados por uma urbanização, onde pesaram os fatores históricos, como os de terem chegado tardiamente ao cenário internacional. Estes países sofreram todo um processo de mudança em sua estrutura social, econômica e espacial de uma forma concentrada num curto período de tempo.

Para Paul Singer, a urbanização no Brasil pode ser considerada a partir do processo de mobilização do exército industrial de reserva de uma economia de subsistência pré-capitalista. Segundo o autor, o desenvolvimento capitalista da economia brasileira foi fortemente caracterizado por esta mobilização, dando origem a uma numerosa força de trabalho, pouco qualificada, cuja defasagem entre o custo de mão-de-obra qualificada e não qualificada explica, entre outros, o grande volume de trabalhadores nos serviços domésticos. [24]

Milton Santos considera que o progresso tecnológico atual cria na indústria apenas um número limitado de empregos, enquanto que, paralelamente, a agricultura também se moderniza expulsando trabalhadores rurais. Estes fatos, segundo o autor, vêm explicar o êxodo rural e a chamada urbanização terciária — "alta percentagem de população fica sem atividade e sem salário permanente, o que por sua vez resulta na deteriorização do mercado de trabalho." [25]

Na América Latina há "indícios substanciais de que durante as últimas décadas, o rítmo de urbanização foi mais acelerado do que seria exigido pelo rítmo correspondente de industrialização." [26] Sobretudo que o impacto de industrialização não corresponde a uma elevação de empregos, tendo como consequência uma urbanização cujo conteúdo social é diferente do que ocorreu nos países ocidentais.

No Brasil, mesmo em áreas em que parece haver estreita relação entre industrialização/urbanização, como é o caso do Estado de São Paulo, o modelo ocidental clássico deve ser aplicado com reservas. Conforme desmonstrou Nice L. Muller "nem sempre os núcleos mais industrializados foram os que mais cresceram, por outro lado nem sempre os não industrializados ficaram estagnados". [27] Deduz-se, então, que a industrialização, como fator

direto de crescimento urbano, tem somente valor relativo: outros fatores evidentemente ligados ao setor terciário agiram com a mesma ou maior importância, conforme o caso". Complementando Muller, acrescenta-se a mudança de moradia da população ligada ao setor primário como um dos fatores de crescimento urbano atual no Brasil.

Pode, no entanto, ocorrer que a expansão do setor terciário seja proveniente da industrialização, sendo este fator atuante indiretamente no processo. Para Reissman, a indústria, como fator de urbanização, não significa somente a expansão de cidades onde estão localizadas as fábricas. Muitos centros urbanos podem não ter estabelecimentos fabris, porém, se desenvolveram à custa da industrialização.[28] Nice Muller para esta situação, cita as cidades de Guaratinguetá, Taubaté, Cruzeiro e Jacareí, no Vale do Paraíba Paulista, onde o setor terciário pode ter se expandido graças ao efeito da industrialização. Entretanto, a mesma autora, afirma que "de qualquer forma sem negar à industrialização papel de importância no desenvolvimento das cidades (em São Paulo) . . . não é possível ignorar que o setor terciário, independente ou não da industrialização, também teve atuação no processo."[29] Em Mato Grosso, o aumento do setor terciário das cidades, sem que estasse industrializassem, prende-se à expansão do capitalismo para o campo que atribuiu a determinadas cidades o papel de viabilizadoras dessa expansão, através do fornecimento ao campo de bens e serviços necessários às novas formas de produção rurais.

Além dos fatores de expulsão, que contribuem para o crescimento urbano, certas cidades podem exercer atração para determinada população que vislumbra "oportunidades econômicas". Neste caso, as cidades se constituem em "fator de atração," na medida em que oferecem uma remuneração mais elevada que o migrante perceberia na área de onde provém .[30] Esta característica pode ser percebida na urbanização de Mato Grosso, uma vez que a expansão do capitalismo no campo exigiu uma série de atividades de caráter urbano, que atrairam população de outras cidades, criando um fluxo migratório urbano. Além disso, as áreas de ocupação recente e de expansão de novas atividades exercem sensível atração para aqueles que vislumbram perspectivas de enriquecimento rápido.

Atualmente, os fluxos migratórios, principalmente de origem rural, direcionados às cidades que não se industrializaram, gerados quer por fatores de expulsão (mudanças ou estagnação), quer por fatores de atração tendem a criar no meio urbano uma oferta de trabalho superior à demanda. Neste

caso, pode ocorrer que não encontrando emprego fixo no campo, um número expressivo de trabalhadores rurais estabelecem apenas moradia na cidade, permanecendo com atividade agrícola e não sendo, portanto, absorvidos pelo mercado de trabalho urbano. Embora a cidade cresça numericamente e ocorra uma expansão do espaço urbano, não há para a cidade um alargamento numérico sob o ponto de vista de suas atividades econômicas. Neste caso parcela significativa da população urbana é economicamente dependente do setor rural e não da cidade. Tal fenômeno ocorre praticamente em todo o Brasil, tendo como causas desde introdução da pecuária, mecanização da lavoura, cultivos de determinados produtos que exigem muita mão-de-obra na colheita, até a própria legislação trabalhista que ocasionam a expulsão do trabalhador rural e geram o problema do bóia-fria.

Os desequilíbrios ocorridos no mercado de trabalho na cidade frente à aceleração do movimento migratório não deixam, assim, além da opção para o setor primário já apontado, outras possibilidades de emprego além dos oferecidos pelo setor terciário.

O desemprego completo é muito mais difícil de suportar na cidade, pois não existe a solução de espera que havia no campo, alimentada pela pequena produção de subsistência. Além disso, países subdesenvolvidos não contam com salário desemprego como é comum nas sociedades desenvolvidas. Desta forma, multiplicam-se os empregos terciários em grande parte flutuantes, que não necessitam de qualificação, os quais muitos autores consideram uma desocupação disfarçada, difícil de contabilizar.[31] Realizam-se basicamente através do chamado "terciário refúgio", segundo denominação de D. Lambert constituindo-se de um grande número de indivíduos que independem de capital para realizar suas tarefas. São ambulantes, trabalhadores de construção, pedreiros, serventes de pedreiro e reparação, empregados domésticos, carroceiros, biscateiros, limpadores de quintal, etc. .

Nos países desenvolvidos, a elevada taxa de população empregada no setor terciário, está associada ao desenvolvimento econômico. Verifica-se, mais uma vez, que não se pode transpor para a realidade subdesenvolvida afirmações oriundas de estudos dos países ocidentais, sem que se proceda a uma crítica rigorosa. Conforme ficou demonstrado, o setor terciário nas sociedades subdesenvolvidas, apresenta características completamente distintas do terciário nos países industrializados. Nos países do chamado Terceiro Mundo ressaltam-se problemas de uma urbanização onde os desequilíbrios provenientes de uma oferta de trabalho superior à capacidade de absorção do mercado urbano manifesta-se sob a forma de uma estrutura ocupacional urbana com predomínio de empregados não qualificados,[32] formando uma massa de trabalhadores de baixa renda, com numerosos dependentes. Um quadro que na

realidade se configura, segundo inúmeros outros autores, como marginalidade [33] e pobreza. [34] Desta forma, ao se estudar a urbanização no mundo subdesenvolvido, defronta-se com uma realidade onde estão altamente correlacionados urbanização e pobreza. [35]

Para outros estudiosos do assunto o fato de "parcela da população não ser absorvida pelo mercado de trabalho urbano, ou ser absorvida de forma instável se explica como uma fase transitória que corresponde ao processo de adaptação do migrante ao meio urbano/industrial. Para outros, ainda, a oferta de trabalho superior à demanda seria inerente ao sistema capitalista e formaria um quadro típico de marginalização.

De qualquer forma nos países desenvolvidos a urbanização / industrialização / desenvolvimento econômico, ocorreram de forma correlacionada com um nexo causal. Atualmente, esta correlação para os países subdesenvolvidos é bastante questionável especialmente quando se atenta para o custo social que envolve. A urbanização, assume nos dias de hoje uma complexidade maior, não sendo a experiência ocidental suficiente como material de análise. Da mesma forma a urbanização no Brasil apresenta características próprias, que devem ser buscadas através do conhecimento aprofundado de sua realidade, não sendo, portanto, o modelo clássico de urbanização o instrumento mais indicado.

Acredita-se, outrossim, que surge um novo modelo de urbanização, no qual a parcela significativa da população da área rural penetra em muitos centros urbanos, sem depender deles economicamente e, onde as cidades se expandem sem que haja uma expansão ao nível de emprego, pelo menos, na mesma proporção que a oferta. Deste fato, decorrem sérios problemas e desigualdades sociais dentro das cidades refletindo fortes diferenciações espaciais inter e intra-urbana que por si só justificam a urgência em compreender o processo. Observe-se que tal complexidade de problemas surgem não apenas nas grandes aglomerações mas foi comprovadamente observado em pequenas e médias cidades.

Dentro deste novo modelo de urbanização, que se apresenta a partir dos estudos das áreas subdesenvolvidas, parece fundamental procurar as peculiaridades regionais e locais, a fim de se contribuir melhor para uma compreensão global do atual processo de urbanização. Não se deve esquecer que as cidades devem ser analisadas dentro de uma perspectiva ampla, representando apenas uma parte de um sistema econômico e social, que não é apenas

nacional e sim internacional. Nesse sentido, é importante também que se busque o papel do campo na urbanização, uma vez que este é também afetado por este sistema mais amplo.

1.2 OBJETIVOS E HIPÓTESES DO TRABALHO

Tomando-se como ponto de partida a complexidade e contradições da área estudada e aliando-se a este conhecimento a abordagem teórica exposta, considera-se de relevância as seguintes diretrizes e hipóteses de trabalho:

1.2.1 Objetivos

1º - Contribuir para um melhor conhecimento da urbanização em sociedades subdesenvolvidas;

2º - Testar a validade do corpo teórico-metodológico existente ao caso brasileiro especificamente em Mato Grosso;

3º - Contribuir para uma melhor compreensão da realidade de Mato Grosso em especial no que tange aos aspectos ligados à urbanização.

1.2.2 Hipóteses Gerais

1º - O Estado de Mato Grosso está passando por um processo de urbanização que envolve não só o aumento do tamanho das cidades e do número de pontos de população aglomerada, como também no sentido desse processo ser proveniente de mudanças ocorridas na sociedade como um todo;

2º - A urbanização em Mato Grosso por estar dentro de um contexto de país em desenvolvimento, apresenta aspectos diferentes dos modelos de urbanização calcados na experiência do ocidente industrializado.

3º - A urbanização em Mato Grosso apresenta aspectos peculiares decorrentes da situação do Estado dentro do sistema espacial brasileiro devido à recentidade de sua ocupação rural em moldes capitalistas.

1.2.3 Hipóteses Específicas

1º - A urbanização em Rondonópolis está se processando através de uma passagem direta do setor primário para o setor terciário;

2º - A limitação do setor industrial e do setor terciário em Rondonópolis,

resulta num mercado de trabalho urbano limitado, sendo grando o número de desempregados e empregados em situações precárias;

3º - Na urbanização em Rondonópolis se verifica a existência na cidade de um número expressivo de pessoas dedicadas às atividades do setor primário;

4º - O processo de urbanização em Rondonópolis gerou um tipo de organização do espaço altamente diferenciado em termos sociais e econômicos.

NOTAS

1 - McGee, T.G. - The Urbanization Process in the Third World. Great Britain, ed. Bell Printed, s/d, Cap. I: The Urbanization Process: Western Theory and Third World Reality.

2 - Ibid, p. 15.

3 - Reissman, Leonard. The Urban Process. London, The free press New York Mcmillan, 1970, p. 154.

4 - McGee, T.G. - Op. cit., p. 25.

5 - Ibid, p. 161.

6 - Higgins, Benjamin. Explosão Urbana na América Latina. Gleen H. Beyer, 1967, p. 153.

7 - Citado em Castells, Manuel. La Cuestion Urbana. Espanha, Siglo Veintiuno Editores S/A, 1974, p. 50.

8 - Castells, Manuel. Problemas de Investigação em Sociologia Urbana. Portugal, Editora Presença, 1979, p. 87.

9 - Entretanto, trabalhos recentes comprovam que o crescimento natural tem sido no Egito o principal fator do crescimento urbano. Ver a respeito: Abu-Loghod, Janet, citado por McGee, T.G.. Op. cit. pp 22-25.

10 - Santos, Milton. La Urbanizacion Dependiente en Venezuela. In: Imperialismo y Urbanização en América Latina. Barcelona, Editora Gustavo Gili S/A, 1973, pp 97-110.

11 - Weisslitz, Jacqueline. Migracion Rural e Integracion Urbana en el Peru. In: Imperialismo y Urbanizacion en America Latina, Barcelona, Editora Gustavo Gili S/A, 1973, pp 111-137.

12 - Madeira, Felicia R. . Aspectos Demográficos da Urbanização. São Paulo, Edições Brasiliense, 1977, p. 156.

13 - Ibid, p. 151.

14 - Gunder Frank, André. Sociology of Development and Underdevelopment of Sociology, Catalyst, 3, Summer 1967, pp 70-73.

15 - Reissman, Leonard. Op. cit., p. 165

16 - Castells, Manuel. La Cuestion Urbana. Op. cit., p. 52.

17 - Singer, Paul. Economia Política da Urbanização. São Paulo, Editora Brasiliense, 1973, p. 38.

18 - Ibid, p. 38.

19 - Para situações em que o nível de urbanização ultrapasse o nível de industrialização utiliza-se usualmente o termo hiperurbanização.

20 - Oliveira, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. São Paulo, Seleções Cebrap 1, Editora Brasiliense, p. 26.

21 - Ibid, p. 25.

22 - Castells, Manuel. Problemas de Investigação em Sociologia Urbana. Op. cit., pp 107-109.

23 - Singer, Paul. Op. cit., p. 80.

24 - Ibid, p. 123.

25 - Santos, Milton. Pobreza Urbana. São Paulo, Editora Hucitec, 1978, pp. 36-37.

26 - Higgins, Benjamin. Op. cit., p. 171.

27 - Muller, Nice L. O fato urbano na Bacia do Rio Paraíba - São Paulo. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1969, p. 90.

28 - Reissman, Leonard. Op. cit., p. 151.

29 - Muller, Nice L. . Op. cit., p. 91.

30 - Singer, Paul. Op. cit., p. 41.

31 - Weisslitz, Jacqueline. Op. cit., pp 131-132.

32 - Por não qualificado entende-se os ajudantes, auxiliares, aprendizes que não têm responsabilidade pelo uso de maquinarias e que requerem basicamente de músculos apropriados e podem aprender sua tarefa em poucos dias. Ver a respeito: Garcia, Humberto G., Oliveira, Orlandino de y Stern, Claudio. Migracion y Marginalidad Ocupacional em La Ciudade de

México. In: Imperialismo y Urbanizacion en America Latina. Barcelona, Editora Gustavo Gili S/A, 1973, pp 183-210.

33 - Marginalidade tem sido empiricamente observada pela carência e/ou precariedade nas condições de trabalho, habitação, saúde, educação e serviços. Entretanto, o estudo acerca da marginalidade torna-se complexo e um desafio científico quando busca-se um indicador empírico que venha expressar a marginalidade social. Ver a respeito: Pereira, Luiz.Populações "Marginais". In: Populações Marginais. São Paulo, Duas Cidades, 1978, pp 145-196. Para o autor "em termos de identificação empírica, portanto, as populações "marginais" são formadas pelos indíviduos cuja renda per capita (auferida ou imputada) está abaixo da renda-trabalho mínima per capita familiar, devido a que perticipam direta ou indiretamente (no caso dos membros familiares "dependentes") das ... mais baixas oportunidades de ganhar a vida (empregos assalariados e não assalariados) e, portanto, dos mais baixos padrões de consumo, propiciados por tais oportunidades — sendo que estas, em boa parte, consistem num "peso morto" para o funcionamento capitalista do sistema econômico periférico."

34 - Santos, Milton. Pobreza Urbana. Op. cit., pp 5-13. Mostra a dificuldade no sentido de se definir pobreza. Dentre diversos conceitos o autor cita por exemplo o de I. Buchanan no qual pobreza "não só implica num estado de privação material como um modo de vida — e um conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança dentro de uma .situação insegura" e o de Sidney e Beatrice Webb no qual considera-se que "os pobres seriam aqueles que têm um poder de compra mais reduzido que o considerado normal para o ambiente em que vivem."

35 - A respeito da relação entre alto grau de emprego no setor terciário dos países subdesenvolvidos e instabilidade social,ver McGee T.G., Op. cit. pp 75-80.

2. METODOLOGIA

2.1 POSTURA METODOLÓGICA

Para se definir a linha metodológica deste trabalho, procurou-se encontrar um esquema que melhor nos conduzisse aos objetivos da pesquisa que, compatível com a realidade em estudo, fosse coerente com nossos princípios teóricos.

Desta forma, percebeu-se de início que o contato informal com os atores envolvidos no processo de urbanização da área pesquisada, poderia ser a peça fundamental no esquema procurado, já que, vivendo o dia a dia da reslidade da área poderiam apresentar nuances do processo de forma mais viva. Assim, seguindo este caminho, a tendência era conhecer a área pesquisada de forma mais próxima das situações concretas e compreender de forma mais rica a urbanização de Mato Grosso — objetivos básicos do trabalho.

Os primeiros contatos com operários, donas de casa, trabalhadores rurais, fazendeiros, técnicos do governo, gerentes de empresas rurais, representantes de sindicatos, médicos, comerciantes, feirantes, domésticas, limpadores de quintal, lavadeiras, políticos, prefeitos e inúmeras outras pessoas, pertencentes aos diferentes tipos de ocupação e classes sociais, permitiram conhecer a área, ajudar na escolha de variáveis e elaborar entrevistas formais e questionários, perceber de maneira muito mais clara a defasagem existente entre os dados censitários e a rèalidade, confirmando a necessidade de um levantamento de campo, enfim, definindo a metodologia do trabalho.

Estes contatos com a população, entretanto, não se esgotaram nesta primeira fase. Se por um lado os atores num primeiro momento permitiram a abertura de uma lista de ações a desenvolver, desvendando o esque

ma metodológico, por outro lado, continuaram dentro de todo o processo de trabalho, agora não mais e apenas, como informantes mas funcionando também como apoio para as outras etapas do trabalho no sentido de ir confirmando ou refutando conclusões parciais.

Convém observar que o procedimento adotado neste trabalho apoiando-se no contato informal com a população local, constituiu-se numa metodologia própria que mostrou-se útil para a área estudada. Isto é, Mato Grosso não conta com uma literatura ampla, as informações existentes são quando não raras, pelo menos restritas, o que ainda se agrava, quando se refere aos estudos ligados à Geografia urbana. Este fato, constituiu uma dificuldade para o desenvolvimento da pesquisa na medida em que para entender o atual processo de urbanização, necessitava-se de uma série de outras informações inexistentes (históricas, sociais, econômicas e geográficas), cuja obtenção tinha que ser suprida, para se compreender a realidade. Por outro lado, em virtude de a área pesquisada ser palco de rápidas transformações as informações existentes tornavam-se muitas vezes ultrapassadas e defasadas, em termos do presente.

Em vista disto, a população local por conhecer o lugar, por ter passado na área e por estar vivendo as situações atuais, permitiu o entendimento dos fatos do passado e do presente contornando, assim, as dificultades encontradas.

Embora tal metodologia, baseada na observação participante, tenha se coadunado com a especificidade da área estudada, acredita-se que possa vir a ser aplicada a regiões que contenham um maior número de pesquisas e vasta bibliografia; isto se explica por considerar-se a população uma fonte rica de informações, ponto de referência para conclusões que vão sendo alcançadas ao longo de um trabalho de pesquisa.

2.2 LEVANTAMENTO DOS DADOS SECUNDÁRIOS

2.2.1 Objetivos

O objetivo deste levantamento foi o de compor um número razoável de informações afim de responder às hipóteses gerais levantadas.

Contou-se para este levantamento com as publicações dos Censos Demográficos, Agropecuários, Industrial, Comercial e Serviços dos anos de 1950, 1960 e 1970, além da Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1975.

Os dados censitários referentes à população total, urbana e rural de 1950, 1960 e 1970 serviram para ajudar a responder às questões relativas ao aumento da população das cidades e a do número de pontos de população aglomerada formulada pela primeira hipótese geral.

Quanto às hipóteses gerais 2 e 3, dispunha-se de dados referentes à mobilidade da população e dos setores de atividade da população. A primeira informação referiu-se, apenas, ao censo de 1970, enquanto a última, abrangeu um período entre as últimas três décadas.

Os dados referentes ao setor agrário compunham um número de variáveis que poderiam elucidar a vida agrária e suas transformações, nas quais o processo de urbanização estava envolvido.

Esses dados censitários, isoladamente, não foram suficientes para o teste de hipóteses, por dois motivos:

- as hipóteses são abrangentes, necessitando de informações que o censo não nos oferece.

- as principais modificações que se processam atualmente no Estado aceleraram-se nesta década, não sendo possível encontrar registro de tais informações em publicações de caráter oficial.

Assim sendo, procurou-se complementar e atualizar as informações. Para atingir tal objetivo, optou-se por realizar entrevistas a diferentes órgãos do governo ligados a problemática do homem urbano e rural, sendo os seguintes os órgãos entrevistados:

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Rural - Cuiabá.

FETAGRI - Federação dos Trabalhadores Agrícolas - Cuiabá.

Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso.

Departamento de Geografia e Estatística.

Prefeituras: Cuiabá, B. Garças, Torixoreo, Guiratinga, Rondonópolis.

As entrevistas giraram em torno das seguintes questões:

- fases do crescimento da cidade;
- principais problemas da cidade ou da área rural;
- principais transformações ocorridas na área urbana e rural;
- época das transformações na área;
- principais conseqüências destas transformações.

As respostas a estas questões formaram um quadro de apoio junto aos dados secundários para a verificação das hipóteses.

2.2.2 Os Dados Censitários

- Relação das variáveis empregadas:
  - População Urbana 1950, 1960, 1970
  - População Rural 1950, 1960, 1970
  - População Total 1950, 1960, 1970
  - População não Natural do Município, segundo o lugar do domicílio anterior 1970
  - Situação do Domicílio Atual, segundo procedência urbana e rural 1970
  - Pessoal Empregado - 1950, 1960, 1970:
    no comércio atacadista, varejista
    no serviço
    na agricultura

- Número de Estabelecimentos 1950, 1960, 1970:
  comerciais
  serviços
  industriais
- Utilização das Terras em Lavoura Permanente e Temporárias - 1960, 1970, 1975 e pastagens - 1960, 1970
- Grupos de Área (número de estabelecimentos e área)1960, 1970, 1975
- Condição Legal das Terras ou do Produtor - número de estabelecimentos e área 1960, 1970, 1975
- Pessoal Ocupado (trabalhador permanente e temporário) 1960 e 1970.

2.2.3 Justificativa da Escolha das Variáveis

A intenção de desenvolver uma análise globalizante dentro de um processo amplo que atinge o campo e a cidade levou a um esquema de investigação que não se limitou ao objeto específico da pesquisa, isto é, o fato urbano em si. Procurou-se compreender as relações de trabalho no campo e a estrutura fundiária pressupondo que as áreas urbanas podem ser afetadas por situações específicas das áreas rurais.

2.2.3.1 As transformações ocorridas na área tiveram repercussão direta na condição do produtor (proprietário, arrendatário, ocupante), como também nas relações de trabalho (trabalhador permanente e temporário) estas por sua vez repercutiram nas cidades.

2.2.3.2 Sabendo-se que a penetração recente na área vem se fazendo em propriedades de grandes extensões, procurou-se também analisar estes dados para os anos 60 / 70 / 75 a fim de verificar e comprovar tais informações. Considera-se que a estrutura fundiária altamente concentrada, não permitindo acesso à terra por grande parcela da população que dela vive, gera sérios problemas que evidentemente refletirão não só na área rural como também na área urbana.

2.2.3.3 Por outro lado, a introdução da lavoura temporária do arroz realizada em moldes mais modernos (com emprego de maquinária, sementes selecionadas e, conseqüentemente, maior extensão de terra) e do grande estímulo dado à pecuária, também afetou o uso da terra e as relações de trabalho, o que levou à seleção de dados relativos a utilização das terras.

2.2.3.4 Os dados referentes à mobilidade da população se justificam pela necessidade de verificar atração que exerce esta área em termos nacionais; para avaliar o peso das migrações, no crescimento das cidades e, finalmente, verificar a participação de pessoas de origem rural, nas áreas urbanas.

2.2.3.5 Para esboçar um quadro evolutivo da vida urbana foram coletados os dados referentes à população urbana, total e rural, ao setor ocupacional e o número de estabelecimentos. Como a idéia de evolução é importante, foi feito um levantamento, a partir de 1950, para este grupo de variáveis.

2.2.4 Limitações das Variáveis

As críticas mais específicas referentes às limitações das variáveis empregadas serão feitas no momento da interpretação e análise dos dados estatísticos, entretanto, a grosso modo, pode-se sintetizar as principais dificuldades com relação ao emprego das variáveis utilizadas:

- os dados referentes às cidades são bastante limitados e restringem-se, basicamente, ao número de população e ao pessoal empregado por setor de atividade;
- os dados relativos à mobilidade da população só foram elaborados para o censo de 1970, o que não permite uma análise de caráter temporal;
- os dados referentes ao número de estabelecimentos e pessoal empregado no comércio atacadista e varejista e serviços, segundo cada categoria, não são comparáveis no tempo devido às diferentes classificações nos censos;
- os estabelecimentos por grupos de área não expressam a realidade do tamanho das propriedades, pois a concentração da terra é muito maior do que nos mostram os dados censitários;
- os dados, de uma forma geral, devem ser analisados com reservas, pois foi a partir de 1970 que as transformações na área se intensificaram.

2.2.5 Manipulação dos Dados Secundários

Os dados levantados dos censos foram calculados em percentagens e organizados em tabelas.

Para a variável — População não natural do município segundo o lugar do domicílio anterior — foi organizado um mapo de fluxo migratório. Quanto ao número de arrendatários e posseiros calculou-se a média e mapeou-se.

Para o nível de análise pretendido, o tratamento dos dados, de uma forma simples, através do cálculo de percentuais e organização em tabelas, foi considerado suficiente.

2.3 LEVANTAMENTO DOS DADOS PRIMÁRIOS

2.3.1 Objetivo do Levantamento

Nos países subdesenvolvidos a urbanização se dá, principalmente, através do setor terciário, havendo uma passagem do setor primário para o terciário. Além disso, em muitas das cidades destes países é comum um número expressivo de pessoas dedicadas ao setor primário. Para verificar esta faceta da urbanização na área, recorreu-se a dados de campo, pois os censos não fornecem informação a este nível.

2.3.2 Justificativa da Escolha de Rondonópolis

A cidade de Rondonópolis foi escolhida como campo de investigação por reunir as seguintes características:

- ser uma cidade nova com pouco mais de 20 anos, o centro urbano de Mato Grosso que mais vem crescendo e emergindo às custas do setor terciário sem contar com industrialização no local. No entanto os tipos de serviços e comércio que para ela vem se dirigindo são na realidade função da industrialização de São Paulo.

- cidade onde se observou de forma bastante significativa a questão da dificuldade de absorção de mão-de-obra. As áreas rurais circunvizinhas atualmente (década 70) vêm se modificando, gerando êxodo para a

cidade e ao mesmo tempo transformando Rondonópolis num centro urbano de importante área agropastoril do Estado;

- e o fato de este crescimento urbano ser apoiado em significativa participação de população rural que não se utiliza de Rondonópolis para o trabalho.

2.3.3 O Esquema de Amostragem Adotado

2.3.3.1 Os Dados que Fundamentaram a Amostragem

Para definição quanto ao tipo e tamanho da amostragem a serem empregados foi necessário um conhecimento maior da cidade. Adotou-se para este fim a mesma postura metodológica empregada no trabalho em geral.

Através do contato com a Prefeitura obtivemos que o número de domicílios cadastrados na cidade de Rondonópolis em 1976 perfazia um total de 6.505. Estes domicílios estão, segundo a informação oficial, separados em Vilas e Agrupamentos com 2.906 domicílios e o Centro com 3.599.

Outros dados foram fornecidos: o número de estabelecimentos do comércio em geral (1.205), incluído no total de domicílios (6.505); e, para a população residente na cidade que abrange 21.024 pessoas, estando 8.226 no centro e 12.798 nas vilas e agrupamentos.

Deve-se levar em consideração que estes dados foram levantados em 1976 e a pesquisa foi realizada em 1978. Fontes oficiais da Prefeitura entretanto, afirmavam estarem estes dados ultrapassados e que a cidade já contava com mais de 50.000 habitantes.

Com a finalidade se ter uma posição mais clara diante destas informações controvertidas, foram feitas visitas pela cidade no sentido de se verificar estas informações. Percebeu-se com maior nitidez as diferenças centro/vilas, observou-se as diferentes formas de ocupação dos loteamentos, escolheu-se área de interesse para a pesquisa e constatou-se que, apesar de os dados cadastrais disponíveis na Prefeitura não estarem refletindo a quantidade real da população, não se encontravam, também, tão distantes assim, da realidade, conforme indicação dos técnicos da Prefeitura. Além disso, mostravam de forma bastante aceitável a sua distribuição dentro da cidade.

Desta forma adotou-se para efeitos da decisão, quanto ao tamanho da amostra, os dados fornecidos pelo Cadastro da Prefeitura de 1976, por serem estes compatíveis com as observações realizadas no local e os únicos dados oficiais mais recentes disponíveis, apresentando níveis de detalhes que se pretendia; entretanto, para compensar as questões levantadas, optou-se pelo alargamento do número de unidades pesquisadas.

O centro da cidade de Rondonópolis caracteriza-se pela localização da maior parte dos estabelecimentos comerciais e de serviços e por ser a área residencial de fazendeiros, comerciantes e funcionários públicos. Suas construções são todas térreas e seus limites são definidos, segundo as pessoas do lugar, pela parte asfaltada da cidade.

As vilas, localizam-se em torno do centro, onde residem pessoas que trabalham no centro, na área rural e população recém chegada da área rural, espacialmente caracterizam-se por ocupação descontínua. Embora existam vilas mais antigas,como é o caso da Vila Operária, a maioria está surgindo agora.

2.3.3.2 Tamanho da Amostra

Dado a inexistência de um mapa cadastral com a localização dos domicílios na cidade, optou-se por um levantamento baseado no processo de amostragem não probabilística. Devido as características da cidade, decidiu-se por fazer 2 amostras: uma para o centro e outra para as vilas.

Esta decisão se justifica porque através do trabalho de reconhecimento detectou-se que, embora fazendo parte de uma mesma cidade, as duas áreas centro - vilas são completamente distintas.

Estatísticamente, quanto maior o número de características e atributos de uma população, maior deve ser o tamanho da amostra. Este aspecto aliado também a uma população numericamente superior nas vilas (12.798 habitantes) obrigou a uma amostra maior do que no centro.

Deve-se ressaltar que os dados fornecidos para o número de estabelecimentos comerciais, num total de 1.205, esses estavam incluídos no total de domicílios (6.505). Entretanto, como verificou-se, o comércio da cidade está predominantemente localizado no centro e por vezes corresponde tam

bém a moradia do seu proprietário, concluiu-se que, para evitar-se dupla informação (entrevistar, por exemplo, no comércio e na residência o mesmo indivíduo, caso não more no mesmo local do estabelecimento comercial) e um levantamento com predomínio da categoria comerciante, o melhor seria não incluir na amostra os estabelecimentos comerciais, ficando, portanto, o centro com 2.399 domicílios para fins da amostragem. Deve ser observado que a categoria de comerciante continuou com as mesmas chances de serem selecionadas, uma vez que se observou a freqüência dela na área fora das ruas mais comerciais.

Da população total da cidade extraiu-se uma amostra de 12,8% perfazendo um total de 700 elementos ou domicílios. Sendo 20% para as vilas, correspondendo a uma amostra com 581 elementos e 5% para o centro, correspondendo a 119 elementos (vide quadro II).

Acredita-se, portanto, que para as condições locais e dentro das limitações apresentadas, o tamanho da amostra e a forma como foi selecionada, nos permitiu afirmar que esta parte da população é significativa para cada universo pesquisado — as vilas e agrupamentos e o centro.

Quadro II - Número de domicílios em Rondonópolis e Número de Elementos de Amostra

	Nº DE DOMICÍLIOS	%	Nº DE ELEMENTOS DA AMOSTRA
VILAS	2.906	20	581
CENTRO	2.399	5	119
TOTAL DA CIDADE	5.305	12,8	700

2.3.4 Seleção da Amostra

Foi considerado elemento da amostra o chefe de família entendido como o responsável financeiro da casa, podendo ser conforme o caso, a mulher, filho, etc. .

A coleta dos dados foi realizada nos domicílios, porém, pela inexistência de um mapa com a localização dos domicílios, tornou-se impossível a seleção através da amostragem aleatória.

Da mesma forma, devido a desigualdade na distribuição dos domicílios nas diferentes vilas pesquisadas, tornou-se praticamente impossível criar um critério único para a escolha de cada elemento da amostra. Neste caso, foi orientado a cada entrevistador que procurasse a melhor distribuição espacial possível.

No centro dada a maior densidade de ocupação o levantamento foi realizado, procurando, conforme a distribuição espacial encontrada, selecionar a 3a. ou 4a. casa de cada lado da rua.

2.3.5 O Questionário

O questionário foi elaborado com a finalidade de testar as hipóteses específicas formuladas. Para tanto preocupou-se com as seguintes idéias e justificativas.

Origem do Entrevistado - Estes dados foram levantados a fim de se entender as causas do crescimento urbano. Para atingir este objetivo formulou-se as seguintes questões:

1. Local de nascimento.
   Estado - Município - Z. Urbana - Z. Rural

2. Onde morava antes de vir para Rondonópolis.
   Estado - Município - Z. Urbana - Z. Rural

Tempo do Entrevistado na Cidade - A fim de demarcar a época de maior migração para a cidade e, portanto, do seu crescimento, indagou-se:

1. Há quanto tempo está na cidade de Rondonópolis ?
   ano meses dias

Para os entrevistados de origem rural:

2. Há quanto tempo deixou de morar na zona rural ?
   ano meses dias

3. Ano que deixou de ter ocupação na zona rural:
   ano não deixou

Atividades atuais - Estes dados referem-se ao trabalho do indivíduo na época da pesquisa. Precisava-se saber qual o setor da estrutura ocupacional que a população da cidade estava se engajando. Além disso pretendía-se verificar a população que mantinha atividade rural e obter referências quanto à qualidade do emprego na cidade, a fim de verificar a existência de precariedade nas condições de trabalho. Para obter este grupo de informações, indagamos da seguinte forma:

1. Além da sua ocupação tem outra atividade ?
   sim não qual ?

2. Tem emprego fixo ?
   sim não

3. Já ficou desempregado em Rondonópolis ?
   sim não

Questões para quem ficou desempregado.

4. Quando ficou desempregado ?
   ano mês

5. Quanto tempo permaneceu nesta situação ?
   meses dias

6. Quantas vezes ficou desempregado no ano que passou (1977) ?
   _____

7. Através de quem conseguiu emprego em Rondonópolis ?
   ele mesmo - amigo - parente - prefeito/autoridade

8. Quando chegou na cidade ficou algum tempo sem emprego ?
   sim não

9. Teve dificuldade de conseguir emprego em Rondonópolis ?
   sim não

10. Qual o primeiro emprego que obteve na cidade de Rondonópolis?
    _____

Atividade exercida antes de migrar para Rondonópolis - Estas questões foram formuladas para verificar as mudanças no setor ocupacional da área que possam explicar a urbanização:

1. Condição de Trabalho na zona rural anterior à vinda para Rondonópolis:
   membro não remunerado (dependente) - proprietário - posseiro - arrendatário - parceiro - colono - assalariado (diarista, mensalista, por empreita).

   Situação da ocupação atual:
   trabalha - não trabalha

2. Tipo de vínculo:
   empregado - empregador - autônomo - volante

3. Tempo que exerce esta ocupação

   _____

4. Local de Trabalho:
   Zona urbana - Zona rural

5. Denominação da Ocupação:

   _____

Estas questões foram levantadas para o responsável do domicílio e sua família.

Razões de ter vindo para Rondonópolis - Razões de ter deixado o lugar de origem - para encontrar possíveis causas do deslocamento das pessoas, indagou-se:

1. Porque deixou a área rural ?
2. Porque deixou a área urbana ?
3. Porque escolheu Rondonópolis ?
4. Quando veio para Rondonópolis tinha alguém da família, amigos, que já moravam aqui ?
   sim - não

Além dessas informações procurou-se obter outras para o grupo

de pessoas que ainda permanecem com atividades rurais, quais sejam:

Pessoas que utilizam a cidade como domicílio e mantêm relação de trabalho no meio rural em algum período do ano:

1. Qual a sua ocupação na área rural ?

   _____

2. Quem o contrata ?
   fazendeiro - empreiteiro - firma - outra

3. Quais os meses do ano que tem mais trabalho na área rural?
   Qual a atividade ?

4. Trabalha o ano todo na área rural ?
   sim - não

5. Quando o senhor não trabalha na área, costuma pegar serviço na cidade ?
   sim - não - mês atividade
   _____ _____

6. Existe vantagem em morar na cidade e trabalhar na área rural ?
   sim Qual ?_____
   não Qual ?_____

7. Porque o senhor mora na cidade e continua trabalhando no campo ?

   _____

8. Porque o senhor não mora no campo ?

   _____

9. Pretende largar totalmente a atividade do campo e ter atividade urbana ?
   sim - não

10. Já tentou alguma vez trabalhar na área urbana e não conseguiu ?
    sim - não

A fim de caracterizar melhor as pessoas entrevistadas, indagou-se:

Características econômicas

1. Quanto ganha por mês / semana / dia ?

2. Além do seu salário tem outra fonte de renda ?
   venda de horta - venda de criação - renda da propriedade - ajuda de parente/família - caderneta de poupança - outro

3. Há necessidade que seus filhos trabalhem para ajudar a manter a casa ?
   sim - não

Características do domicílio

1. Número de pessoas que moram no domicílio ?

---

2. Material predominante:
   alvenaria - madeira - material aproveitado

3. É rebocado ?
   sim - não - em parte

4. Tem pintura ?
   sim - não - em parte

5. Piso existente:
   terra batida - revestido em parte - revestido totalmente

6. Como é a cobertura ?
   cerâmica - eternit - zinco - palha - material aproveitado

7. Existe forro ?
   sim - não - em parte

8. Origem do abastecimento d'água:
   rede d'água - poço ou cisterna - rio, córrego, etc -
   ponto d'água coletivo - outro

9. Tipo de iluminação utilizada:
   luz elétrica - lampião a gás - lampião querosene -
   vela - outro

10. Quais os tipos de dependências do domicílio ?

tipo	nº
Sala	
Quarto	
Cozinha	

11. Instalação sanitária:
   A .1 - interno
   .2 - externo

   B. - Nº

   C. Água encanada ?
   sim - não

   D. A instalação de esgoto é:
   fossa negra - fossa séptica

12. Quanto tempo faz que a família mora neste domicílio ?
   anos: - meses: - dias:

2.3.6 Limitações do Questionário

Além das limitações conhecidas que todo o questionário apresenta, chama-se a atenção para o fato de que embora tivesse sido uma preocupação constante tornar o questionário o mais objetivo possível, limitando as questões aos objetivos do trabalho, tem-se que admitir que mesmo assim muitas questões foram desnecessárias, de tal forma que não chegaram sequer a ser tabeladas. Pode-se ainda apontar determinados ítens que apresentaram problemas.

A questão da dificuldade de emprego, por apresentar caráter

relativo,teve suas respostas comprometidas. O salário foi o ítem que apresentou dificuldade em se obter a informação, especialmente no Centro, onde muitas pessoas relutaram em responder, outras disseram não saber quanto ganham, ou mesmo, negaram a prestar informação.

2.3.7 Manipulação dos Dados Primários

O trabalho nesta etapa obedeceu às seguintes fases:

Crítica aos questionários - nesta fase foram constatadas as questões mal preenchidas ou não respondidas e verificado se era o caso de anular alguma questão, por tais razões. Adotou-se que os questionários mal preenchidos,seriam anulados.

Grupamento das respostas das questões abertas - As questões: denominação da ocupação atual; porque deixou a área; porque escolheu Rondonópolis; primeiro emprego que obteve, em Rondonópolis; porque deixou a cidade onde morava; outra ocupação — dão margem a uma grande variedade de respostas. Por isso, decidiu-se obter primeiro informação dos entrevistados e depois grupá-las. Esta medida foi uma forma de não perder informação, no caso de terem sido utilizadas questões fechadas.

Tabelamento dos Dados

Tendo realizado as duas fases anteriores procedeu-se, então, a transposição dos dados dos questionários para tabelas.

Cálculos realizados

Percentagens

Moda baseada na fórmula: $Mo = Li + \frac{h\ (Fi - Fi - 1)}{2\ Fi - (Fi + 1 + Fi - 1)}$

Este tabelamento originou os Quadros que são citados ao longo do desenvolvimento da pesquisa; e tabelas que serviram de apoio para a interpretação e análise dos dados e que foram colocados no Apêndice nº 2.

Matriz de Contigência

Para verificar a existência de correlação entre duas variáveis.[36]

Considerou-se que estes cálculos atingiram os objetivos do trabalho, confirmando as nossas hipóteses, tornando-se desnecessário o uso de técnicas estatísticas mais sofisticadas.

NOTAS

36 - Lindgren, Ernesto - Análise de Dados em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, COPPE, UFRJ, 1973.

3. AS TRANSFORMAÇÕES DAS ÁREAS RURAIS E URBANIZAÇÃO NUMA ÁREA DE OCUPAÇÃO RECENTE

A política econômica brasileira, em fins da década de 70 orientou-se para a produção agropecuária, com vistas à exportação, movida pelo sistema capitalista com base em capital nacional e estrangeiro e tecnologia moderna.

Neste processo as diversas economias regionais foram-se modificando, a fim de atender às novas solicitações que lhes estavam sendo impostas. Em Mato Grosso, a existência de grandes áreas agricultáveis, até então não utilizadas, a tradição da pecuária, aliada à possibilidade de expansão das atividades pastoris, não passou desapercebida pelo Governo Federal, que vislumbrou para o Estado uma maior contribuição do Produto Nacional Bruto, e assim,abriu-lhe novas perspectivas econômicas. Mato Grosso passou, então, a integrar a chamada "Amazônia Legal" e a fazer parte da área de atuação da SUDAM, órgão de planejamento que foi criado em 1966, e que junto com o Banco da Amazonia e Banco do Brasil foi colocando em prática a política econômica idealizada para a área.

A partir desta época Mato Grosso, gradativamente se viu beneficiado por toda uma legislação federal criada para atrair empreendimentos e por uma série de Programas governamentais como Poloamazônia e Polocentro, que se voltaram basicamente para o setor agropecuário e, em especial, para a pecuária. Além do comprometimento do Governo de ajudar a empresários nacionais e estrangeiros, que pudessem investir na área, especialmente no que diz respeito à desburocratização"para aprovação de projetos e liberação de verbas, abertura de estradas a problemas com índios."[37]

De acordo com o II Plano Nacional de Desenvolvimento -1975/1979 "o programa de pólos pecuários, que poderá permitir a elevação do rebanho da Amazônia para 5.000.000 cabeças até o fim da década, será desenvolvido principalmente no norte de Mato Grosso, norte de Goiás, sul do Pará, nas áreas de cerrado e cerradão e mata fina. O programa será realizado segundo dois componentes: sua adequada localização no espaço amazônico e a crescente tecnificação do setor." [38]

Assim, nesses últimos anos a formação e expansão de grandes fazendas e empresas agropecuárias caracterizou o espaço Matogrossense bem como trouxe-lhe inovações, técnicas de produção e novos tipos de relações de traba

lho, gerando modificações profundas na vida do Estado e atraiu população de diversas partes do país, ao mesmo tempo que gerou deslocamentos dentro do próprio Estado.

Este novo papel assumido por Mato Grosso, proveniente de uma opção do sistema engendrado em todo o território nacional, ao atingir a área, se revestiu de especificidades: nas áreas rurais, a transformação da estrutura fundiária existente e a abertura e ocupação de novas áreas com base na grande propriedade; no quadro urbano, o crescimento acelerado de cidades e aparecimento de inúmeros núcleos novos desencadeando um processo de urbanização; e, na dinâmica rural-urbana marcada por intenso deslocamento de pessoas o que se processa de forma intrincada, cheia de nuances que lhe dão especificidades, estes fatos vêm tornando impossível isolar estas partes quando se pretende conhecer o processo que norteou a urbanização no Estado.

Para tanto, torna-se necessário um estudo da importância do componente migratório no povoamento e urbanização do Estado e das condições do quadro rural, levando-se em consideração as transformações por que vem passando e os deslocamentos internos por ela gerados.

3.1 O QUADRO RURAL, SUAS TRANSFORMAÇÕES E REPERCUSSÕES NA URBANIZAÇÃO DO ESTADO

As transformações do quadro rural, no qual estão inseridas as atividades agrícolas, são as responsáveis pelo crescimento e surgimento dos núcleos urbanos na área. Essas constituem-se da agricultura e da pecuária para a qual estão voltados 90% do pessoal empregado e 61,25% da população do Estado de Mato Grosso. São as atividades mais importantes em torno das quais se alicerça a vida econômica e, por conseguinte, a vida urbana regional.

3.1.1 Estrutura Fundiária e Uso da Terra

A produção agropastoril matogrossense está voltada quer para o abastecimento dos mercados do sudeste e do exterior e para a subsistência de seus produtores (mandioca, feijão, milho, arroz), os quais também comercializam o seu excedente.

A estrutura fundiária e a forma de utilização da terra, sempre estiveram relacionadas no Estado: a pecuária sempre esteve estabelecida em

grandes propriedades, enquanto a lavoura se desenvolveu nos pequenos estabelecimentos. Desta forma, historicamente, configurou-se no Estado a grande propriedade criatória voltada para o abastecimento de mercado estranho à região e a pequena propriedade voltada, quase que exclusivamente, para a subsistência dos seus produtores.

Excluindo-se a produção de arroz mecanizada, implantada recentemente em áreas do cerrado, estas atividades não são, entretanto, recentes na área. A pecuária foi introduzida aproximadamente, no século XIX, ocupando grandes extensões de terra numa criação extensiva, tendo nos campos limpos e no pantanal sua base natural, dando origem, assim, às grandes propriedades.

A pequena propriedade, por outro lado, remonta à época da mineração, quando áreas dedicadas à agricultura de subsistência surgiram com a finalidade de abastecer os núcleos urbanos. Mais recentemente, nas décadas de 50/60, esteve ligada à iniciativa do Governo Estadual que criou núcleos agrícolas em áreas de mata, em lotes em torno de 10 a 20 ha, ou regularizou lotes de posseiros, nos municípios de Cáceres, Rondonópolis, Jaciara e Poxoréo.

Atualmente, as grandes propriedades, além de desenvolverem a atividade criatória, passaram também a serem utilizadas para a produção mecanizada do arroz, elevando, consideravelmente, as áreas cultivadas com culturas temporárias, como atestam os dados dos censos agrícolas. Em 1960: 98,53ha, 1970: 241.188ha, 1975: 432.308ha, o que se pode atribuir ao incremento de produção do arroz que em 1970 era da ordem de 194.447 toneladas e em 1975 atingiu 335.984 toneladas, ocupando expressiva importância na maior parte dos municípios, conforme se observa o mapa de hierarquia de culturas no qual tomou-se como base os dois principais produtos de cada município segundo a sua produção em toneladas (Fig. nº 1). As áreas dedicadas a pastagens em valores absolutos aumentaram mais de 1 milhão de hectares entre 1960 e 1975, permanecendo como o melhor investimento agropecuário no Estado, dada a possibilidade de se investir menos capital, sendo por isso mesmo, o empreendimento preferido dos grandes fazendeiros e das empresas nacionais e multinacionais.

Analisando a distribuição da terra no tempo, atesta-se a persistência das grandes propriedades existentes e formação de novas e uma concentração das terras das mais intensas no Brasil.

Atualmente, em Mato Grosso, existem 29.037 estabelecimentos com menos de 10ha, que representam 51,74% dos estabelecimentos do Estado e que ocupam uma área de 122.614ha, ou 0,5%. Por outro lado, existem 45 estabelecimentos com mais de 10.000ha que representam 0,75% do total de estabeleci-

mentos, e que cobrem uma área de 12.014.166ha, representando 56,47% das terras ocupadas.

Considerando estes dados no tempo, verifica-se o seguinte:

- Estabelecimentos com menos de 10ha:

1960	-	26,03% estabelecimentos	-	0,13% das terras
1970	-	48,81% estabelecimentos	-	0,54% das terras
1975	-	51,74% estabelecimentos	-	0,57% das terras

- Estabelecimentos com mais de 10.000ha:

1960	-	1,12% estabelecimentos	-	34,88% das terras
1970	-	0,63% estabelecimentos	-	55,18% das terras
1975	-	0,75% estabelecimentos	-	56,47% das terras

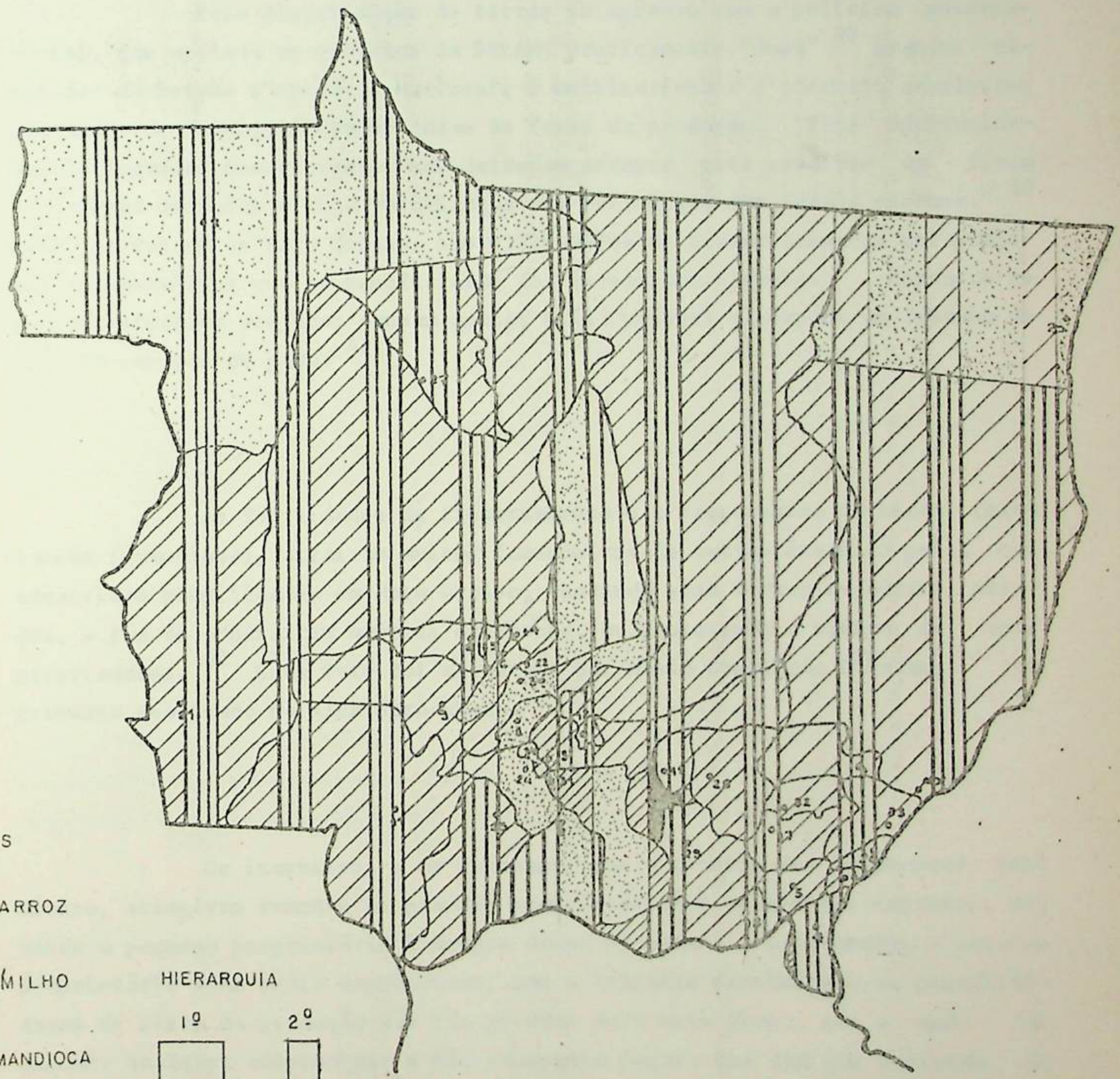
Verificou-se que o número de estabelecimentos com área inferior a 10ha passou de 3.347 estabelecimentos em 1960 para 21.452 em 1970 e 29.037 em 1975 e que a área por eles ocupada praticamente se estabilizava uma vez que em 1960 abrangia 11.435ha, aumentava para 93.388 em 1970 atingindo 122.614 em 1975. Por outro lado, os estabelecimentos com área superior a 10.000 ha aumentavam em número, enquanto crescia a área por eles ocupada, passando de 2.988.344ha em 1960 para 9.532.292ha em 1970 e 12.014.166ha em 1975.

Outros elementos podem ainda ser fornecidos para caracterizar melhor a concentração da terra. A área ocupada pelos 29.037 estabelecimentos com área inferior a 10ha é 97,98% menor que a área ocupada por 425 estabelecimentos com área superior a 10.000ha. Estes dados atingem proporções ainda maiores: a Liquifarm Agropecuária Sui-a-Missu, localizada no município de Luciara, pertencente à Liquigás S/A, de capital italiano, possui uma área de 678.000ha, o que equivale a mais de 5 vezes a área dos 29.037 estabelecimentos com menos de 10ha (122.614ha) de todo o Estado. Pode-se ainda citar no mesmo município, a fazenda Piraguassui, do Grupo Iamar e Tapetes Ita, cuja área atinge 47.000ha; a Codeara, no atual município de Sta. Therezinha, cuja área equivale a 81.744ha; a Chapada Sinop. Agroquímica S/A no município de Chapada dos Guimarães com 1.747.000ha; a Mutum Agropecuária S/A, em Diamantino, com 120 mil ha, entre outros.

É sempre bom atentar para o fato de que os dados oficiais disponíveis realmente estão longe de um retrato mais acurado e verdadeiro da concentração fundiária do Estado. A concentração da terra é ainda maior observando-se o fato de que os dados censitários dão o número de estabelecimentos e não o de proprietários. Sabe-se pelo conhecimento da área, que é comum fazendeiros com mais de uma propriedade. Além disso, o Censo Agrope

FIG: 1

HIERARQUIA DE CULTURAS - 1970



(*) Ver relação dos Municípios. Apêndice nº 4.

cuário de 1970 e a Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1975, não fornecem dados por grupos de área superior a 10.000ha, o que para a realidade de Mato Grosso não é expressivo, haja vista que as empresas beneficiadas pelos projetos governamentais ocupam áreas que ultrapassam em muito estes limites estabelecidos.

Esta distribuição de terras se agravou com a política governamental, que apoiada em projetos da SUDAM, praticamente "doou" [39] grandes extensões de terras a empresas nacionais e multinacionais e ofereceu excelentes vantagens de financiamento em todas as fases da produção. Tais oportunidades as empresas beneficiadas "não deixaram escapar, pois envolvem um risco de capital reduzido e só a valorização das terras garante lucros enormes." [40] Hoje, no Estado de Mato Grosso, são 6.226.879ha de terras ocupadas por projetos agropecuários que se beneficiaram dos incentivos fiscais. Ressalte-se que os referidos projetos ocupam apenas 9.413 pessoas e compõem um rebanho de 961.922 cabeças de gado. [41]

As facilidades de financiamento e o preço baixo da terra (esta também financiada), atrairam muitos fazendeiros de outras áreas do país, que adquiriram propriedades em Mato Grosso, vendendo suas terras em outros Estados, a fim de adquirirem maiores extensões, ou aumentando o número de suas propriedades. [42] Este fato foi detectado por Maria Conceição D'Incao, em trabalho realizado na Alta Sorocabana.

Os incentivos e as vantagens que o governo vem dando para Mato Grosso, atingiram somente os grandes proprietários e as grandes empresas, deixando o pequeno proprietário à margem desse processo. Legalmente, o pequeno proprietário pode pedir empréstimos, mas a fraqueza econômica e as possibilidades de risco da produção são tão grandes para este grupo, que o medo de assumir qualquer compromisso e não conseguir pagar, faz com que desistam de qualquer financiamento. Sendo a terra a principal riqueza da área, só quem a possui, em grandes extensões, é que de fato tem acesso ao crédito, à assis-

tência técnica e aos incentivos. Teve-se a oportunidade de ouvir,de técnicos da EMATER que, "não trabalham para arrendatários, posseiros, pequenos proprietários. Se eles aparecerem pedindo assistência, eles dão." [43] desta forma, a política de assistência da EMATER visa somente orientar aquelas "pessoas que tenham espírito de aplicar em tecnologia." [44]

O INCRA, praticamente, pouco tem atuado na área, no sentido de permitir acesso à aquisição da terra por parte dos trabalhadores rurais, estando "cada vez mais longe do objetivo de promover a reforma agrária, para qual teria sido criado e os conflitos pela luta da terra continuam a se multiplicar." [45] Através de informações obtidas em Chapada dos Guimarães ficou claro que neste município o INCRA encontra-se desacreditado perante as pequenos produtores e trabalhadores rurais, que nada mais esperam do referido órgão, consideram que o INCRA "só dá documentos para o pessoal dos incentivos fiscais" sendo, por isso, conhecido na área como "corretor de imóveis a favor dos ricos."

Os grandes proprietários são assim os beneficiários que, vindo atender aos apelos do governo com relação aos planos previstos para a área, vão implantando seus grandes estabelecimentos, absorvendo um número bastante reduzido de mão-de-obra. [46]

3.1.2 Relações de Trabalho

Essa estrutura fundiária e essa forma de utilização do solo, acabam exercendo forte pressão sobre os arrendatários, posseiros e pequenos proprietários, por serem sobretudo altamente limitadoras de emprego, e por colocarem esses trabalhadores rurais [47] numa situação de insegurança, com relação ao trabalho, transformando-os em migrantes potenciais.

Em Mato Grosso, segundo informações censitárias de 1970, 148.923 pessoas se dedicam ao setor agropecuário. Parcela expressiva tem ainda o acesso à terra, seja através da posse, arrendamento/parceria que,respectivamente, representam 22,38% e 20,28% considerando-se o total das categorias aqui apresentadas (proprietários, arrendatários, ocupantes, trabalhador assalariado).Este grupo é o responsável direto de parte expressiva da produção destinada ao comércio local e de subsistência. O restante, excluindo os proprietários e membros não remunerados são aqueles obrigados a vender

sua fôrça de trabalho para poderem viver.

Os arrendatários e posseiros desenvolvem juntamente com a família, pequena lavoura de subsistência e via de regra, têm sido os verdadeiros "desbravadores" [48] da área, tendendo a desenvolver uma "lavoura itinerante" [49], acompanhando a expansão do povoamento. Estes pequenos produtores vão sendo empurrados para frente para ir progressivamente incorporando seu trabalho a empreendimento cujo lucro se reverte em benefício do grande proprietário e do grande capital [50] ficando marginalizados da modernização da agricultura assim que esta os atingem em suas áreas.

Com a finalidade de abrir e implantar as fazendas para posterior utilização com pastagem ou arroz mecanizado, os grandes proprietários utilizam os arrendatários [51] que desmatam, limpam a terra, plantam, colhem e formam pastagens. Concluída a formação da fazenda, não há mais serviço para o arrendatário, que deve procurar outra propriedade e passar pelo mesmo processo. Em Chapada dos Guimarães, "Dr. Roberto, fazendeiro, dá a terra aos arrendatários que derrubam, plantam um ano, não cobra a renda e no terceiro ano o próprio fazendeiro planta capim de avião." Em outras áreas,os arrendatários não permanecem na terra por mais de dois anos, e além de terem que se submeter aos interesses do grande proprietário, esse ainda teme problemas relativos ao direito pela terra. Em Guiratinga, ouvimos o seguinte: "não podem deixar mais de dois anos porque, se plantar um pé de banana eles querem ficar" (Prefeito de Guiratinga).

Os arrendatários passam a ter dois destinos:

povoar terras ao norte e prosseguir, repetindo o processo. Neste sentido, Rondônia foi uma opção até o ano de 1977, quando o Ministério do Interior distribuiu folheto desaconselhando a ida para lá, por não haver mais terras; ou

ir para alguma cidade. Os presidentes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Chapada dos Guimarães e Rondonópolis ilustram este fato: - "Está ocorrendo êxodo, porque o trabalhador rural não consegue terra para arrendar e trabalho por dia não compensa." - "A forma de arrendamento com exigência de capim é uma forma indireta de expulsão do trabalhador rural."

Ao contrário do que se poderia supor, através do conhecimento

teórico, que a expansão do capitalismo provoca uma diminuição desses trabalhadores rurais, o número de arrendatários segundo informações do censo, aumentou entre 1960 e 1975, sendo possível verificar também a sua mobilidade espacial (figuras nºs 2 e 3). Em 1960, os municípios que concentravam arrendatários acima da média do Estado, localizavam-se predominantemente no sul, época em que se iniciava a ocupação mais efetiva dessa área. Em 1975, além de se localizarem nesta porção do Estado, apareciam, também, em municípios do norte, quando a frente de povoamento já havia sido deslocada e, nesta época, atingira essa parte do Estado.

Concluindo: o aumento e a localização dos arrendatários, no tempo e no espaço, é coerente com o processo de ocupação de novas áreas, pelo qual passa Mato Grosso, sendo a força de trabalho utilizada com o objetivo de acumular capital, servindo, desta forma, aos interesses dos grandes proprietários que, assim, têm condições de auferir maiores lucros. Segundo Maria Helena Autuniassi, "os arrendatários são utilizados sempre que as condições regionais lhes dão possibilidade de responder às necessidades de acumulação." [52]

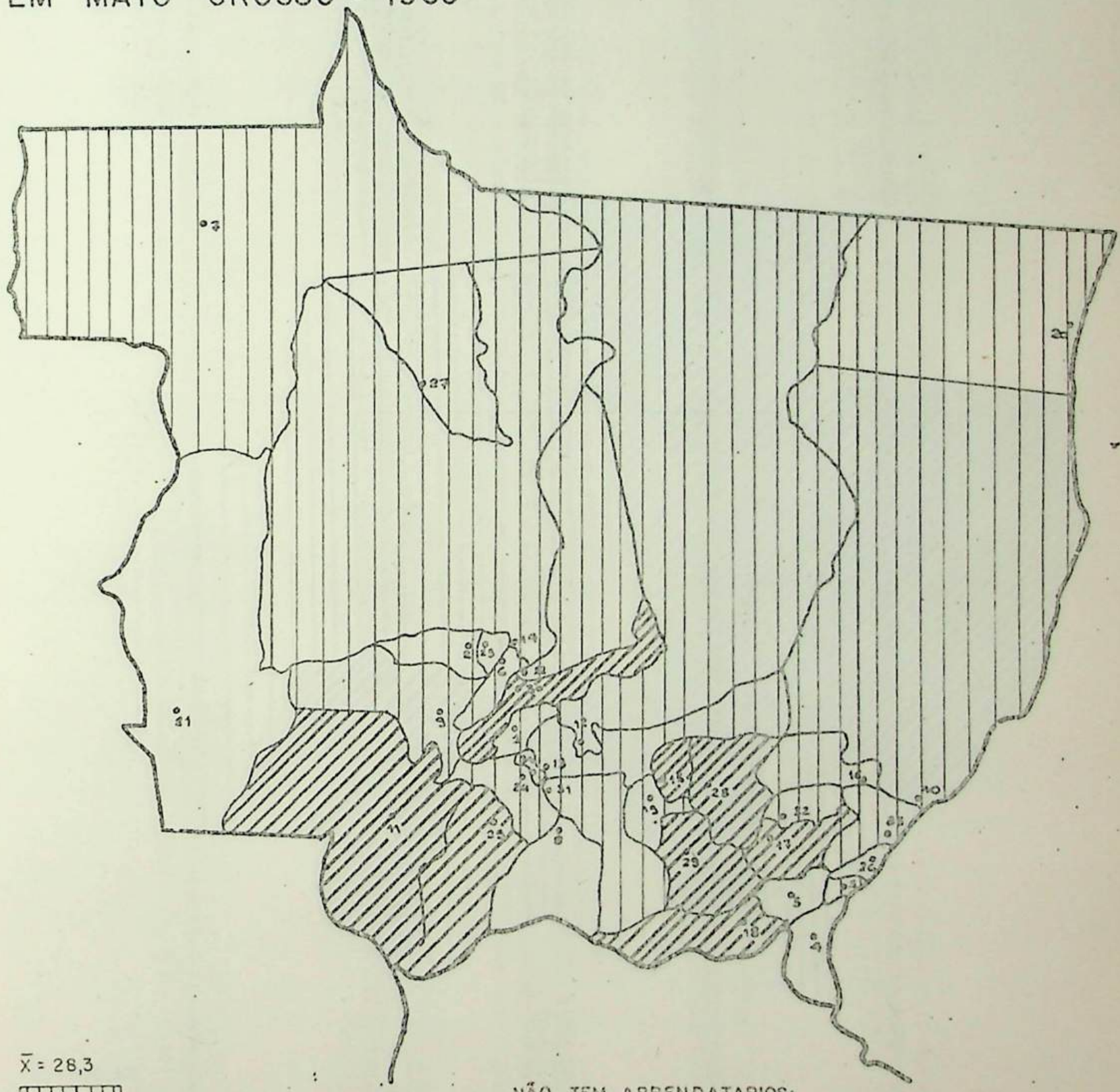
Outro responsável pela chamada pequena produção é o posseiro que igualmente vem aumentando: em 1960 eram 3.661, em 1970, 13.772 e em 1975, 17.554. Criada pela necessidade e representando, desde os seus primórdios, uma tentativa da classe pobre de adquirir propriedade, a posse tornou-se uma forma legítima daquela classe de se tornar proprietária.

Segundo Alberto Passos Guimarães, "historicamente os posseiros são os primeiros a enfrentar o poder latifundiário, tendo apenas a audácia a ampará-los, sendo a arma estratégica de maior alcance e eficária na batalha secular contra o monopólio da terra." [53]

No Brasil, onde o sistema latifundiário foi mais forte, no NE açucareiro, por exemplo, a possibilidade de aquisição de terra através da posse foi inexpressiva. Ela tem sido significativa em áreas de frentes de expansão, onde predominam terras devolutas. No Brasil, ainda neste século, inúmeras áreas foram ocupadas através da ação dos posseiros, em regiões de frentes pioneiras, como o Oeste Paulista, Oeste do Paraná, Sul do Mato Grosso e, atualmente, no Estado de Mato Grosso. Entretanto, apesar da legislação existente, os posseiros constantemente entram em litígio com os proprietários legais que, na maioria, só são resolvidos através de sérios conflitos.

FIG: 2

POSIÇÃO DOS MUNICIPIOS
QUANTO AO Nº MEDIO DE ARRENDATARIOS
EM MATO GROSSO - 1960



$\bar{X}$ = 28,3

ABAIXO DA MEDIA

ACIMA DA MEDIA .

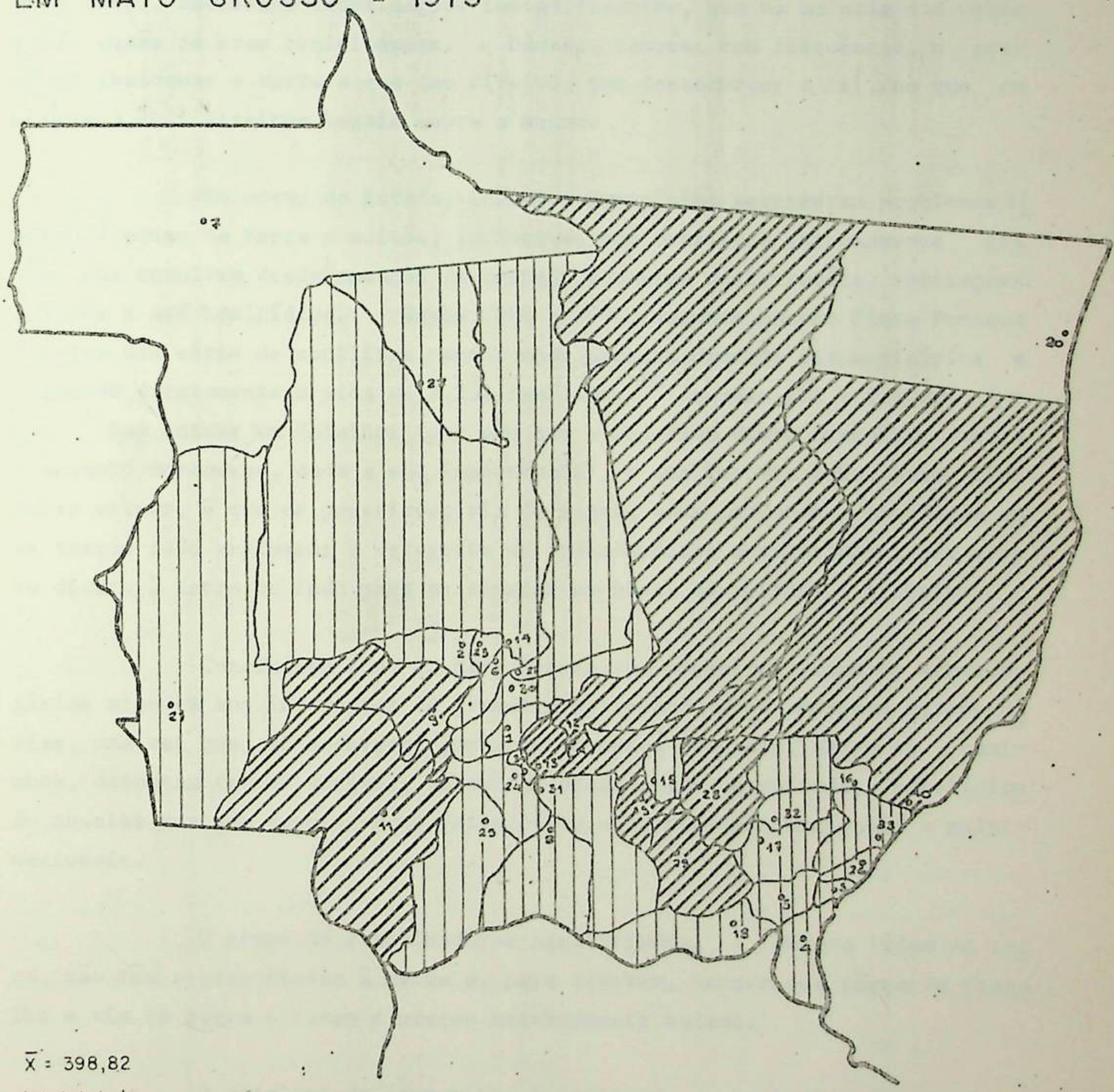
*- Ver relação dos municípios.
Apêndice nº 4.

NÃO TEM ARRENDATARIOS:

ALTO ARAGUAIA	4
ALTO GARÇA	5
B. MELGAÇO	8
M. GROSSO	21
NORTELANDIA	23
P. BRANCA	26

FIG: 3

POSIÇÃO DOS MUNICIPIOS
QUANTO AO Nº MEDIO DE ARRENDATARIOS
EM MATO GROSSO - 1975



OBS. LUCIARA E ARIPUANÃ NÃO TÊEM ARRENDATÁRIOS

* - Ver relação dos municípios. Apêndice nº 4.

Na área em estudo, muitos posseiros desbravaram e ocuparam a terra vivendo de sua produção. As terras, legalmente, lhes pertencem, porém não as legalizam, pois têm acesso difícil à justiça, quer pela distância, quer pela falta de informação e de hábito de lidar com tais assuntos. Por outro lado, muitas propriedades em Mato Grosso são vendidas sem se proceder a uma tomada de conhecimento da área. Com isso, o proprietário legal adquire terras com posseiros dentro. Evidentemente, inicia-se o conflito, que geralmente vem acompanhado de pressões, ameaças nas quais o posseiro abandona a terra, recebendo indenizações insignificantes, que na maioria das vezes estão aquém de suas benfeitorias. Ocorre, também, com frequência, o posseiro abandonar a terra a que tem direito, por desconhecer a lei, no que se refere a seus direitos legais sobre a mesma.

No norte do Estado, inúmeros municípios apresentam problemas ligados à posse da terra e muitos, inclusive, com conflitos extremamente graves, que envolvem desde ameaças de despejo à queima de barracões, intimações, prisões e até homicídios. Entre 1966 e 1972, segundo Manoel Pinto Fonseca ocorreu uma série de conflitos, envolvendo aproximadamente dez municípios e afetando diretamente a vida de 2.232 famílias.[54] (quadro III e figuras 4 e 5). Sem entrar em detalhes (por não ser o objetivo deste trabalho, embora o assunto merecesse, dada a sua importância), o que importa saber para fins desse estudo, é que os posseiros, via de regra, saem perdendo e abandonam suas terras indo engrossar a categoria de trabalhadores assalariados, sem acesso direto à terra ou indo para as cidades em busca de moradia e trabalho.

Conclui-se que, em Mato Grosso, os posseiros, como os arrendatários atendem aos interesses do grande proprietário e/ou empresas agropecuárias, uma vez que, ao desbravar áreas antes nunca ocupadas, abrem os caminhos, desmatam terras virgens, valorizam áreas antes desabitadas, beneficiando aqueles que vêm depois — os fazendeiros e as empresas nacionais e multinacionais.

O grupo de trabalhadores assalariados, embora lidem na terra, não têm acesso direto à mesma e, para viverem, vendem sua fôrça de trabalho e via de regra o fazem a preços extremamente baixos.

O assalariado permanente é utilizado em trabalhos de mais responsabilidade para a fazenda, é o caso do vaqueiro, necessário o ano inteiro nas lides com o gado e o administrador, figura da mais alta importância, nu-

CURSO PÓS GRADUAÇÃO GEOGRAFIA - U.F.R.J

ma área onde é generalizada a prática do absenteísmo. Esse grupo de trabalhadores é menos propenso a migrar para outras áreas e para as cidades.

Os assalariados temporários, segundo informações dos censos agropecuários de 1960 e 1970, diminuiram de 9.305 para 8.837. [55] Pelo conhecimento da área e pelas informações obtidas na região, esses dados não correspondem à realidade. É possível que a razão para a defasagem encontrada esteja ligada ao fato de os levantamentos terem sido realizados fora da época de safra e de plantio — períodos em que mais se utilizam os trabalhos temporários. Para as pessoas ligadas à problemática do homem rural, a categoria de assalariado temporário tem aumentado grandemente nos últimos anos.

A observação, em vários municípios de Mato Grosso, constatou a presença bastante significativa dos trabalhadores "volantes", o que também foi verificado por Elbio N. Gonçales e Maria Inês Bastos em pesquisa de campo no Norte de Mato Grosso. [56] Não foi por acaso, que o Ministério do Trabalho encomendou ao Estado pesquisa referente ao Trabalhador Volante no ano de 1977. Deve-se, portanto, considerar que os dados são referentes a 1970, e não havendo informações estatísticas mais recentes, esses dados devem ser analisados com reservas.

O trabalhador assalariado temporário em Mato Grosso, caracteriza-se por executar trabalho agrícola, geralmente em regime de empreitadas ou tarefas, percebendo remuneração em dinheiro, residindo nas áreas rurais e/ou nas cidades. Sabe-se que em áreas pioneiras e de implantação de fato dos empreendimentos agropecuários, como é o caso da área, requer-se um elevado número de trabalhadores temporários. Desenvolvem suas atividades em diferentes propriedades, levando um período que varia entre dias e meses, embrenhados no mato até o término dos trabalhos, quando, então, retornam às cidades ou se deslocam para outra propriedade na área rural. Dessa forma, colocam-se,novamente, à procura de emprego. Dependendo do lugar, são denominados "peões", "peões de trecho", "safristas", sendo utilizados nos desmatamentos, limpeza de pastos, feitura de cercas, colheitas, roçados de pastos. Representam, também, mão-de-obra disponível para o mercado de trabalho urbano, quando moram na cidade, sendo mais um elemento do meio rural, a contribuir para o aumento das populações das cidades.

Para melhor caracterizar aspectos da vida dessa categoria de trabalhador, achou-se conveniente listar diversas informações obtidas em en-

QUADRO III

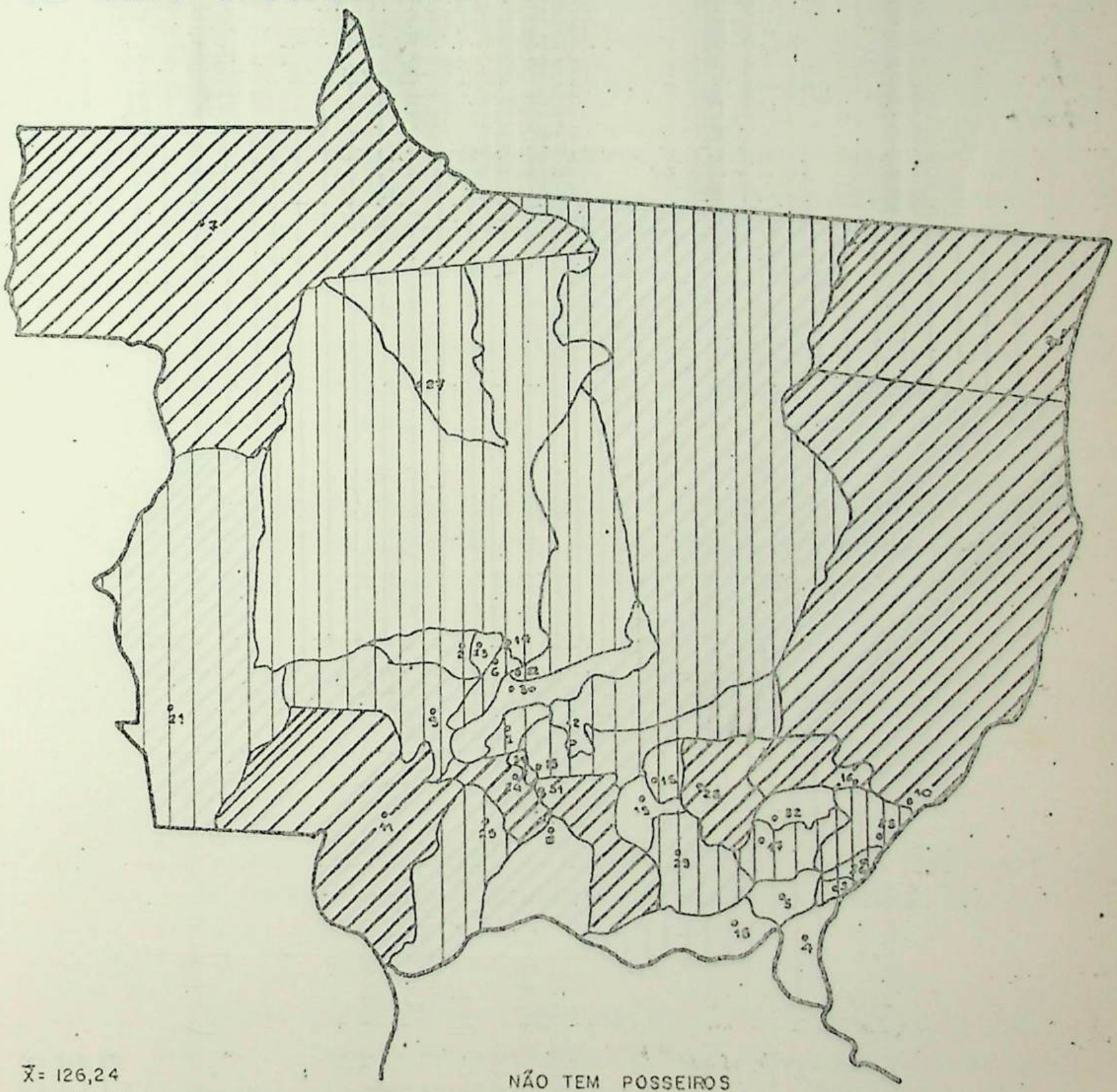
ÁREAS DE LITÍGIO E SUAS OCORRÊNCIAS

MUNICÍPIOS	LOCAL	INÍCIO DO LITÍGIO	OCORRÊNCIAS	Nº DE FAMÍLIAS ENVOLVIDAS
Nortelândia	Col. Macaubas	1966	Intimações, prisões, queima de barracos	300
Alto Paraguai	Tira Sentido	1966	Intimações, prisões, homicídios	500
Barra do Bugres	Grilo	1972	Intimações, prisões	100
Barra do Bugres	Aurora	1972	Ameaça de despejo	100
Diamantino	Santaninha	1972	Desentendimento entre posseiros	150
Nobres	Cuiabá-Santarém	1972	Venda de terras por falsas colonizadoras	20
Rosário Oeste	Bauxi	-	Desentendimento entre posseiros	150
Cáceres	Faz. Experimental (Ipeca)	1969	Ocupação de terras da União	200
Cáceres	Faz. Caiçaras	1969	Ocupação de terras da União	400
Jaciára	Piteira	1971	Tentativa de homicídio, prisões	50
Dom Aquino	Gléba União	1962	Queima de barracos,homicídios,prisões	450
Poxoréo	Aparecido Leste	1970	Queima de barracos, prisões	500
Barra do Garças	Serra Azul	1970	Queima de barracos, prisões	82
Alto Araguaia	Ariranha	1950	Prisões	250
Mato Grosso	P. Lacerdas	1972	Prisões	150

FONTE: FONSECA, Manoel Pinto - Campesinato Matogrossense - Mimeografado - 1974.

FIG: 4

POSIÇÃO DOS MUNICIPIOS QUANTO AO Nº MEDIO DE POSSEIROS E EM MATO GROSSO - 1960



$\bar{X}$ = 126,24

||||||| ABAIXO DA MEDIA

////// ACIMA DA MEDIA

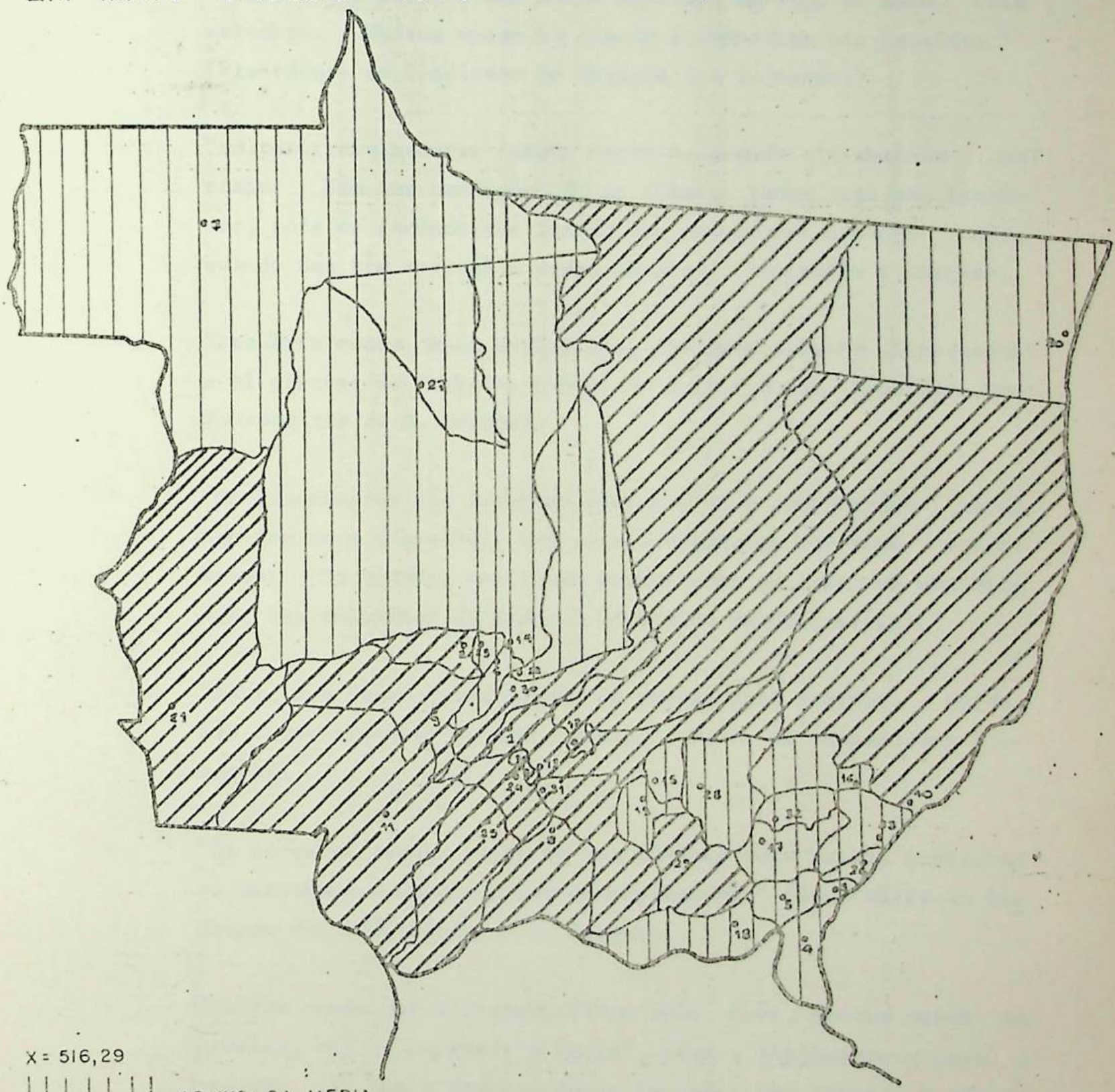
* - Ver relação dos municípios. Apêndice nº 4.

NÃO TEM POSSEIROS

A. ARAGUIA	4
A. GARÇA	5
B. MELGAÇO	8
JACIARA	19
NORTELANDIA	23
R. OESTE	30
TESOURO	32

FIG: 5

POSIÇÃO DOS MUNICIPIOS
QUANTO AO Nº MEDIO DE POSSEIROS
EM MATO GROSSO - 1975



X = 516,29

||||||| ABAIXO DA MEDIA

////////// ACIMA DA MEDIA

* - Ver relação dos municípios. Apêndice nº 4.

trevistas diversas.

- "Famílias ficam na cidade e o homem vai trabalhar nas fazendas". (Morador em B. Garças).

- "Peões vão para o campo, ficam uns quinze dias e a família fica na cidade". (Morador em B. Garças)

- "Trabalhador volante tem muito aqui mas serviço de maio até setembro. Muitos moram na cidade e trabalham nas fazendas." (Presidente do Sindicato de Chapada dos Guimarães)

- "Muitos trabalhadores rurais moram na cidade e trabalham no campo. Não tem condições de se fixar o tempo todo nas fazendas, pois os fazendeiros teriam que assumí-los o tempo todo, quando não têm emprego o tempo inteiro." (Prefeito B.Garças).

- "Pecuária mudou, mais aprimorada, obrigada a fazer invernadas e aí precisa do trabalho braçal do peão." (Pres. Sindicato dos Fazendeiros de B. Garças)

- "Os fazendeiros vão formando pastos e aí o trabalhador rural não tem onde trabalhar, vem para a cidade ou vão para outras áreas. Na cidade, continuam trabalhando no campo em empreitadas, nas colheitas do arroz." (Prefeito de Guiratinga).

- "Aqui, não fazem quase roçada de pasto, eles queimam, então, não devem precisar de muita gente." (Padre de Chapada dos Guimarães).

- "Os peões de trecho pulam de uma fazenda para outra, trabalham em derrubada e depois ficam desempregados." (Secretário do Sindicato dos Fazendeiros - B. Garças).

- "Chegam peões sem dinheiro, ficam dois, três, quatro meses em pensões, até que aparece o "gato", paga o alojamento e leva a pessoa; ele vai trabalhar desestimulado, vai devendo." (Secretário do Sindicato dos Fazendeiros de B. Garças)

- "Na cidade de vez em quando passa o "gato" levando uma turma

para a Paranatinga, [57] às vezes adianta Cr$1.000,00 e eles já estão devendo." (Padre - Chapada dos Guimarães).

- "Trabalho por dia não compensa; muitos serviços que o trabalhador rural pega, no final, não ganha nem uma diária, sai com menos de Cr$40,00." [58] (Presidente Sindicato de Chapada dos Guimarães).

Essas declarações levam à constatação que o trabalhador temporário, residente na cidade ou nas áreas rurais, convêm plenamente aos interesses dos proprietários e das empresas agropecuárias. Tanto para a lavoura do arroz, como para a pecuária, torna-se muito mais econômico contratar o indivíduo para os dias de maiores piques de serviços, pois desta forma, livram-se do gasto em mantê-lo nos dias de pouco trabalho, além de se descartarem do ônus social que seriam obrigados a assumir. Segundo José Graziano da Silva, o trabalhador temporário é um "indicador do processo de expropriação que marca a expansão do capitalismo no Campo." [59] Assim, segundo esta visão teórica o aumento do trabalhador assalariado temporário em Mato Grosso é recente, pós-70, época da expansão do povoamento para a área, realizada segundo o modêlo capitalista de produção.

Os arrendatários, posseiros, trabalhadores, temporários se constituem em população que apresenta grande propensão a migrar para a cidade pela própria forma como vêm sendo utilizados pelo sistema na área. Além disso, as pessimas condições de trabalho, e toda uma situação de exploração em que vivem estes trabalhadores, acabam por agravar ainda mais o êxodo rural.

3,2 A IMPORTÂNCIA DO COMPONENTE MIGRATÓRIO NO POVOAMENTO E URBANIZAÇÃO DE MATO GROSSO

As transformações rurais na estrutura fundiária, no uso da terra e nas relações de trabalho que ocorrem atualmente em Mato Grosso, levam a uma grande instabilidade espacial interna da população do campo e são as causas principais dos constantes deslocamentos de população que caracterizam o Estado e que vão ser um dos principais componentes da urbanização por que ele vem passando.

A localização de Mato Grosso foi importante fator que no passado contribuiu para o isolamento e a marginalização econômica do Estado. e,

por conseguinte, influenciou seu traço demográfico atual.

Mato Grosso caracteriza-se por uma população pouco numerosa, que atinge 598.879 habitantes em 1970, espacialmente rarefeita e dispersa, cujos núcleos urbanos encontram-se bastante distanciados entre si. Suas densidades demográficas são baixas exemplificadas pela Micro Região Norte Matogrossense, que em 1970 era a mais rarefeita de todo o Estado com 0,10 hab/ km^2. Esta característica, comum às áreas que ainda não sofreram totalmente o processo de ocupação, constitui-se, no presente, em elemento importante no quadro nacional, por ser uma das áreas brasileiras que apresentam maior potencialidade de ampliação dos seus efetivos demográficos. Nesse sentido, a política do governo proposta para a região, proporcionando a abertura de área agrícola, criou um forte fluxo migratório em direção a Mato Grosso, oriundo das mais diversas partes do país.

Assim, Mato Grosso recebeu população de diferentes áreas do Brasil, sendo Goiás (23,3%), Minas Gerais (22,7%), São Paulo (22,3%), Bahia (10,6%), Paraná (7,5%), Espírito Santo (5,1%) os Estados brasileiros que maior número de pessoas deslocaram para Mato Grosso. (figura nº 6).

Além disso, na maioria dos municípios do Estado, o número de população não natural é superior a 25%, sendo que em Rondonópolis, Cáceres, B. Bugres, Jaciára, B. Garças, Luciára, Aripuanã, Porto Gaúcho, Diamantino, Nortelândia, Dom Aquino, a percentagem de população não natural é superior a 50%, o que mostra a importância da população migrante (figura nº 7).

A população não natural dos municípios, procedente do próprio Estado (engloba Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), foi bastante significativa indicando deslocamentos internos no Estado. Observou-se uma participação superior a 50% de pessoas naturais de municípios do próprio Estado em 18 municípios enquanto que em 15 verificou-se que as migrações internas provenientes de outros Estados brasileiros foram mais importantes.

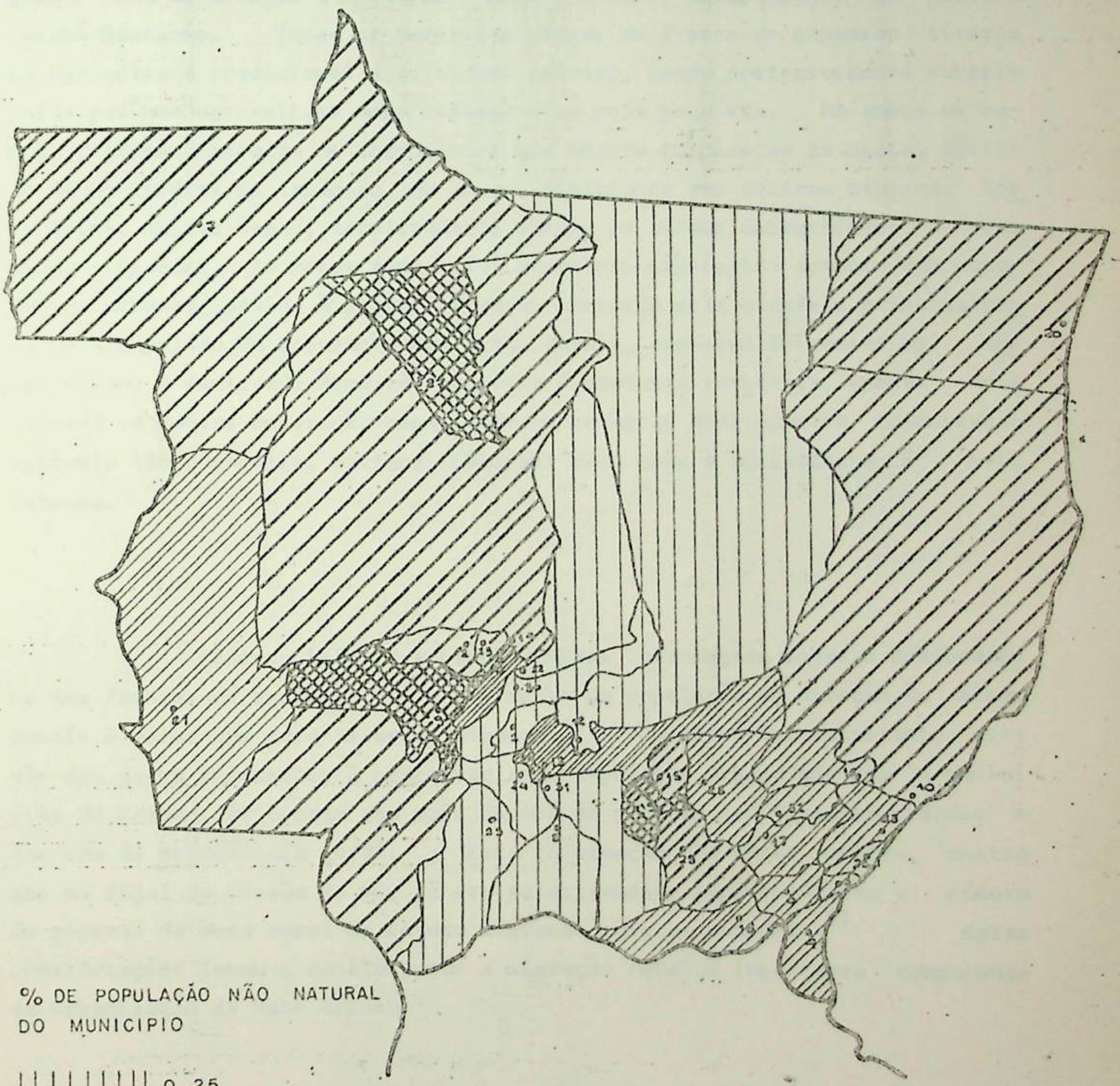
Entretanto, a análise desses dados demográficos de Mato Gros-

FIG: 6

FLUXO MIGRATORIO PARA MATO GROSSO
SEGUNDO O ESTADO DE PROCEDENCIA - 1970

FIG: 7

PERCENTUAL DE POPULAÇÃO
NÃO NATURAL DOS MUNICIPIOS - 1970



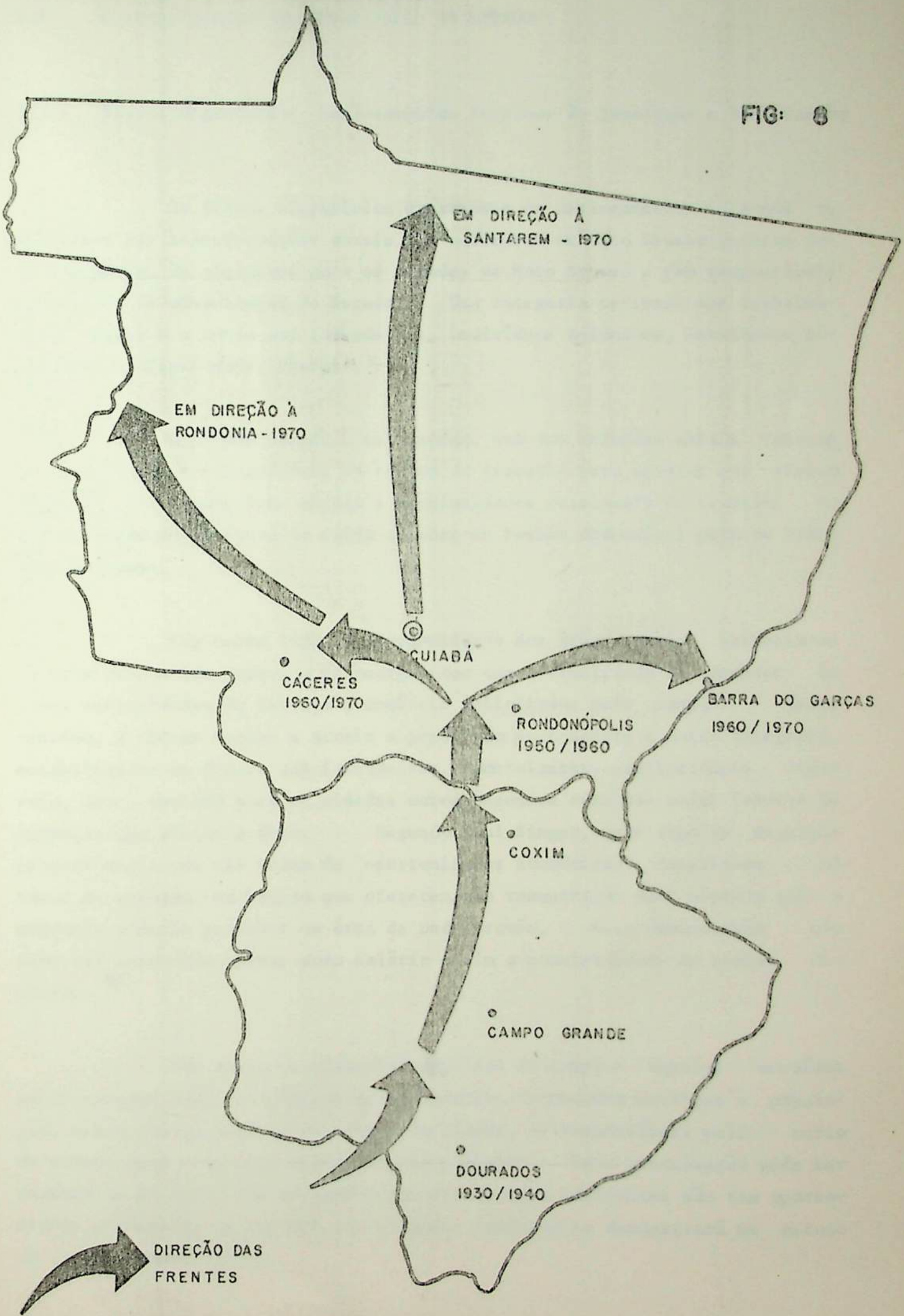
* - Ver relação dos municípios. Apêndice nº 4.

so não pode ser separada de Mato Grosso do Sul. O povoamento do antigo Estado de Mato Grosso se deu em etapas sucessivas no tempo, tomando espacialmente a direção Norte (vide "esboço da direção das frentes de expansão"- figura nº 8). O processo de ocupação do Estado teve início a partir da década de 30 nas áreas mais próximas e limítrofes ao Sudeste, o Sul de Mato Grosso, mais especificamente a região de Dourados. A frente de expansão [60] fixou-se no período de 1950/1960 em Coxim e Rondonópolis; em 1960/1970 localizou-se nas proximidades de Cáceres, e nesta década, assumiu duas direções: uma em direção à Rondônia e Acre e a outra acompanhando a Rodovia Cuiabá-Santarém. Todas as referidas etapas da frente de expansão tiveram na agricultura tradicional a atividade inicial, sendo posteriormente substituída por uma agricultura mais moderna e/ou pela pecuária. Em ambos os casos, ocorreu liberação de mão-de-obra que migrou em direção ao norte, abrindo novas frentes de expansão, ou então, dirigiu-se aos centros urbanos. Desta forma, muitas áreas, completamente vazias em termos demográficos foram sendo ocupadas. Ao mesmo tempo, foi ocorrendo expressivo aumento das populações urbanas, devido à própria atração exercida pela cidade e principalmente pela expulsão da população das áreas rurais, conforme foi descrito. Apesar disso, a densidade demográfica ainda é bastante rarefeita, apenas mais elevada em pontos esparsos, especialmente em áreas onde ocorreu colonização agrícola (Rondonópolis, Jaciara, Cáceres) e/ou onde a agricultura é mais intensa.

Pode-se inferir a partir destas informações sobre o deslocamento das frentes de expansão que o movimento de população em direção às áreas rurais é maior que para as áreas urbanas. Observou-se, entretanto, através dos dados referentes à procedência da população urbana que dos 34 municípios do Estado, 12 contam com mais de 40% de pessoas que vivem em cidades e que são de procedência rural. Esta informação com certa reserva, mostra que no final da década de 60, já era relativamente representativo o número de pessoas da área rural do Estado migrando para as cidades. [61] Estas considerações levam a concluir que a migração rural é importante componente da Urbanização de Mato Grosso.

ESBOÇO DA DIREÇÃO DAS FRENTES DE EXPANSÃO

FIG: 8



3.3 O SURTO RECENTE DE URBANIZAÇÃO NO ESTADO

3.3.1 Fluxos Migratórios, Deslocamentos Internos de População e Urbanização

Os fluxos migratórios externos e os deslocamentos internos resultantes das transformações rurais que ocorreram em Mato Grosso geraram duas categorias de migrantes para as cidades de Mato Grosso e são responsáveis pelo surto de urbanização do Estado. Uma categoria pertence aos trabalhadores rurais e a outra aos fazendeiros, indivíduos autônomos, servidores públicos e profissionais liberais.

A cidade passou a ser, então, uma das soluções para a constante insegurança e precariedade em termos de trabalho para aqueles que viviam no campo, fornecendo-lhes morada e oportunidades ocasionais de trabalho na cidade, podendo em época de safra colocar-se também disponível para os trabalhos no campo.

Por outro lado, a reorganização das áreas rurais refletiu-se na vida urbana que passou a se reorganizar com a finalidade de atender às novas necessidades de serviço e comércio solicitados pelo campo. Neste sentido, a cidade tendeu a atrair a população pertencente a outra categoria, notabilizados na figura dos fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais, etc., que vão para as cidades matogrossenses atraídos pelos fatores de mudanças que afetam a área. Segundo Paul Singer, este tipo de migração proporciona o que ele chama de "oportunidades econômicas", constituem um fator de atração, na medida que oferecem uma remuneração mais elevada que o migrante poderia perceber na área de onde provém. Esta remuneração não deve ser entendida apenas como salário e sim a possibilidade de ganhar dinheiro.[62]

São assim os elementos expulsos do campo e aqueles atraídos pelas oportunidades econômicas de enriquecer, fornecendo serviços à população, ainda que na maioria miserável da cidade, os responsáveis pelo surto de urbanização pelo qual a região está passando. Esta urbanização pode ser chamada de doentia, uma vez que a maioria de seus habitantes não tem oportunidade permanente de emprego nas cidades, conforme se demonstrará no estudo do caso de Rondonópolis.

3.3.2 A Formação de uma Incipiente Rede Urbana

A urbanização que tem se verificado em Mato Grosso é um processo recente só detectado na última década, isto é, nos anos 70.

Para que se possa avaliar melhor este "surto" urbano em Mato Grosso, torna-se necessário fazer um retrospecto: primeiro, como surgiram as suas primeiras cidades; segundo, como eram as cidades matogrossenses em torno dos anos 50. Através destes elementos pode-se entender melhor o processo de urbanização atual.

A vida urbana em Mato Grosso remonta o início do século XVIII, época em que foi descoberto ouro nas proximidades de onde hoje está implantada a cidade de Cuiabá.

À época da mineração, inúmeras cidades surgiram, tais como: Rosário Oeste, Diamantino, Vila Bela (atual Mato Grosso), Poconé, N. S. Livramento, Alto Paraguai, Chapada dos Guimarães e Nortelândia, desempenhando o papel de controladores de produção aurífera, ou mesmo surgindo como ponto de passagem para estes centros. Neste sistema de cidades, Cuiabá representava o centro urbano mais importante, juntamente com Vila Bela.

Passado este ciclo, a vida econômica estagnou e por conseguinte, a vida urbana. A garimpagem foi a atividade que surgiu em determinadas áreas, principalmente do leste matogrossense, dando origem a fluxo migratório de certa relevância, e fazendo despontar inúmeras "corruptelas", [63] tais como: Barra do Garças, Poxoréo, Torixoréo, Guiratinga, Rondonópolis. O esgotamento dos recursos minerais, a decadência da atividade, teve como corolário, senão a estagnação destas cidades, pelo menos um crescimento bastante lento.

A ampliação dos mercados do Sudeste e a implantação de frigoríficos especialmente no Oeste Paulista, solicitam maior produção oriunda da atividade criatória. A expansão da pecuária em Mato Grosso se concretizou, então, realizando-se extensivamente, exigindo pouca mão-de-obra. A comercialização de gado, realizada diretamente, prescindiu de centros urbanos locais de importância relevante. Desta forma, a atividade econômica dominante no Estado, neste período, não atraiu população significativa para a área.

Deve-se observar que as atividades ligadas ao garimpo, a cria-

ção de gado e ainda à um extrativismo ligado a borracha, embora tendo se iniciado em períodos distintos, conviveram por algum tempo no Estado. Entretanto, não foram capazes de desenvolver um processo gerador de núcleos urbanos, e portanto, não desencadearam um crescimento rápido das cidades, que se deu de forma bastante lenta.

Desta forma, como reflexo desta vida econômica no Estado, a sua população urbana em 1950 girava em torno de 64.285 habitantes que se distribuia numa hierarquia urbana diferenciada, marcada pela inexistência de núcleos numa categoria intermediária, expressa pela ausência de cidades com população entre 5.000 e 10.000 habitantes. Basicamente, a estrutura urbana compreendia a capital do Estado, Cuiabá, que desempenhava funções administrativas e contava com uma população de 23.745 habitantes, e cinco cidades com população entre 2.000 e 5.000 habitantes, entre elas, Cáceres (4.618 habitantes), Poconé (3.058 habitantes), Várzea Grande (2.774 habitantes), sendo que a pecuária era a principal atividade econômica, além de Poxoréo (2.765 habitantes) e Guiratinga (2.596 habitantes), onde a mineração ainda se destacava, embora já se registrasse, nessa época, atividade criatória (figura nº 9). Esses núcleos juntos perfaziam uma população de 15.891 habitantes.

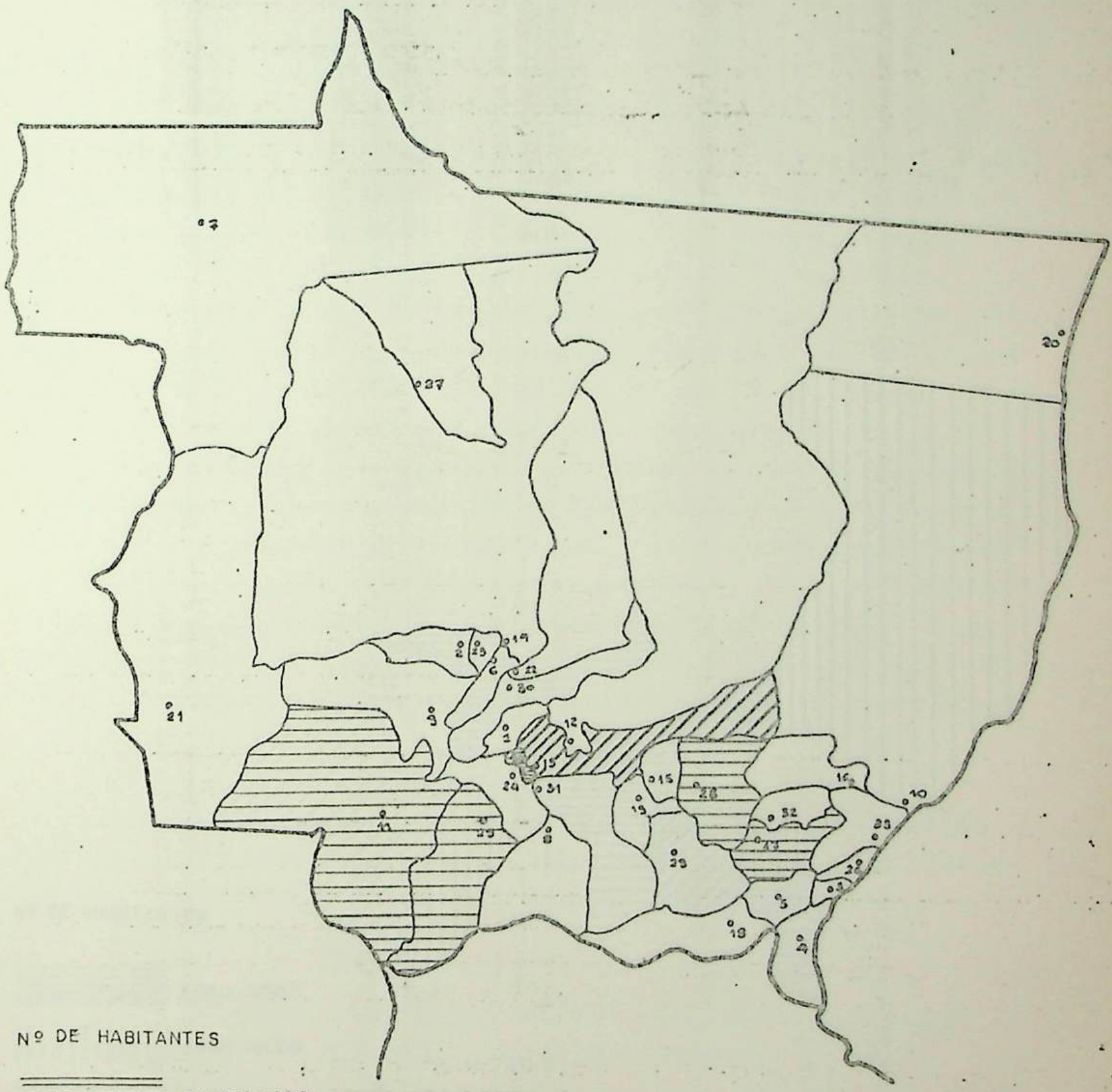
A população urbana de núcleos com população superior a 2.000 habitantes no ano de 1950 atingia 39.556 habitantes, sendo a proporção deste sobre o total urbano de 61,43 (número índice). Em 1960 pouca alteração havia se processado nesta estrutura urbana que só veio apresentar modificações na década seguinte.

A estrutura urbana em 1970 apresentou núcleos em diferentes níveis hierárquicos mostrando uma tendência a formação de uma rede urbana. A população urbana total aumentou significativamente englobando 232.072 habitantes, destes 175.313 vivendo em cidade de população superior a 2.000 habitantes, cuja proporção sobre o total urbano equivalia em número índice a 77,26 (figura 10).

A rede urbana, nesta época, compreendia 10 cidades com população entre 2.000 e 5.000 habitantes, que juntas atingiam uma população de 33.953 habitantes, englobando:

FIG: 9

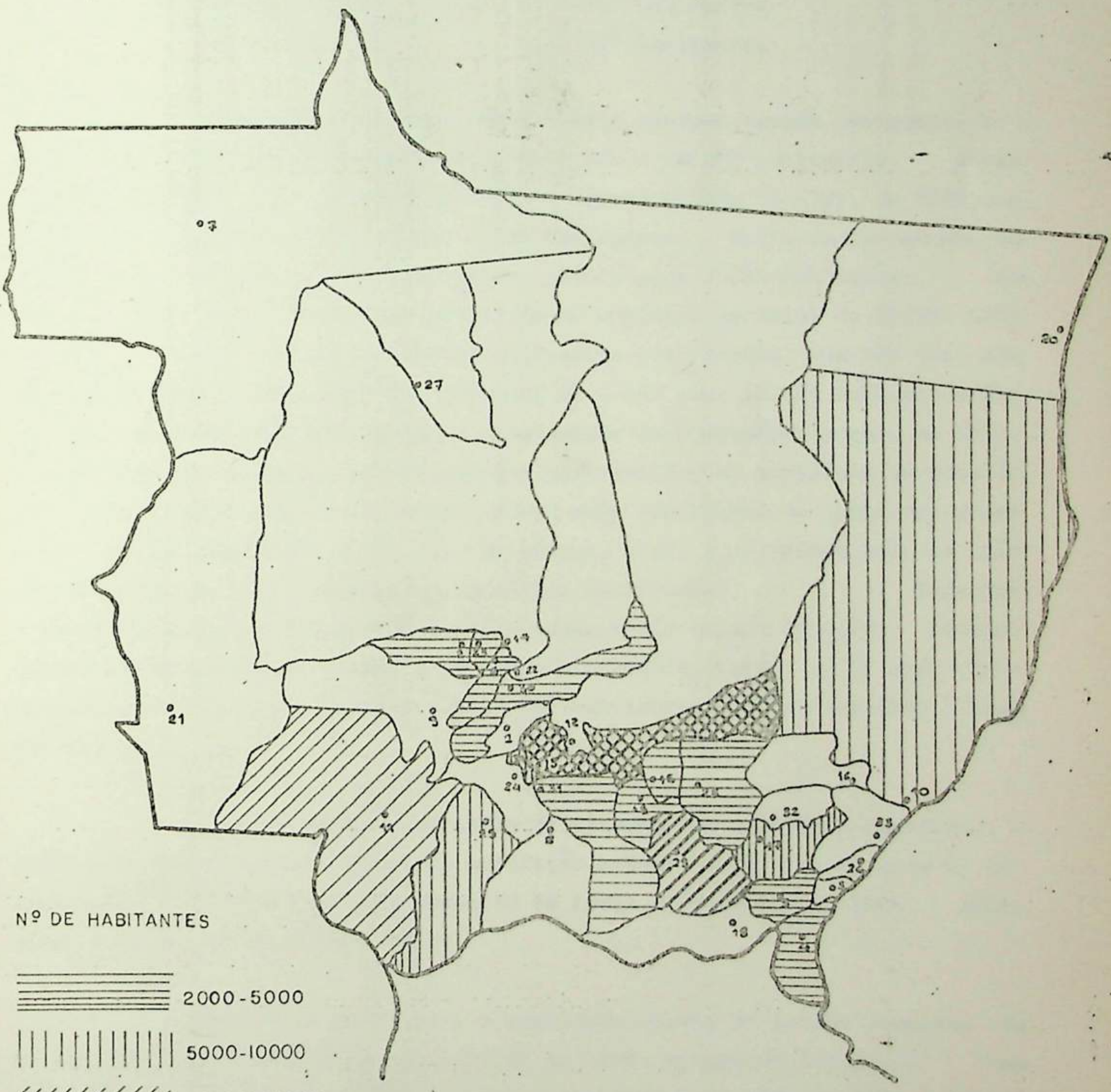
MUNICIPIOS CUJAS SEDES APRESENTAM
POPULAÇÃO SUPERIOR A 2000 HABITANTES - 1950



* - Ver relação dos municípios. Apêndice nº 4.

FIG: 10

MUNICIPIOS CUJAS SEDES APRESENTAM
POPULAÇÃO SUPERIOR A 2000 HABITANTES - 1970



* - Ver relação dos [illegible]pios.Apêndice nº 4.

Alto Araguaia	-	3.154 habitantes
Alto Garças	-	3.231 habitantes
Alto Paraguai	-	4.075 habitantes
Arenápolis	-	2.492 habitantes
Dom Aquino	-	4.127 habitantes
Jaciara	-	2.916 habitantes
Nortelândia	-	3.786 habitantes
Poxoréo	-	4.278 habitantes
Rosário Oeste	-	3.817 habitantes
Santo Antonio	-	2.077 habitantes

Além dessas cidades, Mato Grosso contava também com quatro cidades cuja população encontrava-se entre 5.000 e 10.000 habitantes, sendo que Guiratinga (5.633), Poxoréo (7.707) e Várzea Grande (8.639), em 1950, contavam com população entre 2.000 e 5.000 habitantes. Barra do Garças que, em 1950, era um núcleo com 789 habitantes, passou para 7.012 habitantes, em 1970. Esse grupo de cidades perfaziam no conjunto um total de 28.991 habitantes. Cáceres também apresentou expressivo crescimento, uma vez que, sua população mais do que duplicou, passando de 4.618 para 10.024 habitantes. Ainda neste período, foi expressivo o crescimento de Rondonópolis que, em 1950, era um pequeno vilarejo com 497 pessoas pertencentes ao município de Poxoréo, e em 1970 transformou-se no centro urbano mais importante do leste matogrossense com uma população de 22.707 habitantes, vindo a preencher mais um nível hierárquico que inexistia nos períodos anteriores. Esse foi o núcleo urbano que apresentou o maior crescimento urbano em todo o Estado. Cuiabá permaneceu como o centro de maior hierarquia, tendo, em 20 anos triplicado sua população, passando de 23.745 habitantes a 83.638 em 1970 (quadro IV).

Considerando a proporção de cidades com população superior a 2.000 habitantes sobre o total da população urbana, como taxa ou grau de urbanização [64] teremos que esta aumentou de forma expressiva em vinte anos, tendo passado de 61,43 para 77,26.

Em termos absolutos, a população urbana do Estado aumentou de 64.284 habitantes em 1950 para 117.674, em 1960, atingindo 232.072 em 1970. [65] Em 1950 a população urbana representava 30,23%, em 1960 36,15% e em 1970, 38,75%, tendo a população rural aumentado também de forma significativa, observando-se tendência a aumentar a participação da população urba-

na no total da população do Estado. Este fato se explica porque a vida econômica do Estado está alicerçada nas atividades agropecuárias, que no momento encontram-se em expansão.

Cumpre assinalar que, em muitas áreas, onde o povoamento começou a se dar nesta década provocou o surgimento de inúmeros núcleos que não constam nos dados oficiais. Por exemplo: em Chapada dos Guimarães.

NOVOS NÚCLEOS	POPULAÇÃO APROXIMADA 1979/80
Brasilândia	4.000 pessoas
Riolândia	186 famílias
Rio Manso	800 famílias
Colider	10 mil habitantes ao seu redor
Sinop	população um pouco inferior a 2.000 habitantes
Alta Floresta	2.000 habitantes aproximadamente

FONTE: Considerou-se as informações recebidas das pessoas conhecedoras da área.

Além desses núcleos, outros já existentes apresentaram intenso movimento de migrantes atraídos pela vida agrícola da área, neste caso se inclui Tangará da Serra e Mirassol do Oeste que, segundo consta, em 1978 só Tangará da Serra contava com 12.000 habitantes na zona urbana tendo passado à condição de município em 1976.[66]

Embora tenha ocorrido crescimento acelerado das cidades nos diversos níveis hierárquicos, foi particularmente importante o surgimento desses novos núcleos e o crescimento de núcleos recentes com população entre 2.000 e 5.000 habitantes, o que também é um aspecto de região em processo de ocupação recente.

Na atual malha rodoviária de Mato Grosso, é particularmente importante a posição de Cuiabá e Rondonópolis. À primeira corresponde o ponto de penetração (comumente denominada de "portal da Amazônia") de onde divergem rodovias estaduais para o norte, o leste e oeste do Estado de Mato Grosso, sendo considerada "um centro de excepcional importância para as relações entre a Amazônia e as áreas centro-meridionais do País" o que vem "concorrer para o seu dinamismo nos dias atuais."[67] Rondonópolis, situada

QUADRO IV - EVOLUÇÃO DOS NÚCLEOS SUPERIORES A 2.000 HABITANTES SEGUNDO A CATEGORIA DE POPULAÇÃO

ANO	NÚCLEOS ENTRE 2.000 E 5.000		NÚCLEOS ENTRE 5.000 e 10.000		NÚCLEOS ENTRE 10.000 e 20.000		NÚCLEOS ENTRE 20.000 e 50.000		NÚCLEOS COM MAIS DE 50.000	
	POPULAÇÃO TOTAL	Nº	POPULAÇÃO TOTAL	Nº	POPULAÇÃO TOTAL	Nº	POPULAÇÃO TOTAL	Nº	POPULAÇÃO TOTAL	Nº
1950	15.811	5	-	0	-	0	-	0	23.745	1
1970	33.953	10	28.991	4	10.024	1	22.707	1	83.638	1

FONTE: Censo Demográfico 1950/1970 - IBGE.

no entroncamento das rodovias que demandam São Paulo e Goiás, e que se unem para formar o principal eixo de interiorização do Estado — a Cuiabá/Santarém — teve nesta posição em relação às atuais vias de circulação, também, importante fator a contribuir para o seu crescimento urbano. Entretanto, outros fatores também concorreram para o crescimento destes dois centros. Em Cuiabá a função administrativa certamente favoreceu o crescimento, além de ter sido importante centro de beneficiamento de borracha da Amazônia Norte Matogrossense. A colonização agrícola em áreas de mata, na década de 50 em Rondonópolis, proporcionou a este município posição de destaque na produção agrícola do Estado, especialmente com relação ao algodão e ao arroz, proporcionando um crescimento expressivo da cidade de Rondonópolis como centro beneficiador e distribuidor da produção municipal.

Deve-se observar que o brusco crescimento urbano desta fase não atingiu a todos os núcleos urbanos Matogrossenses como se poderia imaginar, ao contrário, determinadas cidades apresentaram crescimento bastante lento frente a rapidez do processo de urbanização verificada no Estado.

Estas, na sua maioria, estiveram ligadas, no passado, a outras atividades como a mineração (Torixoréo, Poxoréo, por exemplo) ou situavam-se nas proximidades do rio Cuiabá e tinham na atividade portuária, alguma expressão (Barão de Melgaço, Stº Antonio de Leverger e Acorizal).

A decadência da mineração e da navegação fluvial em municípios que não foram atingidos pela modernização das atividades agropecuárias e paralelamente por novas vias de penetração trouxe, como consequência para estas cidades, uma não revitalização de sua vida urbana e que, por conseguinte, gerou um reduzido crescimento urbano ou mesmo estagnação.

3.3.3 O Papel do Setor Terciário na Urbanização

O Estado de Mato Grosso conta com um número bastante significativo de estabelecimentos e pessoal empregado no comércio varejista, sendo das atividades ligadas aos centros urbanos aquela que maior número de pessoas absorveu no mercado de trabalho, no período de 1950 até 1970.

Além do comércio varejista, as atividades ligadas aos serviços apresentam grande importância em termos de absorção de trabalho. Em 1950, contava o Estado com 277 estabelecimentos ligados aos serviços, tendo chegado aos 2.070 estabelecimentos em 1970. O pessoal empregado, da mesma forma, aumentou passando de 687 indivíduos, em 1950, para 4.381 em 1970. Esses serviços se prendem às necessidades das áreas urbanas, mas também das áreas rurais, pois, devido às transformações que vêm se processando nas atividades a

gropastoris, torna-se importante a introdução de serviços antes inexistentes. O serviço bancário inclui-se neste caso, pois é fundamental para a expansão da atividade agrícola, através de financiamento para investimentos e implantação de propriedade, ou para custeio e comercialização. Razão pela qual 18 agências do Banco do Brasil foram implantadas na área a partir de 1962 sendo 13 no período entre 1967 e 1979, época em que também se verificou maior número de implantações de projetos agropecuários na área. (Quadro V).

Na década de 50 não se instalou nenhuma agência no Estado, entretanto 3 foram abertas em 40 e 2 na década de 20. A abertura de agências no início dos anos 20 deve-se provavelmente ao movimento portuário das duas cidades — Cuiabá e Barão de Melgaço — situadas ao longo do Rio Cuiabá, através do qual se realizava praticamente o único contato comercial com o Sudeste brasileiro. Na década de 40 o extrativismo vegetal ligado à extração do latex e exploração de garimpos certamente explicam a abertura de agências em cidades como Cáceres, Torixoréo e Guiratinga. A ausência de agências bancárias na década de 50 prende provavelmente ao fato anteriormente mencionado: decadência das áreas de garimpo e uma atividade criatória cuja comercialização se fazia diretamente entre criadores prescindindo de serviços urbanos.

O comércio atacadista apresentou crescimento diferente entre as duas décadas. Entre 1950 e 1960, houve uma redução no número de estabelecimentos e do pessoal empregado. Entretanto, na década seguinte, apresentou aumento, ainda que pequeno, quando comparado ao do comércio varejista. O comércio atacadista, entre as duas últimas décadas, caracterizou-se, também, por ser, dentre as atividades do setor terciário, aquela que menor número de pessoas empregou.

Este fato prende-se muito mais às próprias mudanças no comércio de atacado e varejo, em termos nacionais, do que à situação propriamente dita local. O comércio atacadista no Brasil vem se reduzindo graças às significativas modificações ocorridas no setor de distribuição dos produtos "in natura" e/ou industrializados. Os supermercados reduzem em parte o papel do comércio atacadista diversificado e muitos produtos industrializados são distribuídos diretamente ao varejo pelas respectivas indústrias, que dessa forma, também tornam desnecessário a figura do comerciante de atacado.

Muitas cidades, entre elas Rosário Oeste, Santo Antonio do Leverger, N. S. Livramento, B. Bugres, Guiratinga, Torixoréo, Alto Paraguai, que apresentavam comércio atacadista em 1950 não contavam com nenhum estabelecimento do tipo em 1970. Dessas cidades, algumas praticamente ficaram estagnadas economicamente, como é o caso de Santo Antonio, Torixoréo, N. S. Livramento, devendo-se a este fato o desaparecimento desse tipo de comércio.

QUADRO V

ANO DE CRIAÇÃO DAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL

EM MATO GROSSO

MUNICÍPIO	ÉPOCA DA CRIAÇÃO DAS AGÊNCIAS
Barão de Melgaço	15/03/22
Cuiabá	15/03/22
Cáceres	10/06/42
Torixoréo	10/06/42
Guiratinga	17/09/43
Alto Araguaia	15/09/62
Rondonópolis	21/02/64
Itiquira	21/02/64
Poxoréo	24/02/64
Barra do Garças	20/07/64
Poconé	10/04/67
Nossa Senhora do Livramento	10/04/67
Acorizal	18/03/68
Rosário Oeste	18/03/68
Alto Paraguai	03/03/74
Diamantino	08/03/74
Jaciara	28/05/76
Dom Aquino	31/05/76
Barra do Bugres	05/11/76
Luciara	21/07/78
Aripuanã	04/07/79
Chapada dos Guimarães	05/03/79
Mato Grosso	25/09/79

FONTE: Banco do Brasil - 1980.

QUADRO VI

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E PESSOAL OCUPADO, SEGUNDO OS DIFERENTES SETORES DE ATIVIDADE - 1950/1960/1970

ATIVIDADES	1950		1960		1970	
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	NÚMERO DE PESSOAL OCUPADO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	NÚMERO DE PESSOAL OCUPADO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	NÚMERO DE PESSOAL OCUPADO
Comércio Varejista	1.073	1.786	1.383	2.499	4.119	7.786
Comércio Atacadista	69	191	55	175	89	445
Serviços	277	687	267	711	2.070	4.381
Industrial	158	1.527	327	2.119	878	2.954

FONTES: Censo Econômico 1950 - IBGE
Censo Comercial/Serviços 1960 - IBGE
Censo Industrial, Comercial e Serviços 1970 - IBGE

Entretanto, outras cidades vêm apresentando crescimento em outros setores de atividades, enquanto o comércio atacadista praticamente desapareceu.

O Setor secundário em 1950 e 1960 era, depois do comércio varejista, a atividade que maior número de pessoas absorvia, entretanto, em 1970 perde essa posição para as atividades ligadas aos serviços (Quadro VI).

Os municípios que apresentavam em 1970 maior número de atividades ligadas à indústria, foram Cuiabá, Rondonópolis, Cáceres, Jaciara, Várzea Grande. Cuiabá e Cáceres foram as cidades que concentraram o beneficiamento de produção extrativa vegetal como a borracha e a poaia, respectivamente. Estas em declínio não participam atualmente de forma significativa no setor industrial nestas cidades. Atualmente são as indústrias de madeira e alimentares as responsáveis pelo desempenho do setor, além dos estabelecimentos ligados à produção agropastoril. Em Rondonópolis o beneficiamento de arroz e do algodão e a presença de olarias, são as suas principais atividades industriais, enquanto em Jaciara prende-se a indústria açucareira. Em Várzea Grande, por exemplo, em 1950 localizavam-se cinco estabelecimentos industriais que ocupavam 34 indivíduos. Em 1960, eram vinte e cinco estabelecimentos empregando no total 166 indivíduos. Em 1970 passou para oitenta e um estabelecimentos absorvendo 372 pessoas. Várzea Grande é, depois de Cuiabá e Rondonópolis, o município de maior expressão no setor de indústria, quanto a estes dois aspectos. Note-se que, esta atividade tende a crescer no referido município, graças à iniciativa da prefeitura que doou terreno às empresas industriais que tivessem interesse em se estabelecer no município, tendo ainda oferecido a vantagem de isenção de impostos por 15 anos. Tal iniciativa levou para Várzea Grande, entre outras empresas, a Sadia e a Coca-Cola. Além disso, outros municípios já começam a estimular o setor e a implantar Distritos Industriais, como é o caso de Cuiabá. Em 1978, era uma das metas da Prefeitura a criação de um Distrito Industrial como uma forma de absorver a mão-de-obra disponível nesta cidade.

O setor industrial, a grosso modo, pouco se expandiu e por conseguinte gerou reduzida oferta de mão-de-obra, especialmente se comparada com a demanda. Portanto, as atividades ligadas aos centros urbanos, e que mais cresceram concomitantemente à urbanização, foram aquelas ligadas ao setor terciário sendo, por conseguinte, as responsáveis pela urbanização do Estado.

Embora não se conte com dados censitários referentes às condi-

ções instáveis de emprego, números de pessoas ocupadas em trabalho não qualificados e número de desempregados, pode-se admitir a presença destes de forma significativa em inúmeras cidades, pequenas e médias, como: Guiratinga, Barra do Garças, Torixoréo, Chapada dos Guimarães, Rosário Oeste, Cuiabá, nas quais teve-se a oportunidade de se constatar a sua presença quando da aplicação de questionário [68] à população situada na periferia destas cidades. Além disto, em projeto realizado por técnicos da Prefeitura de Cuiabá, no Bairro Zé Pinto, visando a regularização dos lotes numa área antiga (sete anos) de invasão, pode-se obter informações que vêm complementar o estudo da absorção de mão-de-obra nas cidades de Mato Grosso. Neste bairro verificou-se que "da população total, 34% possuem profissões definidas sendo a construção civil a que obteve maior demanda do bairro, . . dentro da construção civil as profissões mais encontradas seguem a seguinte ordem: pedreiro, trabalhador braçal, carpinteiro, servente, ajudante de pedreiro, eletricista e pintor. [69] (Quadro VII).

QUADRO VII

OCUPAÇÃO NO BAIRRO ZÉ PINTO - CUIABÁ

TIPO DE OCUPAÇÃO	PERCENTUAL
Construção Civil	45%
Comerciante	10%
Funcionário Público	10%
Doméstica	8%
Motorista	8%
Guarda, porteiro, vigilante	8%
Vendedor, franquista, charreteiro	4%
Borracheiro, lanterneiro, mecânico	4%
Aposentado	3%
Outros	2%

FONTE: Prefeitura Municipal de Cuiabá
"Projeto do Bairro Zé Pinto" - 1977 - p. 19

A política do governo estabelecida para a área beneficiando empresas nacionais e multinacionais, deu-se através da implantação de infra-estrutura, notadamente estradas por iniciativa governamental. Em fase posterior outros projetos se localizaram ao longo dos grandes eixos de penetração (especialmente na Cuiabá/Santarém). Desta forma, a maioria dos empreendimentos agropecuários que se implantaram na região, se estabeleceram em municípi-

os de fácil acesso ao SE especialmente S. Paulo e/ou Goiás, a fim de obter vantagens de valorização de terras e/ou de escoamento da produção agropecuária.

Assim sendo, as cidades e a maioria dos novos núcleos que surgiram e que mais cresceram foram aquelas que melhor se localizavam na atual rede de transportes do Estado, as que maiores solicitações receberam das áreas rurais, valendo dizer que foram aquelas que se localizavam em áreas rurais que maior capital receberam com a expansão de empreendimentos agropecuários oriundos do centro sul do país ou mesmo do estrangeiro. Percebe-se,portanto, claramente que esta expansão não se propagou de forma homogênea no espaço, tendo sido mais intensa em determinadas localidades, originando o crescimento de pequenas cidades e o surgimento de novos núcleos. Os centros mais populosos e/ou que maiores vantagens comparativas apresentaram para que estes empreendimentos pudessem se expandir — Cuiabá, Rondonópolis, Cáceres, Barra do Garças — vieram compor o nível mais alto na hierarquia urbana de Mato Grosso. Nelas os rítmos de crescimento urbano foram os mais expressivos do Estado.

NOTAS

37 - Cardoso, Fernando Henrique e Muller, Geraldo. Amazônia: Expansão do Capitalismo. São Paulo, Edições Brasiliense, 1977, pp 155-166.

38 - Presidência da República. II Plano Nacional de Desenvolvimento, Brasília, 1975-1979, p. 66.

39 - Termo utilizado por Cardoso, F. H. e Muller, G. . Op. Cit., p. 12.

40 - Manzolillo, Vera Lucia. Capital Estrangeiro vai ao Campo. Movimento, 8 de maio 1978, p. 17.

41 - Fonte: SUDAM/1979.

42 - Este fato foi detectado por Maria Conceição D'Incao, em trabalho realizado na Alta Sorocabana: "Segundo informações colhidas, estes proprietários venderam suas terras a fim de se deslocarem para regiões onde a terra fosse mais barata (Estado de Mato Grosso, especialmente) e pudesse ser adquirida em maiores quantidades, atendendo, assim mais adequadamente as necessidades do seu principal empreendimento: a pecuária. Confirmando isso, convém lembrar que é bastante comum na Alta Sorocabana o pecuarista que possui fazendas em Mato Grosso ou mesmo no Estado do Paraná." Ver a respeito: Mello, Maria Conceição D'Incao. O Bóia Fria: Acumulação e Miséria. Petrópolis, Editora Vozes, 1976, p. 45.

43 - Opinião expressa por técnico da EMATER em Barra do Garças, em julho de 1977.

44 - Ibid.

45 - Manzolillo, Vera Lucia. Op. cit., p. 15.

46 - Para ter melhor idéia da reduzida capacidade de mão-de-obra, cita-se uma fazenda em Barra do Garças cuja área corresponde a 2.000ha abrigando 1.000 rezes e oferecendo emprego a 3 trabalhadores rurais.

47 - Emprega-se o termo trabalhador rural, englobando posseiros, arrendatários, assalariados permanentes e temporários.

48 - Mello, Maria Conceição D'Incao. Op. cit., p. 72.

49 - Ibid, p. 42.

50 - Silva, José F. Graziano. A Modernização Dolorosa. Movimento, 8 de maio 1978, p. 16.

51 - O arrendamento no qual se verifica o pagamento do aluguel em dinheiro não é frequente em Mato Grosso, o que se observa na prática é a par

ceria cujo pagamento é realizado parte pela produção e parte pelo compromisso de plantar capim. Entretanto, na área, estes parceiros se denominam arrendatários ou lavradores. Desta forma, optou-se por empregar o termo utilizado no linguajar popular e para efeitos estatísticos considerou-se pertencente a categoria à soma dos arrendatários e parceiros.

52 - Antuniassi, Maria Helena. Contribuição ao Estudo das Relações de Produção no Meio Rural. II Reunião Nacional de Mão-de-Obra Volante na Agricultura. Botucatu, UNESP, 1976, p. 14.

53 - Guimarães, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. São Paulo, Editora Fulgor, 1964, p. 102.

54 - Fonseca, Manoel Pinto. Campesinato Matogrossense. Caminhos e Perspectivas. Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Ano IV, Brasília, 1974.

55 - Estes dados não coincidem também com os dados do INCRA para 1972 que atribui a presença de 44.440 trabalhadores assalariados neste ano no Estado de Mato Grosso.

56 - Gonzales, Elbio N. e Bastos, Ma. Inês. O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira. In: Capital e Trabalho no Campo, São Paulo, Hucitec, 1977, p. 35.

57 - Paratininga é um dos novos núcleos que surgiram na área recentemente, localiza-se no município de Chapada dos Guimarães.

58 - A diária a seco na época da pesquisa (1977) no município de Chapada dos Guimarães era da ordem de Cr$40,00 (quarenta cruzeiros).

59 - Silva, José Graziano. Op. Cit., 16.

60 - Considera-se Frente de Expansão a área que se "caracteriza pelo uso privado das terras devolutas em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso a figura central de frente de expansão é a do ocupante ou posseiro." Ver a respeito: Martins, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo. Estudos sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1975, p. 46.

61 - O Censo Demográfico de 1970 não determina o Estado com relação à procedência urbana e rural. Desta forma, não se pode afirmar que a presença significativa de pessoas vivendo nas cidades e de procedência rural seja de uma área rural de Mato Grosso, e portanto, definir quantitativamente o êxodo rural. Por outro lado, chegou-se a considerar esta pos-

sibilidade uma vez que se verificou que a maior parte da população não natural dos municípios pertenciam ao próprio Estado.

62 - Singer, Paul. Op. cit., pp 29-61.

63 - Denominação de pequenos núcleos em áreas de garimpo. Termo que, entretanto, ainda é empregado na área.

64 - Utilizado por Cardoso, Fernando H. e Muller, Geraldo. Op. cit., p. 54.

65 - Observe-se que a população total, rural e urbana entre os períodos 50/60 decresceu nos municípios de Alto Araguaia, Diamantino, Mato Grosso , Guiratinga, Poxoréo, Santo Antonio e entre 1960 e 1970 nos municípios de Aripuanã, Ponte Branca, Rosário Oeste e Tesouro. Este fato, prende-se a desmembramentos ocorridos a esses municípios neste período. As únicas exceções foram os municípios de Mato Grosso, que embora não tendo apresentado desmembramento, diminuiu seu contingente rural entre 1950 e 1960, enquanto Rosário do Oeste, mesmo tendo desmembrado, aumentou sua população urbana e diminuiu a população rural em 1970.

66 - Dados fornecidos pela Secretaria de Planejamento de Mato Grosso.

67 - Fundação IBGE. Geografia do Brasil - Região Centro-Oeste. Vol. 4. Rio de Janeiro, SERGRAF, 1977, p. 204.

68 - A aplicação deste questionário ocorreu entre julho e agosto de 1977 num trabalho realizado sobre Trabalhador Rural Volante num Convênio entre Ministério do Trabalho e Departamento de Geografia de Mato Grosso.

69 - Prefeitura Municipal de Cuiabá - "Projeto Zé Pinto". Cuiabá, 1977, p. 19.

4. A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE RONDONÓPOLIS

O fluxo migratório, responsável pelo brusco crescimento populacional de Rondonópolis, faz parte de um contexto mais amplo, ou seja, o das migrações internas brasileiras e, neste âmbito, relaciona-se aos movimentos populacionais provocados pelo alargamento da fronteira agrícola no Brasil, através da conquista de novas áreas. (figuras 11 e 12).

Rondonópolis, até 1953 pertencia administrativamente a Poxoréo, e com relação às atividades econômicas formava um dos núcleos mineradores ao leste matogrossense. Suas terras foram ocupadas por posseiros oriundos do sul de Mato Grosso do Sul e das áreas mineradoras. Nesta mesma década o Governo do Estado titulou as posses e distribuiu lotes a colonos que produzindo arroz e algodão fizeram de Rondonópolis importante área agrícola do Estado.

O processo de alargamento da fronteira agrícola que veio se concretizando por volta de 1968/72, em Mato Grosso, encontrou no município de Rondonópolis, e região circunvizinha, áreas disponíveis e apropriadas para a atividade agrícola. Além disso, graças à posição da cidade de Rondonópolis, localizada em entroncamento de dois eixos rodoviários que demandam o Sudeste e o Estado de Goiás, ela foi capaz de responder, de forma mais intensa que outras cidades do leste matogrossense às transformações rurais introduzidas na área.

A ocupação desta porção do Estado foi se transformando movida pelo sistema capitalista de produção resultando novas formas de utilização do espaço agrícola, com repercussões econômicas e sociais no campo e na cidade e na formação do espaço urbano de Rondonópolis. Esse processo engendrou diversos movimentos, no espaço, em diferentes etapas, do tempo: o deslocamento por atração de população de outras áreas urbanas, em direção a Rondonópolis; a transferência para a área de população rural oriunda de outras regiões agrícolas brasileiras e a saída dessas populações para outras áreas ao norte do Estado e/ou para a cidade. Esses movimentos, embora impulsionados pelo mesmo processo, ora resultaram numa atração exercida por Rondonópolis, ora pela expulsão das áreas rurais e ida para a cidade.

4.1 OS PRINCIPAIS ATORES DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM RONDONÓPOLIS

4.1.1 Os Migrantes por Expulsão - Êxodo Rural

O novo contexto econômico implantado na área resultou num considerável incremento da área de lavoura temporária e da área de pastagens, no município de Rondonópolis, num curto período de tempo. [70] (Quadro VIII).

QUADRO VIII
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO MUNICÍPIOS DE RONDONÓPOLIS
EM 1960 E 1970

ANO	LAVOURA		PASTAGENS		MÃO-DE-OBRA	
	PERM.	TEMP.	ART.	NAT.	PERM.	TEMP.
1960	1.652	13.731	38.036	16.432	606	505
1970	721	29.915	185.369	136.500	1.179	809

FONTE. Censos Agropecuários - 1960/1970.- IBGE.

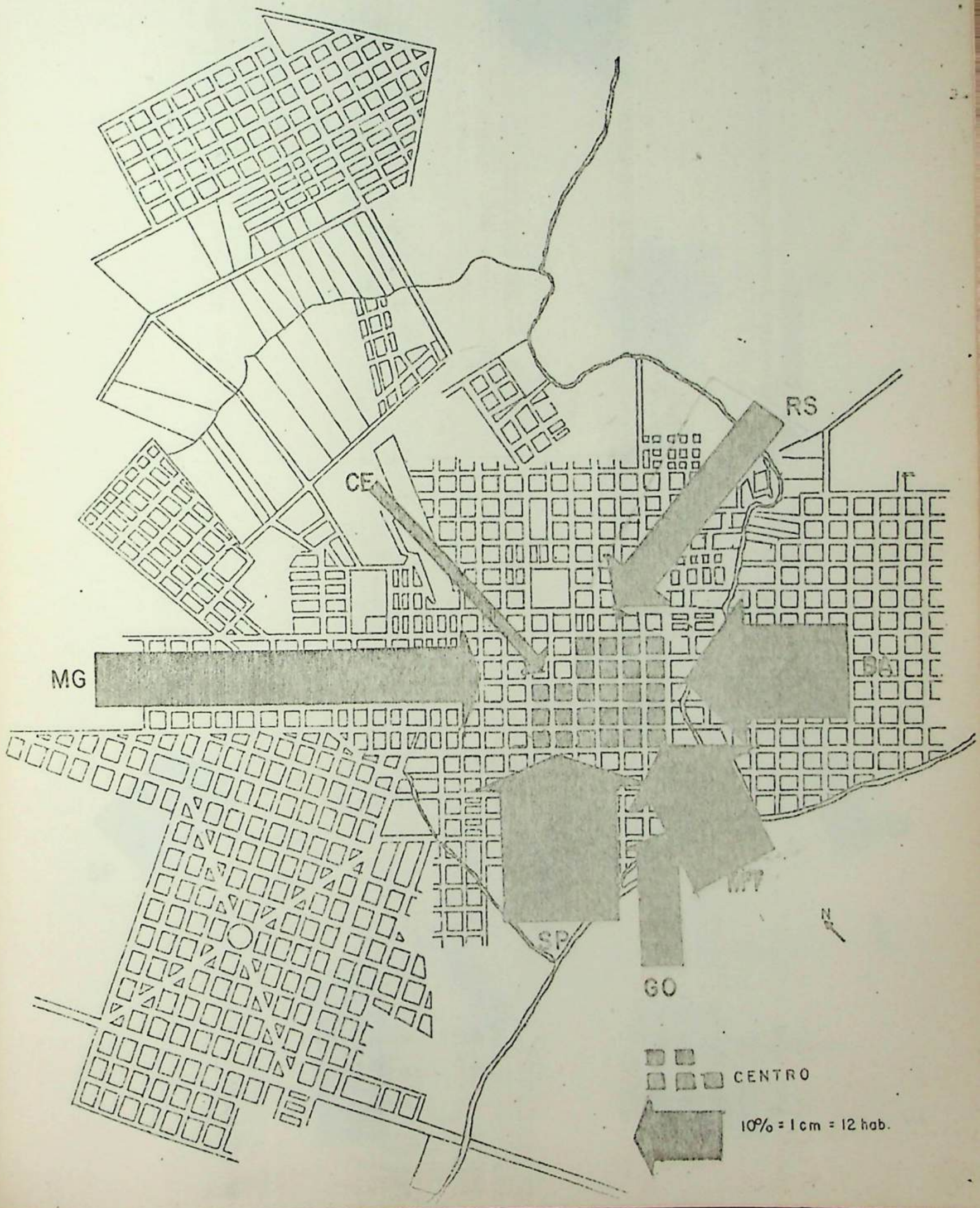
Este fato gerou, imediatamente, uma ampla oferta de emprego de assalariados temporários e permanentes, (Quadro VIII), o que atraiu população de origem rural de diversas partes do país, que se engajou em atividades ligadas à implantação de fazendas, tais como: desmatamento, feitura de cercas, currais, etc., ocasionando o aumento desta categoria de trabalhadores. Entretanto, concluída esta fase, a necessidade de mão-de-obra se reduziu, dando origem a uma enorme defasagem entre oferta de emprego e demanda de mão-de-obra, que só foi contornada através da saída desta categoria de trabalhador para fora da região, especialmente para Rondonópolis.

Paralelamente, temos que considerar que esse novo uso do solo rural só pode se concretizar mediante uma mudança da estrutura fundiária do município.

Rondonópolis foi favorecido pela colonização estadual, através da regularização de lotes a posseiros que ocuparam na década de 50

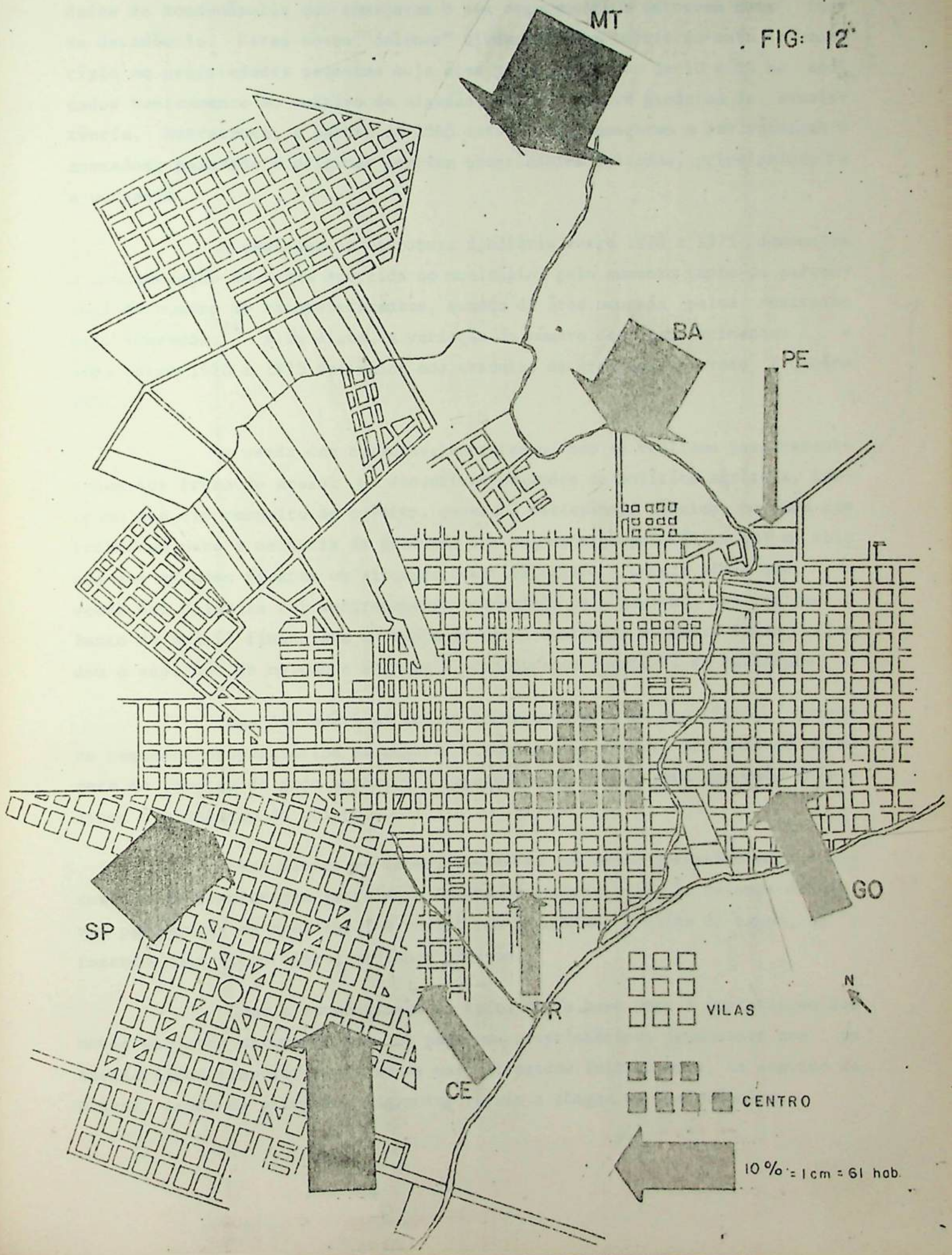
ORIGEM DA POPULAÇÃO DO CENTRO
SEGUNDO O ESTADO DE NASCIMENTO

FIG: II



ORIGEM DA POPULAÇÃO DAS VILAS
SEGUNDO O ESTADO DE NASCIMENTO

. FIG: 12



terras do município vindos do sul do Estado de Mato Grosso do Sul proveniente de áreas de expansão agrícola ou de antigas áreas de garimpo nas proximidades de Rondonópolis que começavam o seu esgotamento e entravam numa fase de decadência. Estes novos "colonos" situaram-se em terras de mata do município em propriedades pequenas cuja área girava em torno de 10 e 30 ha dedicados basicamente ao cultivo de algodão, arroz e outros produtos de subsistência. Entretanto, a partir de 1965 estes lotes começaram a ser vendidos e anexados, passando a originar grandes propriedades voltadas, principalmente a pecuária.

A evolução da estrutura fundiária entre 1970 e 1975 demonstra a concentração da terra ocorrida no município, pelo aumento tanto do percentual do número de estabelecimentos, quanto da área ocupada pelos extratos mais elevados.[71] Além disso, a variação do número de estabelecimentos e área entre 1970 e 1975 foi maior nos extratos de área mais elevado (Quadro IX).

A venda das colônias, entretanto, não se realizou passivamente e nem foi fruto do acaso. Os incentivos oriundos da política agrícola, tanto no que diz respeito ao crédito, quanto à assistência técnica, em nada contribuiram para a melhoria da produção dos pequenos proprietários que em relação aos grandes ficaram em situação desprivilegiada. Consta ainda que, a venda das colônias foi indiretamente estimulada pelo governo, uma vez que o Banco do Brasil financiava a compra de terra contínuas e, desta forma, ajudou a expulsão do colono e acentou a concentração fundiária no município.

Uma das práticas que se tornaram comuns no município, quando os pequenos proprietários se negavam a vender suas terras, era colocar um número de cabeças de gado superior à capacidade do pasto, para que este invadisse a plantação do colono.

Esse elenco de fatos, demonstra que mesmo desestimulados e produzindo em desvantagem em relação ao grande proprietário, os colonos desejavam permanecer na área rural e resistiram ao máximo, à saída do campo, só o fazendo como ficou claro, mediante pressão.

Como a concentração da terra foi a base para a implantação dos novos projetos agropecuários, os pequenos proprietários, juntamente com os assalariados temporários foram os mais atingidos inicialmente, no sentido de migrar, sendo os primeiros migrantes rurais a chegar em Rondonópolis.

QUADRO IX

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA, SEGUNDO

CLASSES DE ÁREA - 1970/1975 - MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS

ANO		GRUPOS DE ÁREA - ha											
		MENOS 10		10 - 100		100 - 1.000		1.000 - 10.000		MAIS 10.000		TOTAL	
		ESTAB.	ÁREA ha	ESTAB.	ÁREA ha	ESTAB.	ÁREA ha	ESTAB.	ÁREA ha	ESTAB.	ÁREA ha	ESTAB.	ÁREA ha
1970	Nº	3.160	13.546	1.157	38.059	392	130.217	84	251.138	5	80.906	4.798	513.866
	%	65,80	2,63	24,11	7,40	8,17	25,34	1,75	48,37	0,10	15,74	100,00	100,00
1975	Nº	3.361	14.298	1.180	38.618	454	151.076	106	302.597	8	108.295	5.109	614.883
	%	65,78	2,38	24,59	6,28	9,46	24,56	2,20	49,21	0,16	17,61	100,00	100,00

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário 1970

FIBGE - Sinopse do Censo Agropecuário - 1975

Os arrendatários foram outra categoria de mão-de-obra empregada no período que compreendeu a formação dos estabelecimentos agropecuários. Seu incremento (Quadro X) se deu junto ao processo de incorporação de novas áreas agrícolas ao espaço produtivo, através de sucessivos contratos de trabalho que giraram em torno de 2 a 3 anos nos quais rezavam, muitas vezes, a obrigatoriedade de plantar capim ao término do contrato. Entretanto, as áreas inexploradas foram se esgotando e ao mesmo tempo se reduzindo as chances de novos contratos.

QUADRO X

CONDIÇÃO DO PRODUTOR - ARRENDATÁRIOS

ANO	ESTABELECIMENTO	ÁREA (ha)
1960	179	5.941
1975	2.265	18.257

FONTES: IBGE - Censo Agropecuário - 1960.
FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1975.

Pela observação da área, ficou claro que os arrendatários estão fortemente arraigados à área rural, sentindo-se como lavradores e para eles sua "profissão é tocar roça". Por esta razão esgotam todas as oportunidades de trabalho no campo, mesmo "rodando" com a família no próprio município e vivendo a situação de constante instabilidade em relação ao emprego. Isto vem demonstrar que a oção pela cidade é a sua última alternativa, isto é, quando não encontra mais terras para arrendar.

A chegada dos arrendatários em Rondonópolis se deu posteriormente à dos assalariados e dos colonos, sendo portanto mais recente e veio se acentuando, progressivamente, após 1972. (Quadro XI) Esse fato se explica porque essa classe de trabalhadores só se torna desnecessária quando de fato se concretiza a formação dos estabelecimentos com pastagens, processo este que vem se realizando no município.

Esses trabalhadores rurais, colonos e arrendatários foram numericamente um dos principais componentes do rápido crescimento urbano que

tornou Rondonópolis numa das cidades de maior população de Mato Grosso.

Essa massa de indivíduos, não só pelo número que a compõe, como também pelo drama que os envolve, tornou-se um dos personagens marcantes do processo de urbanização. Conforme se observou através do levantamento na cidade, 61% dos migrantes domiciliados nas vilas vieram da área rural (figura nº 13), procedentes, predominantemente, de áreas rurais do próprio município de Rondonópolis, e também de sua região circunvizinha (Jaciara, Guiratinga, Poxoréo). Quando tomados em conjunto, declaram que os problemas ligados à área rural, tais como: não ter terras para trabalhar, falta de lucro e problemas com o patrão, além de estudos para os filhos, foram os principais motivos que os levaram a migrar (Quadro XII).

Estes fatos confirmam que a razão da escolha de Rondonópolis se deu muito mais por ser a cidade mais próxima e conhecida e por ser aquela onde já viviam outros familiares, do que pela atração exercida pela cidade. (Quadro XIII) Claro está que estes motivos estão relacionados a uma expectativa de melhora à qual eles atribuem que Rondonópolis teria capacidade de responder. Desta forma, vem se confirmando que a saída do campo desses trabalhadores se explica mais pelo esgotamento de oportunidades de emprego no campo e à consequente falta de perspectiva na área rural.

Este fluxo de migrantes ao chegar a Rondonópolis procurou localizar-se em áreas acessíveis às suas condições financeiras, o que só pode ser atendido pelas novas vilas que vinham sendo abertas. Esses bairros, localizados esparsamente em torno do centro da cidade, inexistiam no período que antecede este processo de mudança. Contudo, o aumento em número e em população a partir de 1972 e a expressiva participação da população de origem rural, nos leva a concluir que esta área da cidade é um produto direto dessas transformações pelas quais Rondonópolis passou.

4.1.2 - Os Migrantes por Atração

É de consenso geral que as áreas de ocupação recente sempre se

QUADRO XI

ANO EM QUE O MIGRANTE RURAL CHEGOU NA CIDADE DE RONDONÓPOLIS, SEGUNDO A CONDIÇÃO NA ÁREA RURAL

CATEGORIA / ANOS	MEMBRO NÃO REMUNERADO %	PROPRIETÁRIO %	POSSEIRO %	ARRENDATÁRIO %	PARCEIRO %	ASSALARIADO %
1978	-	1	-	1	-	-
1977	6,5	6,5	6,5	69,6	6,5	4,3
1976	7,0	16,3	-	69,8	2,3	4,6
1975	16,7	16,7	-	61,1	-	5,5
1974	3,1	9,4	-	71,9	3,1	9,4
1973	-	30,0	-	70,0	-	-
1972	-	34,8	4,3	47,8	4,3	8,7
1971	8,3	16,7	-	66,7	8,3	-
1970	-	10,0	-	80,0	5,0	5,0
1969	6,7	20,0	-	33,3	20,0	20,0
1968	.	66,7	-	22,2	11,1	-

FONTE: Dados de pesquisa de campo realizada em Rondonópolis - 1978.

configuraram como aquelas onde é possível obter maiores oportunidades econômicas, especialmente aquelas vinculadas ao fato de ganhar mais dinheiro em curto tempo, graças às chances de novos negócios que estão sendo introduzidos na área e pela rápida valorização da terra, tanto na área urbana, como rural. Neste sentido inúmeros indivíduos deslocaram-se para Rondonópolis, em busca de enriquecimento aplicando em terras, gado e em outros tipos de negócios, igualmente vantajosos e apoiados, inclusive, na própria imagem criada em torno do Estado.[72]

Ao mesmo tempo, a instalação de órgãos estaduais e bancos, especialmente o Banco do Brasil (1964), tornou necessária a transferência de funcionários para a cidade, ao mesmo tempo que criou uma relativa oferta de emprego local. Esta foi, também, ampliada pelos novos serviços criados na cidade, como hospitais, escolas, escritórios de assistência técnica, etc. . Esse fato atraiu mão-de-obra especializada e profissionais liberais para a cidade.

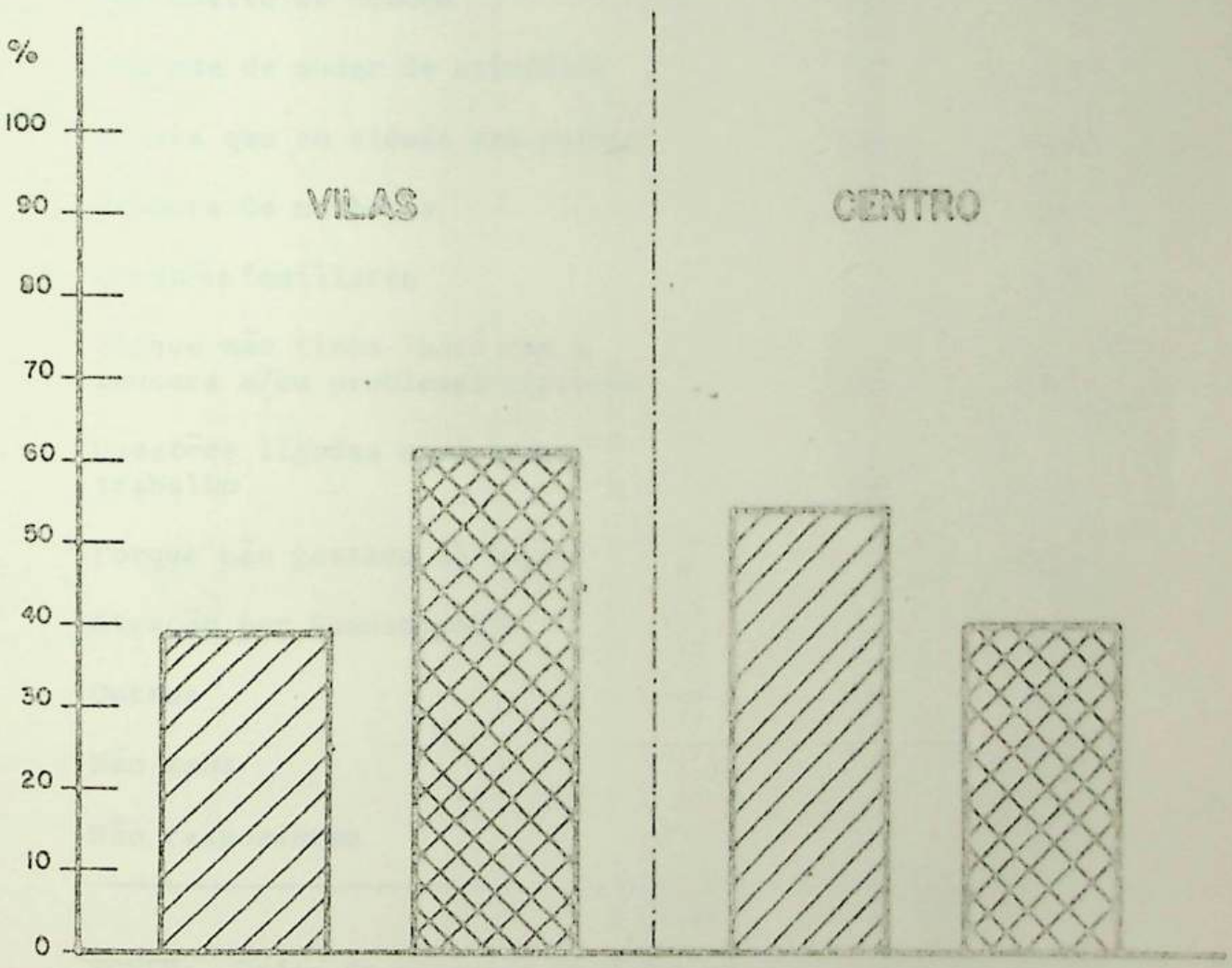
Esses viram na vinda para uma cidade que está crescendo uma perspectiva de melhoria de vida e de maiores oportunidades econômicas. A vinda para Rondonópolis para parte significativa destes migrantes prendeu-se a questão de transferência de trabalho, a ter que acompanhar parentes e familiares, além de não estar satisfeito em termos de emprego e de renda (salário) no lugar de onde procederam. (Quadro XIII).

Por outro lado, a oportunidade de adquirir maiores extensões de terra, na área rural, a preços mais baratos, atraiu considerável número de fazendeiros de outras áreas do Brasil, especialmente de São Paulo, Minas Gerais, Goiás. Estes, quer vindo diretamente para a cidade ou tendo numa primeira etapa permanecido na área rural circunvizinha, só se transferiram para Rondonópolis quando esta pôde responder às suas solicitações. Estas englobam o acesso a informações, a comércio mais diversificado, a serviços, especialmente aqueles ligados a bancos, saúde e educação para os filhos, incluindo, mesmo, a maior facilidade que a cidade oferece em termos de contatos com a vida política local.

Esses indivíduos vieram, predominantemente, de área urbana de outros Estados brasileiros — principalmente São Paulo, embora numa parcela menor, tenha se originado de áreas rurais mais próximas, sendo, neste caso , aqueles fazendeiros que geralmente tiveram, nessa área, numa primeira etapa do processo migratório.

FIG: 13

ORIGEM DO MIGRANTE
SEGUNDO A PROCEDENCIA RURAL E URBANA



FONTE: DADOS DE PESQUISA DE CAMPO REALIZADA EM RONDONOPOLIS - 1978

ORIGEM URBANA

ORIGEM RURAL

QUADRO XII

RAZÕES DE TER DEIXADO A ÁREA RURAL

RAZÕES APRESENTADAS	Nº	%
Estudos para os filhos	58	15,5
Porque não tinha terra	40	10,7
Por motivo de doença	30	8,0
Vontade de mudar de atividade	22	5,9
Achava que na cidade era melhor	24	6,4
Procura de melhoras	24	6,4
Questões familiares	7	1,9
Porque não tinha lucro com a lavoura e/ou problemas c/patrão	86	23,1
Questões ligadas ao emprego/ trabalho	22	5,9
Porque não gostava do lugar	4	1,1
Atração por Rondonópolis	1	0,3
Outros	16	4,3
Não sabe	1	0,3
Não responderam	31	8,3

FONTE: Dados de pesquisa de campo realizada em Rondonópolis - 1978.

QUADRO XIII

RAZÕES DA ESCOLHA DE RONDONÓPOLIS

RAZÕES APRESENTADAS	V I L A S				C E N T R O			
	MIGRANTES				MIGRANTES			
	URBANOS		RURAIS		URBANOS		RURAIS	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Estudo	3	1,25	24	9,0	2	2,6	2	4,4
Melhor p/ Trabalhar	57	23,9	45	16,0	12	15,8	8	17,8
Procura de Melhoras	39	16,3	66	24,0	16	21,1	9	20,0
Cidade mais Próxima	3	1,2	27	10,0	2	2,6	6	13,3
Motivos Familiares	47	19,6	33	12,0	12	15,8	7	15,6
Conhecia e Gostava de Rondonópolis	25	10,4	33	12,0	7	9,2	4	8,8
Informações	19	8,0	7	2,5	1	1,3	3	6,6
Vontade de morar em Rondonópolis	10	4,2	5	1,8	1	1,3	-	-
Não tinha terra p/tocar lavoura	-	-	3	1,1	-	-	-	-
Transferência	19	8,0	-	-	9	11,8	3	6,6
Comprou Propriedade	6	2,5	8	3,9	4	5,3	-	-
Fácil Conseguir Casa	1	0,4	1	0,4	-	-	-	-
Outros	8	3,35	20	7,3	10	13,2	2	4,4

FONTE: Dados de pesquisa de campo realizada na cidade de Rondonópolis-1978.

Os migrantes de origem profissional urbana vieram exercer atividades semelhantes a de seu local de procedência, repetindo em Rondonópolis, de certa forma, o mesmo tipo de ocupação de seu local de procedência. Este fato terá repercussões ao acesso ao mercado de trabalho, conforme se verá nos tópicos seguintes.

Comparados com os migrantes expulsos da área rural, estes apresentaram melhores condições econômicas e foram, por conseguinte, os principais responsáveis pela implantação de moradia e de estabelecimentos no centro da cidade, o que veio dar nova feição a esta área de Rondonópolis, principalmente a partir de 1968, quando começaram a chegar na cidade, num rítmo contínuo.

Por sua vez, esse rápido crescimento físico de Rondonópolis, expresso na contínua construção de novas edificações na cidade, representou um forte aumento da demanda por força de trabalho, dos indivíduos ligados a construção, o que resultou num importante fator de atração dessa categoria de trabalhador para a cidade.

Esses indivíduos procedentes de área urbana na sua maioria insatisfeitos na cidade de onde procederam, quer por limitação do mercado de trabalho ou por problemas ligados a emprego, viram na cidade de Rondonópolis uma ampla perspectiva de trabalho e de melhoria, através da possibilidade de desenvolver as mesmas atividades que vinham desenvolvendo na sua área de procedência (Quadro XIV). Por esta razão, a estrutura de emprego desses indivíduos, também se mantém equivalente à da área de procedência.

Esses migrantes, embora com condições financeiras mais elevadas do que aqueles de procedência rural, não tiveram acesso à área melhor da cidade e, em vista disso, foram se localizar nas Vilas.

4.2 O PAPEL DOS ATORES NA URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE RONDONÓPOLIS

4.2.1 Rondonópolis - Um Mercado de Trabalho Urbano Limitado

O período que marcou um primeiro crescimento de Rondonópolis caracterizou-se por um comércio varejista e atacadista que atendia estritamente ao caráter tradicional da produção agrícola.

Entretanto, as transformações rurais pelas quais o município passou se concretizaram através da ação da cidade que, se modificou, para acompanhar tais transformações solicitadas por uma agricultura mais moderna, não só em termos de novos produtos como também de serviços.

O período de 1960 até 1970 marcou um incremento bastante significativo do comércio varejista e atacadista de Rondonópolis, bem como dos serviços, o que se pode atribuir aessesnovos bens e serviços induzidos pela área rural (Quadro XV). Dentre estes novos serviços inclui-se assistência técnica para lavoura e pecuária que levou agrônomos e veterinários para cidade, serviços bancários para atender aos investimentos e financiamentos necessários as atividades agropecuárias.

Surgiram outros serviços básicos necessários para o atendimento da população da cidade como escolas, hospitais, além de restaurantes, hotéis, bares que responderam pelo movimento constante de pessoas que passam pela cidade em direção ao norte ou que vão para Rondonópolis realizar negócios.

A melhoria do comércio verificada atendeu as atividades ligadas a lavoura e a pecuária através de lojas especializadas em artigos rurais especialmente selarias, venda de sementes, inseticidas, instrumento de trabalho, até instalação de concessionários de veículos como automóveis, camionetes, caminhões e máquinas agrícolas. O comércio varejista voltado para bens de consumo duráveis (aparelhos eletrodomésticos, móveis, materiais de construção também cresceu) além evidentemente de mercados e supermercados que surgiram voltados para o consumo de bens imediatos necessários ao consumo diário da crescente população de Rondonópolis. (73)

Esse rápido crescimento de Rondonópolis caracterizou-se portanto pelo aumento considerável do setor de serviços e do comércio varejista,os quais, juntos, responderam por 76,43% do pessoal ocupado em 1970. As atividades industriais também cresceram bastante porém em termos de absorção de mão-de-obra atenderam, apenas, a 21,28% do pessoal ocupado no mesmo ano (Quadro XV).

Entretanto, apesar do expressivo aumento do número de estabele

cimentos do comércio varejista e dos serviços, bem como de ampliação de empregos nesses setores, o mercado de trabalho urbano de Rondonópolis permaneceu bastante limitado. Este fato explica-se, não só frente ao fluxo migratório que demandou para a cidade, mas também pelo fato de ser o comércio varejista "tocado" pelos próprios donos, ajudados pela mulher e os filhos, o que certamente correspondeu a uma limitação do mercado de trabalho nesse setor.

Sabendo-se do número de migrantes que se dirigiu para a área após 1972, das características do comércio, referida anteriormente, além de informações obtidas em entrevistas às autoridades locais, com relação à absorção de emprego na cidade, pode-se hipotetizar que o mercado de trabalho de Rondonópolis, até 1978, havia mantido a característica de ser bastante limitado e que a situação de trabalhadores absorvidos, instavelmente no mercado, ou não absorvidos, havia se agravado.

4.2.2 - Mercado de Trabalho Urbano Limitado, mas para quem? — Os Diferentes Atores da Urbanização de Rondonópolis e o Acesso ao Mercado de Trabalho.

Nesse mercado de trabalho limitado, os migrantes rurais que vieram para Rondonópolis, por fatores de expulsão, foram aqueles que, no conjunto, apresentaram as maiores dificuldades de acesso, o que se explica também pela falta de experiência desses indivíduos em relação às tarefas ligadas à vida Urbana.

Em conjunto, foram os elementos oriundos das áreas rurais os que mais ficaram sujeitos ao desemprego, quando chegaram a Rondonópolis; foram também os que mais passaram por situações de desemprego e mesmo quando absorvidos os foram muitas vezes, em condições precárias, através de trabalhos de caráter eventual e percebendo parcos salários (Quadro XVI).

Essa dificuldade de assegurar um emprego urbano foi constatada também, com a presença significativa — 20,0% dos entrevistados na amostra

QUADRO XIV

RAZÃO DE TER DEIXADO A ÁREA URBANA DE PROCEDÊNCIA

RAZÕES APRESENTADAS	CENTRO		VILAS	
	Nº	%	Nº	%
Estudos para os filhos	4	5,3	1	0,4
Porque não tinha terra	-	-	4	1,7
Motivo de doença	-	-	1	0,4
Vontade de mudar de atividade	-	-	2	0,8
Porque achava que na cidade era melhor	-	-	2	0,8
A procura de melhoras	8	10,7	53	22,2
Questões relacionadas ao Patrão	-	-	5	2,1
Questões familiares	8	10,7	24	10,0
Porque não tinha vantagens econômicas	10	13,3	34	14,2
Transferência de emprego	9	12,0	17	7,1
Questões ligadas à emprego/trabalho	8	10,7	34	14,2
Porque não gostava do lugar	5	6,7	28	11,7
Atração por Rondonópolis	5	6,7	7	3,0
Outros	8	10,7	17	7,1
Não sabe	4	5,3	1	0,4
Não Responderam	6	8,0	6	2,5

FONTE: Dados de pesquisa de campo realizada em Rondonópolis - 1978.

QUADRO XV

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E PESSOAL OCUPADO

NOS DIFERENTES SETORES DE ATIVIDADES - 1960/1970

CATEGORIAS DAS ATIVIDADES	1960				1970			
	ESTAB.		PESSOAL OCUPADO		ESTAB.		PESSOAL OCUPADO	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Comércio Varejista	52	83,53	97	77,5	416	47,92	944	44,76
Com. Atacadista	1	1,58	4	3,2	9	1,03	48	2,27
Serviços	5	7,93	7	5,6	305	35,13	668	31,67
Indústria	5	7,93	17	13,6	138	15,89	449	21,28
TOTAL	63	100,00	125	100,00	868	100,00	2.109	100,00

FONTES: Censo Comercial - 1960/1970 - FIBGE
Censo Serviços - 1960/1970 - FIBGE
Censo Industrial -1960/1970 - FIBGE

nas vilas — de pessoas que mantinham ocupação rural. Esse grupo de trabalhadores rurais, composto igualmente pela presença de lavradores e de volantes, além de outras categorias, foram aqueles que de certa forma estariam pagando altos custos pelo processo de modernização da área, e aqueles mais prejudicados com a urbanização de Rondonópolis. Este fato se explica pela insatisfação destes indivíduos frente à instabilidade de trabalho que viveram ou vivem no campo e/ou cidade.

Neste grupo de indivíduos, que permaneceram com atividade rural, predominam os lavradores e safristas, embora outros tipos de trabalhadores tenham sido detectado (Quadro XVII).

Os "lavradores" caracterizam-se por continuar "tocando roça" na área rural, embora a família já tenha vindo para a cidade. [74] Observando-se, pelo lado urbano, que as razões que os levaram a criar tal situação são explicadas pela inexistência de emprego fixo e de trabalhos que eles tenham condições de realizar.

Entretanto, ao se conscientizarem de que as terras para cultivo estão terminando e, percebendo que seus filhos não terão mais chances de continuar produzindo em atividades na área rural, esses indivíduos viram em Rondonópolis a única perspectiva futura para os filhos, através da escola e da possibilidade de aprender outra profissão. Desta forma, compraram uma "data" [75] nas vilas de Rondonópolis, transferiram a família para a cidade e foram, assim, preparando sua vinda definitiva.

Ficou claro que esta situação não é a ideal para estes indivíduos, embora tendo sido a única, frente ao fato de "não ter profissão para exercer na cidade", de "não ganhar bem na cidade", de "não conseguir emprego na cidade". A mudança da família para a cidade acarretou uma série de problemas: desestruturou a divisão de trabalho, que era exercida na área rural pelo lavrador e a família, obrigando o chefe a acumular tarefas ou pagar a terceiros; dobrou as despesas com a manutenção de suas casas: uma no campo e outra na cidade; separou a família. Todos esses problemas foram sentidos pelos lavradores que, por estas razões, não consideraram esta situação vantajosa.

Já os "safristas" caracterizaram-se por oscilarem entre a limitação do mercado de trabalho urbano e a reduzida oferta de emprego na área

QUADRO XVI

CARACTERÍSTICAS RELACIONADAS A EMPREGO

LOCAL	EMPREGO FIXO				DIFICULDADE DE EMPREGO				FICOU DESEMPREGADO ALGUMA VEZ EM RONDONÓPOLIS				ENCONTRA - SE DESEMPREGADO	
	SIM		NÃO		SIM		NÃO		SIM		NÃO		SIM	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Migrante Rural	210	34,2	71	11,6	142	23,0	199	32,0	125	20,0	168	28,0	30	4,7
Migrante Urbano	207	33,8	22	3,6	36	6,0	205	34,0	18	3,0	212	35,0	2	0,3
VILAS TOTAL	417	68,0	93	15,2	178	29,0	398	65,0	143	23,0	378	62,0	32	5,0
CENTRO TOTAL	61	50.4	14	11,6	20	16,5	79	65,0	21	17,0	60	50,0	2	1,7

FONTE: Dados de pesquisa de campo realizada em Rondonópolis - 1978

QUADRO XVII

TIPOS DE OCUPAÇÃO DOS MIGRANTES RURAIS QUE PERMANECERAM COM ATIVIDADE RURAL

TIPOS DE OCUPAÇÃO	Nº DE PESSOAL	%
Proprietário	6	6,52
Volante/Safrista	33	35,86
Lavrador	36	39,13
Tratorista	5	5,43
Ajudante de Agrimensor	1	1,08
Administrador de Fazenda	5	5,43
Trabalho com Gado	1	1,08
Vaqueiro	1	1,08
Motorista de Fazenda	1	1,08
Trabalho com Hortaliça	1	1,08
Garimpeiro	1	1,08
Comissário de Boiada	1	1,08

FONTE: Dados de pesquisa de campo realizada em Rondonópolis-1978.

rural.[76] Desta forma, estes indivíduos encontram-se sempre disponíveis a qualquer tipo de tarefa e sujeitos a condições precárias de trabalho e a salários baixos. Geralmente, no período que abrange aproximadamente fevereiro a maio, os safristas têm um local certo na cidade, onde são recrutados diariamente, para trabalhos na colheita de arroz. Entretanto, passado este período, inicia-se a safra de algodão que, por exigir um trabalho mais delicado de manejo, não requisita indivíduos acostumados aos trabalhos pesados.Por outro lado, a pecuária, nesta região, não tem se utilizado, com frequência , da prática de roçar pasto, e quando o faz recruta trabalhadores na própria área rural. Dessa forma, terminada a colheita do arroz, esses trabalhadores não encontram trabalho no campo, permanecendo na cidade, onde exercem, na maior parte do ano, serviços pesados, tais como o de limpeza de "datas", quintal, servente de pedreiro, entre outros.

Em conjunto estes indivíduos que mantêm ocupação rural, na sua maioria não viram vantagem nesta situação (figura nº 14), apontando principalmente, a desvantagem oriunda do fato de ter separado a família:

"É chato ficar dias longe da família".
"Não sabe o que ocorre com a família, quando está longe".
"Sem graça a família na cidade e ele na roça".
"A família adoece e o homem está longe".
"Ficar separado da família...".
"Não se sabe o que se passa com a família".
"Fica difícil atender família e trabalho".
"Fica totalmente descontrolado".
"Fica sem jeito família longe".
"É difícil ficar reunido com a família".

Pode-se tentar fazer algumas comparações entre os "safristas", "lavradores" e trabalhadores rural volante denominado o "boia-fria" — mão-de-obra comum à determinadas áreas brasileiras, especialmente São Paulo e Paraná. O boia-fria caracteriza-se pelo trabalho de diarista na lavoura geralmente realizando todos os dias movimento entre a cidade e a área rural. Entretanto, observa-se também casos em que o trabalhador volante permanece nas fazendas por um período maior geralmente ligados a tarefas como derrubada de matas. Este último aspecto menos característico de figura do boia-fria pode se assemelhar ao "safrista" encontrado em Rondonópolis que geralmente trabalha através de empreitadas mas também participa da colheita de arroz. Entretanto a reduzida demanda de trabalho na área rural resulta também na necessidade de realizarem tarefas no mercado de trabalho urbano geralmente num carater extremamente temporário, permanecendo por estas razões longos perío-

dos desempregados. Por outro lado a presença de "lavradores", pequenos produtores rurais que permaneceram com sua lavoura na área rural e transferiram a família para a cidade antecipando numa vinda futura de toda a família parece ser uma especificidade de Rondonópolis.

Os migrantes rurais que não permaneceram com trabalho na área rural, não reuniram condições de competir com os trabalhadores que vieram de área urbana. Por esta razão, tiveram poucas chances no mercado limitado de Rondonópolis e só puderam ser absorvidos em trabalhos que não exigiam aprendizado e, cujas tarefas geralmente, podiam sèr aprendidas em poucos dias (figura nº 15). Esse elenco de fatos vem explicar a presença significativa de migrantes rurais, especialmente arrendatários, desempenhando tarefas de trabalhadores braçais, carroceiros, lavadeiras, domésticas, lavadores de carro, lixeiro, serventes, os quais foram considerados trabalhadores não qualificados. (Quadro XVIII).

Os migrantes urbanos que se localizaram nas vilas entraram no mercado de trabalho, em Rondonópolis, com mais vantagens, pois já somavam experiência em tarefas urbanas. Embora muitos tenham vivenciado situações de desemprego, afirmando já ter ficado desempregado em Rondonópolis, quando comparados aos migrantes rurais, verifica-se que estão numa situação mais vantajosa, uma vez que em maior número foram absorvidos em trabalhos na cidade e para tal tiveram menos dificuldade. (Quadro XVI).

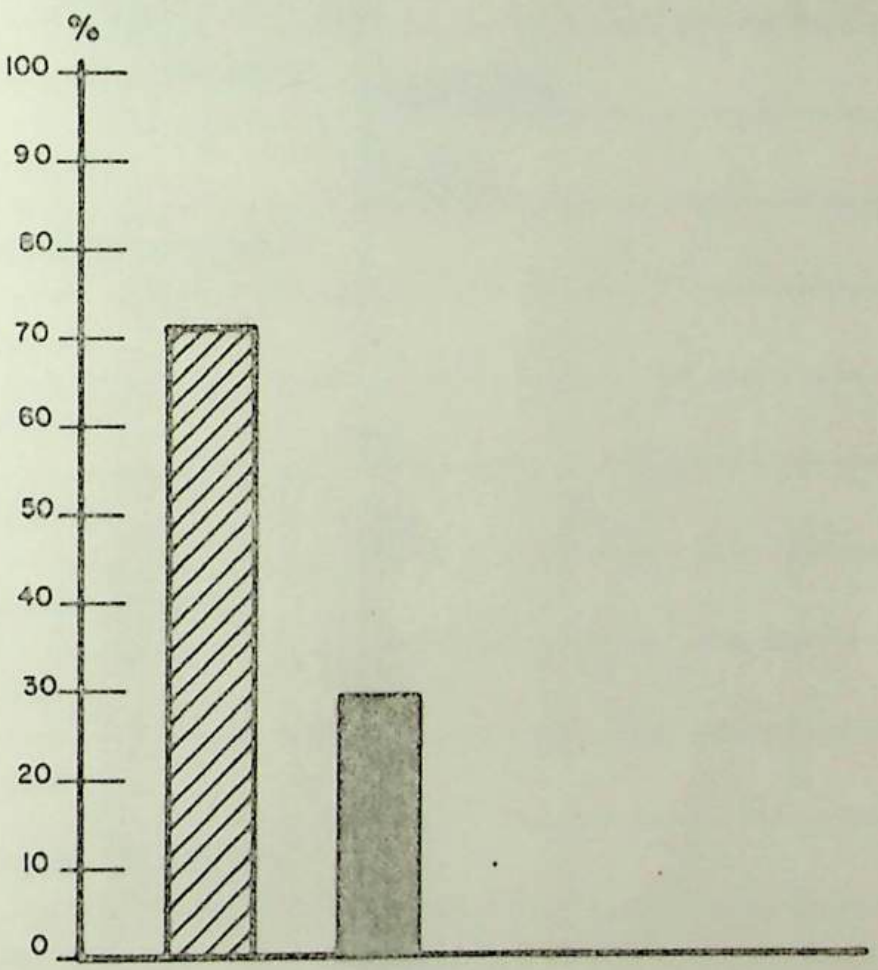
Na sua maioria realizam trabalhos ligados aos serviços como os de garçon, porteiros, guardas noturnos, cozinheiros, entre outros; ou são trabalhadores ligados à construção, pintores, pedreiros, carpinteiros, ferreiros, furadores de poços, etc.. São de certa forma responsáveis pelo crescimento físico e pelo desempenho de um dos setores de atividades mais importante, numericamente, da cidade de Rondonópolis (figura nº 15).

Os migrantes urbanos que foram para o Centro de Rondonópolis dedicaram-se principalmente aos trabalhos ligados aos serviços, tais como: escriturários, datilógrafos, gerentes de banco, fiscal de viação, funcionários de repartições e, juntamente com os trabalhadores de serviços que se localizaram nas vilas, são também os responsáveis por este importante setor na urbanização de Rondonópolis. Além dos indivíduos voltados para os serviços, igualmente importantes, foram os donos das atividades (ver Apêndice nº 1) principais responsáveis pelo incremento do comércio de Rondonópolis e pelo setor agropecuário da região. Foram esses dois atores da urbanização os que reuniram condições de solicitar (fazendeiros) e de responder (comerciante) às novas exigências da área rural.

Neste mesmo rol de explicações podemos situar os profissionais liberais (professores, advogado, veterinário, agrônomo, médico) que também

FIG: 14

POSICIONAMENTO DO ENTREVISTADO
FACE À SUA CONDIÇÃO DE RESIDENTE URBANO
E TRABALHADOR RURAL



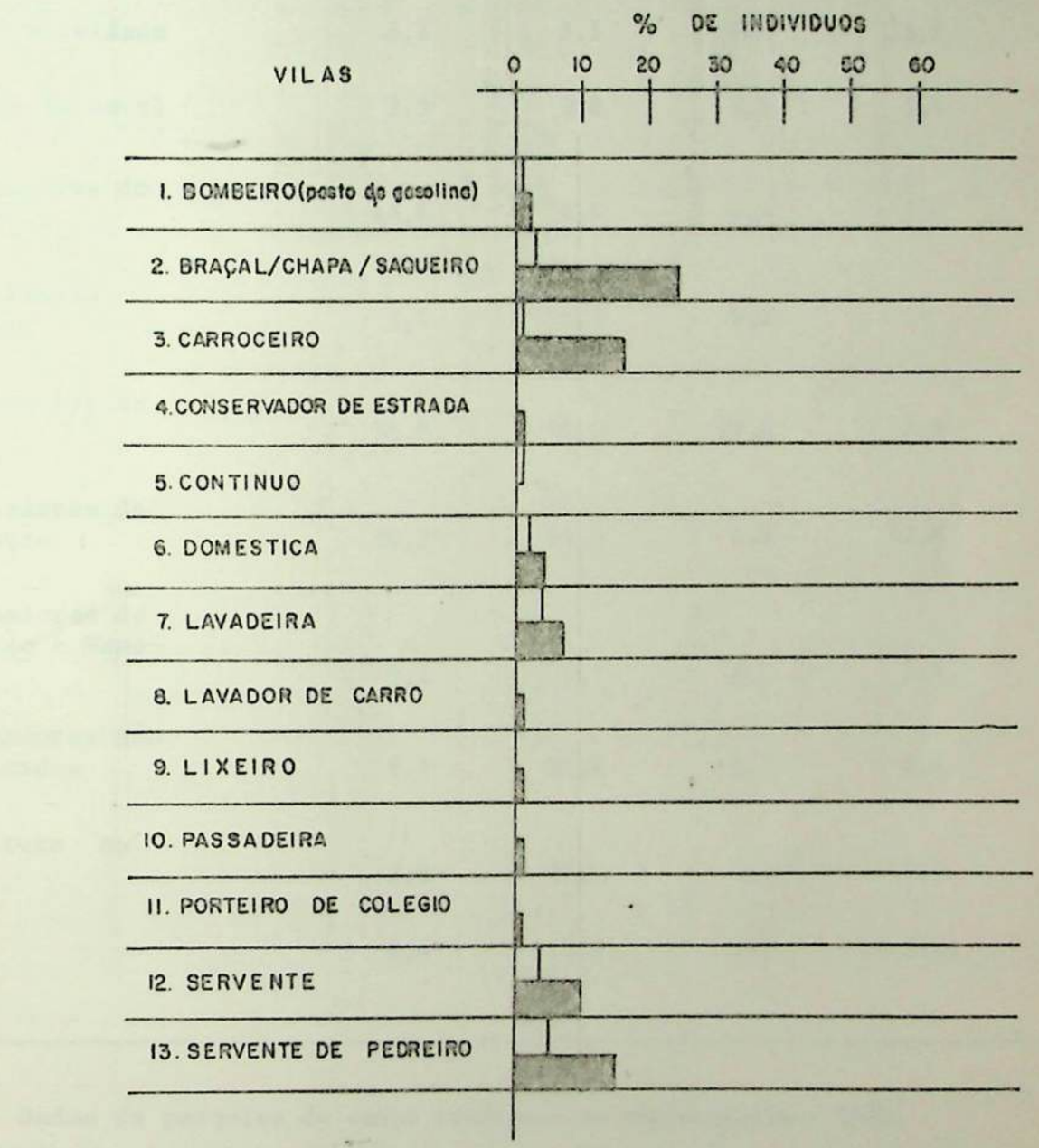
NÃO CONSIDEROU VANTAGEM

CONSIDEROU VANTAGEM

FONTE: DADOS DE PESQUISA DE CAMPO REALIZADA EM RONDONOPOLIS - 1978

FIG: 15

TIPOS DE EMPREGOS NÃO QUALIFICADOS SEGUNDO A ORIGEM URBANA E RURAL



FONTE: DADOS DE PESQUISA DE CAMPO REALIZADA EM RONDONOPOLIS - 1978

QUADRO XVIII

OCUPAÇÃO ATUAL SEGUNDO A ORIGEM RURAL E URBANA NAS VILAS E NO CENTRO

ORIGEM / OCUPAÇÃO ATUAL	VILAS		CENTRO	
	MIGRANTE URBANO	MIGRANTE RURAL	MIGRANTE URBANO	MIGRANTE RURAL
Dono da Atividade	3,3	3,5	29,2	35,9
Técnicos em Geral	2,5	0,8	3,1	5,1
Trabalhadores do Comércio	14,1	4,6	4,6	7,7
Profissionais Liberais	2,1	0,3	9,2	-
Trabalhadores do Serviço	35,0	10,2	29,2	17,9
Trabalhadores da Construção	20,3	14,5	1,5	12,8
Trabalhadores de Reparação e Manutenção	9,1	2,7	6,1	5,1
Trabalhadores não Qualificados	8,3	24,2	6,1	2,6
Agricultura em Geral	0,8	27,5	3,1	7,7
Outros	0,4	0,5	7,7	5,1

FONTE: Dados de pesquisa de campo realizada em Rondonópolis - 1978.

têm participação no mercado urbano de Rondonópolis, que juntamente com os donos da atividade, encontraram um mercado de trabalho disponível, não tendo que enfrentar maiores dificuldades para assegurar trabalho. São ainda aqueles que percebem salários mais altos e, por conseguinte, terão melhores condições de vida, o que neste aspecto os identificarão aos fazendeiros, também importantes atores da urbanização de Rondonópolis. Estes, os proprietários rurais, vivem do setor agropecuário e nem sequer tiveram que disputar lugar no mercado de trabalho. Seu papel no atual processo de urbanização foi o de promover a cidade através do poder, de exigir das entidades públicas e particulares todo o tipo de serviço, comércio e benfeitorias urbanas que necessitaram para se estabelecer na área rural em moldes capitalistas e poderem viver com a família em Rondonópolis. Pode-se citar, por exemplo, a recente reivindicação de uma Universidade, uma vez que em média seus filhos começam a terminar ou cursar o 2º grau e já estariam próximos de ingressar na Faculdade. A instalação da Universidade, na cidade, evitaria a saída do filho para outra cidade, além das despesas que esta implicaria.

A fim de melhor comparar os diferentes tipos de ocupação nas vilas e no centro, observe-se a figura 16.

4.3 RONDONÓPOLIS: UM ESPAÇO URBANO DIFERENCIADO

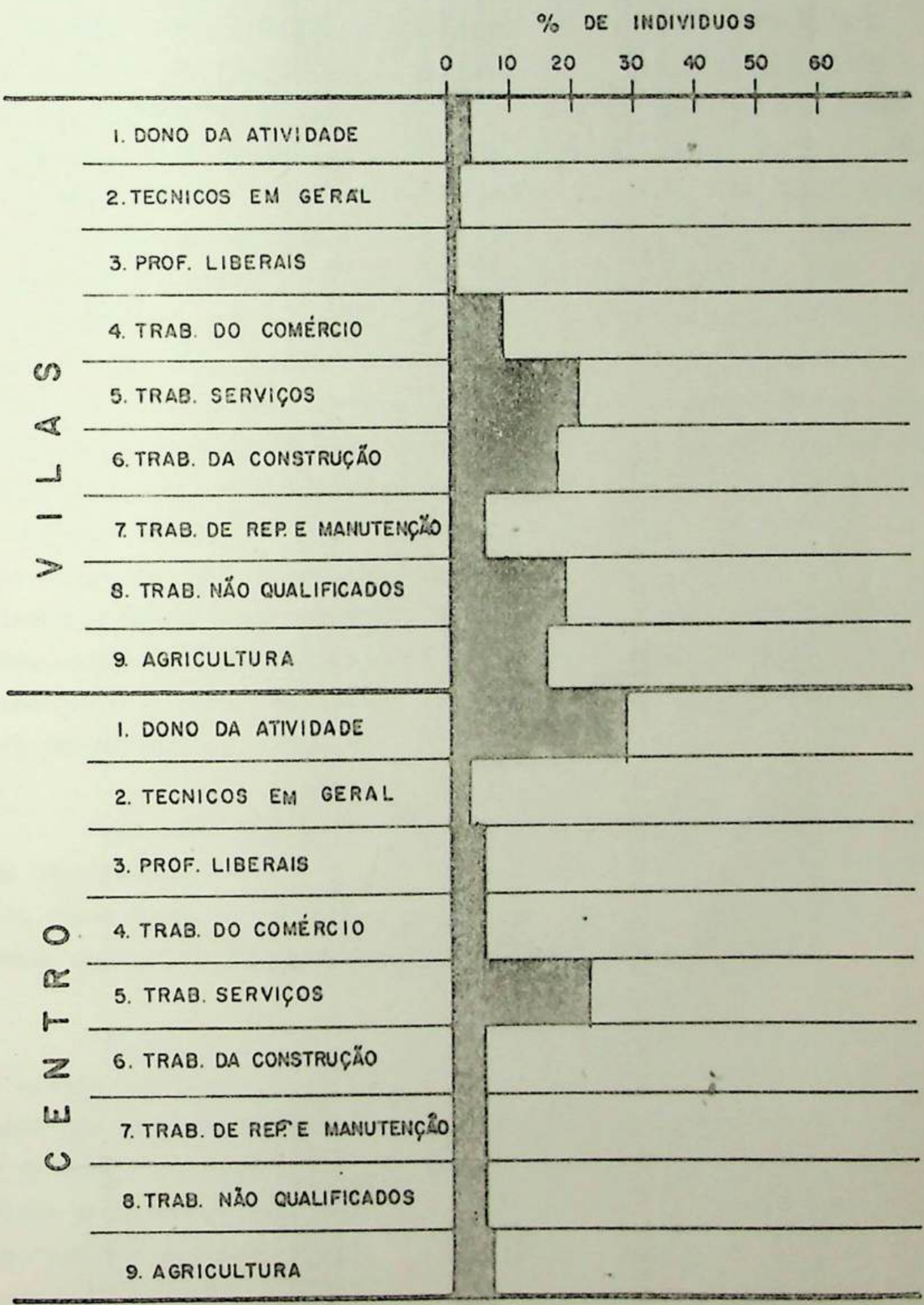
Pelo exame dos dados ficou evidenciado que a urbanização recente em Rondonópolis se fez com a presença significativa de indivíduos que tiveram difícil acesso ao mercado de trabalho urbano e de um número expressivo de pessoas que não chegaram a ser absorvidas por ocupações urbanas, permanecendo com atividades rurais.

Concomitantemente, assegurou empregos em condições mais vantajosas a outro grupo de indivíduos, menos numeroso, fazendo com que relativamente aos demais, passassem a usufruir de uma situação privilegiada dentro da cidade.

Esses aspectos vêm caracterizar a urbanização de Rondonópolis pela forte desigualdade com relação à absorção de trabalho que, consequentemente, refletiu melhores condições financeiras para o grupo privilegiado e situações bastante precárias, para o grupo que encontrou dificuldade de assegurar emprego urbano, ou nem sequer chegou a ser absorvido pelo mercado de trabalho.

FIG: 10

OCUPAÇÃO ATUAL NAS VILAS E NO CENTRO



FONTE: DADOS DE PESQUISA DE CAMPO REALIZADA EM RONDONOPOLIS - 1978

Estas desigualdades de acesso a emprego se imprimiram na formação do espaço urbano de Rondonópolis e deu origem a duas áreas distintas: as vilas e o centro.[77] (figura nº 17)

O Centro de Rondonópolis - no Centro[78] se concentraram os principais estabelecimentos comerciais e de serviços, notabilizando-se como área que absorveu, através do trabalho, maior parte da população da cidade, por ser aquela onde se concretizaram as atividades urbanas, de forma mais expressiva, embora não tenha se caracterizado pelo predomínio de moradia da maioria dos que se deslocaram para Rondonópolis. Somente os fazendeiros, comerciantes, funcionários diversos, profissionais liberais, fazem do centro de Rondonópolis local de moradia. Esta área da cidade caracterizou-se também, por apresentar melhores condições de habitação em relação ao restante da cidade, quer por contarem com melhores condições quanto aos aspectos ligados à construção, uma vez que se utilizaram de materiais mais duráveis, quer por contarem na maioria, com equipamentos de infra-estrutura urbana básicos como água e luz. Foi ainda a única área da cidade que recebeu nas suas ruas asfaltamento. Este contexto prende-se ao fato de ter se encontrado no centro os salários mais altos da cidade, tendo a MODA dos salários dos entrevistados sido da ordem de Cr$3.318,18, o que vem refletir em melhores condições de moradia e de vida (figura nº 18)[79] para seus habitantes. Estes na maior parte dos migrantes que se localizaram no Centro tem em São Paulo seu estado de nascimento, embora tenha também sido expressivo o número de pessoas nascidas em Mato Grosso, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Ceará. Este fato vem assinalar a importância dos fluxos migratórios inter-estaduais para o Centro de Rondonópolis. (figura nº 11).

Conforme foi mencionado, a formação do Centro se deu anteriormente ao crescimento das Vilas, porém ocorreu de forma mais lenta e contínua, tendo seu crescimento se iniciado em torno dos anos 68/70, confirmando que o crescimento do Centro da cidade precedeu à modernização do campo.[80]

Vilas - por outro lado, o crescimento acentuado nos últimos anos das vilas, estaria refletindo na cidade uma fase posterior do processo resultante das transformações rurais particularmente, quando se deu a proletarização do homem do campo e sua consequente expulsão para a cidade, o que só se acentuou a partir de 1972, época em que surgiram e se multiplicaram as vilas dispersas em torno do Centro. (Quadro XIX). A migração para as vilas veio ocorrendo de forma acentuada nos últimos anos e o seu aumento de popula-

ção veio se acelerando, tornando-se superior à do Centro, conforme acusaram os dados de 1976, segundo os quais as vilas compreendiam 12.798 habitantes e o centro 8.266 habitantes.[81]

Muitos domicílios, nas vilas, caracterizam-se por apresentar infra-estrutura urbana precária, sendo expressivo o número de domicílios que não são servidos por rede de água e por energia elétrica. Além disso foi significativa a presença de domicílios utilizando material aproveitável e de caráter perecível (para melhor comparação entre Vila e Centro, quanto a estes aspectos, vide Quadro XX). A moda encontrada referente ao salário dos entrevistados nas vilas foi bastante inferior à do Centro, sendo equivalente a Cr$1.443,10, o que pode ser mais um elemento a indicar a distinção entre as duas áreas, principalmente quando se trata de uma variável da qual dependem inúmeras outras (figura nº 19). O local de nascimento da maioria dos migrantes que foram para as Vilas foi também diferente do Centro. A maior parte dos migrantes que foi para a periferia da cidade nasceu em Mato Grosso principalmente nos municípios vizinhos embora um percentual significativo de pessoas sejam naturais de outros Estados, respectivamente Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Ceará, Paraná. Este fato é importante na medida em que demonstra a maior participação da migração dentro do Estado em direção às Vilas em relação à migração entre os Estados. (figura nº 2).

Observou-se, também, nas vilas diferença bastante significativa entre migrante rural e urbano, em relação a salários e características do domicílio. Os migrantes rurais apresentaram domicílios mais precários que os migrantes urbanos. Este fato se compreende, uma vez que, os migrantes de procedência urbana foram absorvidos pelo mercado de trabalho, na cidade, em condições melhores do que os migrantes de procedência rural e percebem salários também mais elevados.

Dado o seu caráter recente e a própria rapidez do seu crescimento, a maior parte das vilas são desconhecidas pelos habitantes de outras vilas e pelos habitantes do centro. Segundo informação da Prefeitura, atualmente existem na cidade 30 vilas, entre elas cita-se: Jardim Pindorama, Operária, Irany, Mariana, Planalto, São Jorge, Grilo, São Francisco, Jardim Primavera, Alvorada.

Segundo os técnicos e políticos municipais, a presença de bairros carentes e sem infra-estrutura é atribuída à rapidez com que estes se for

A CIDADE DE RONDONÓPOLIS FIG: 17
1.978

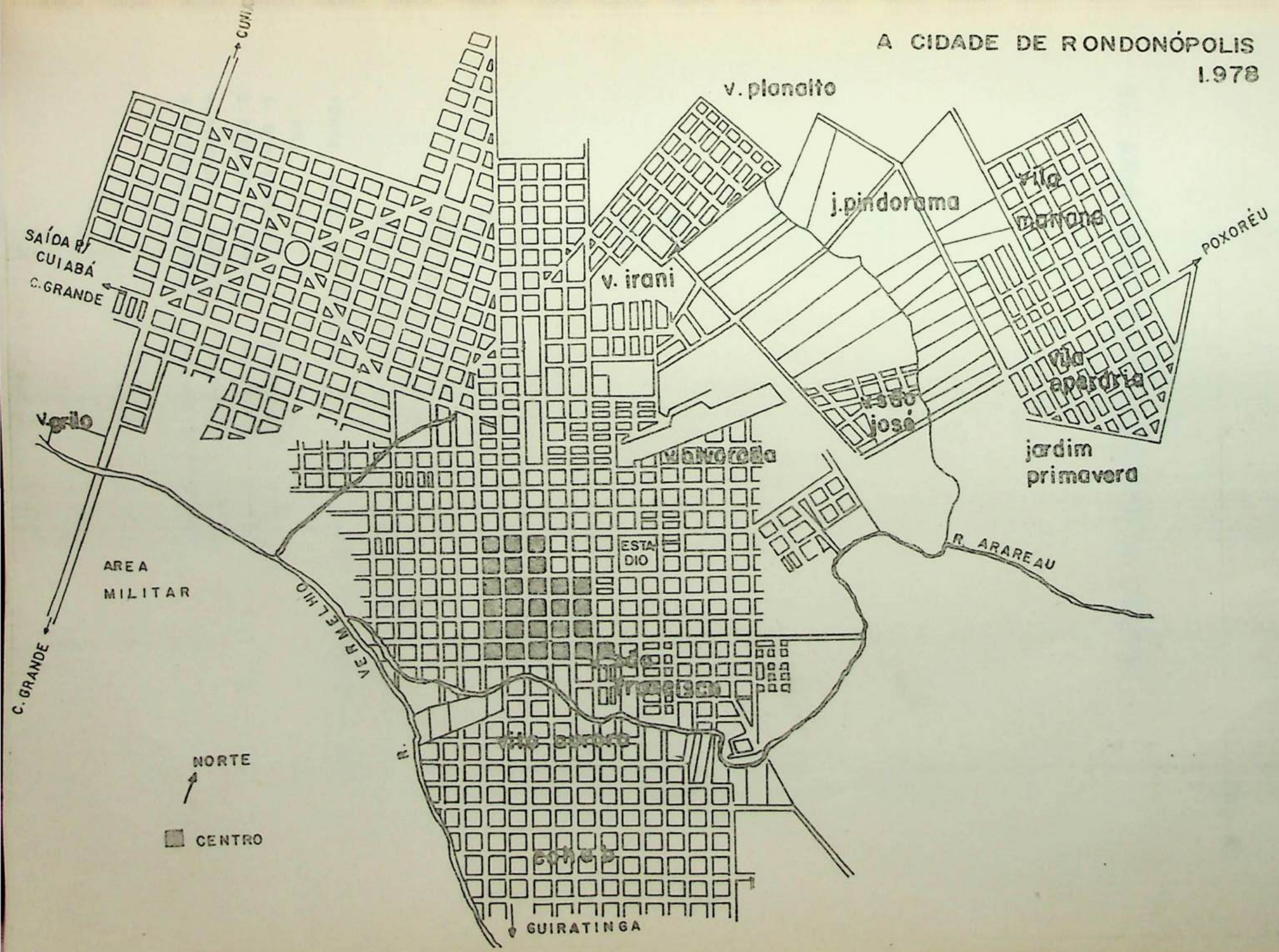
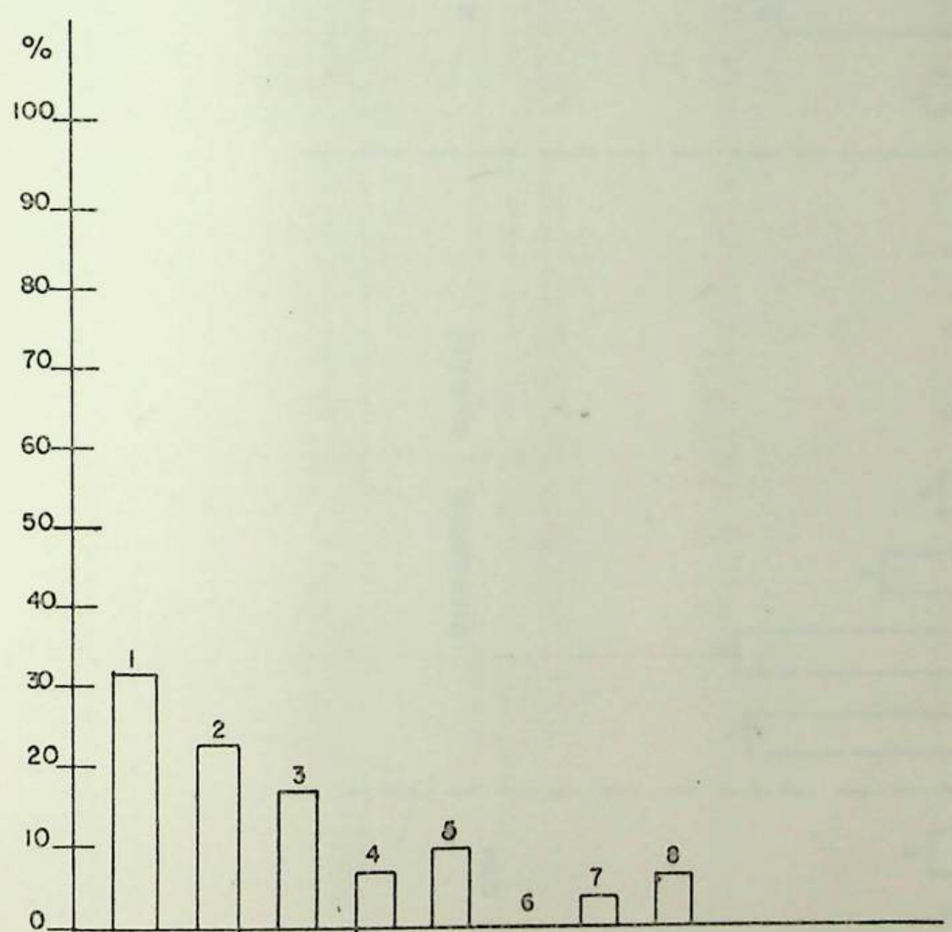


FIG: 18

SALARIO DOS ENTREVISTADOS DO CENTRO



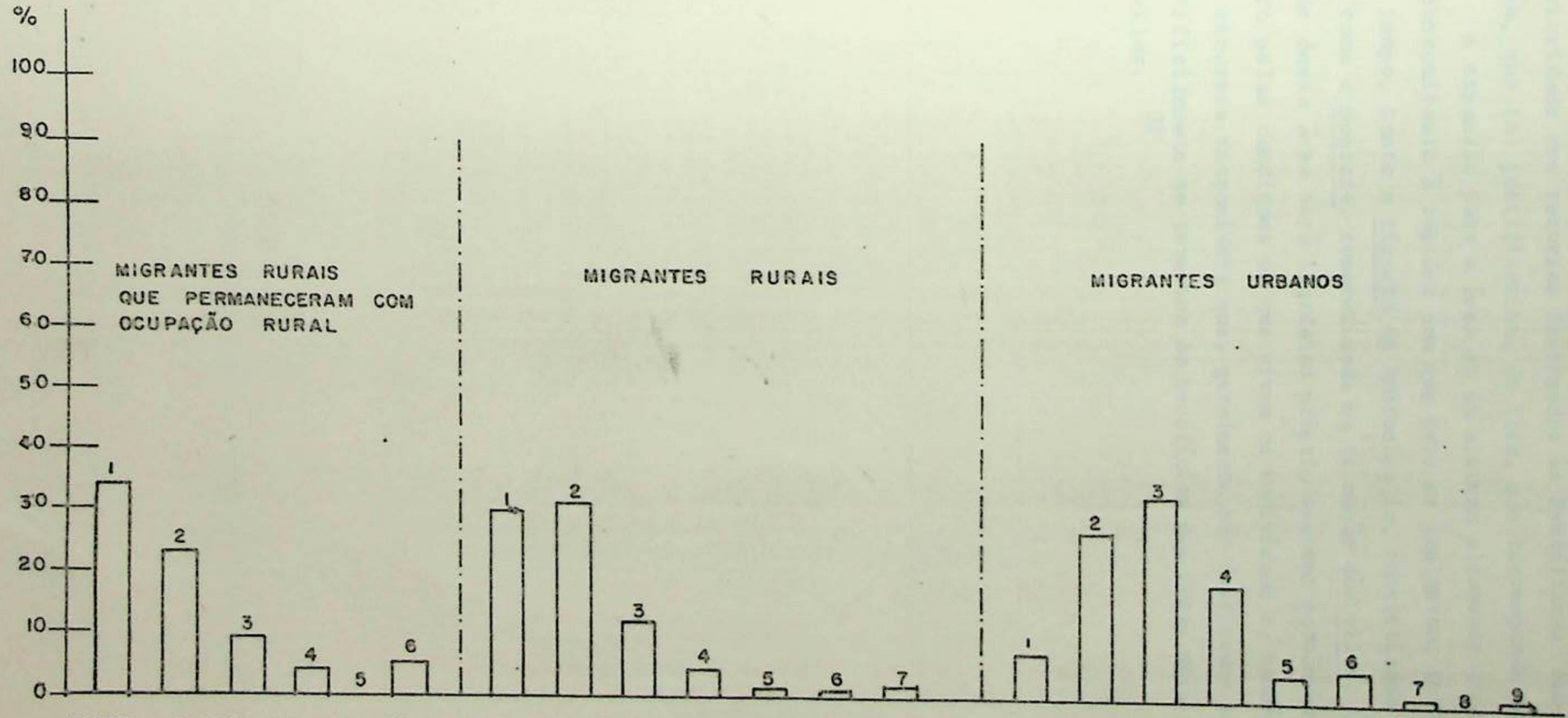
FONTE: DADOS DE PESQUISA DE CAMPO REALIZADA EM RONDONOPOLIS - 1978

CR$

1- 0 a 3000,00
2- 3000,00 a 6000,00
3- 6000,00 a 9000,00
4- 9000,00 a 12000,00
5- 12000,00 a 15000,00
6- 15000,00 a 18000,00
7- 18000,00 a 21000,00
8- mais de 21000,00

FIG: 19

SALARIO DOS ENTREVISTADOS NAS VILAS



FONTE: DADOS DE PESQUISA CAMPO REALIZADA EM RONDONOPOLIS - 1978

CR$

1- 0 a 1050,00

2- 1050,00 a 1950,00

3- 1950,00 a 2850,00

4- 2850,00 a 3750,00

5- 3750,00 a 4650,00

6- 4650,00 a 5550,00

7- 5550,00 a 6450,00

8- 6450,00 a 7350,00

9- 7350,00 a 8250,00

maram, frente aos parcos recursos municipais existentes. Se por um lado se reconhece a inferioridade dos recursos destinados às Prefeituras Municipais, percebe-se, também, que tal justificativa, de fato, não corresponde totalmente à realidade. A expansão para a área de um sistema altamente concentrador de riqueza, concomitante à rapidez com que este se implantou, gerou num curto período de tempo, tanto a riqueza de Rondonópolis, concretizada na formação do centro, como a pobreza, concretizada na formação das vilas. Portanto, a precariedade dessa área está ligada ao próprio sistema econômico que é responsável direto pelas condições em que vivem os indivíduos e, também, pela concentração dos recursos disponíveis que, geralmente, são destinados ao centro da cidade e dificilmente se revertem em benefícios das áreas mais precárias situadas nas vilas. [82]

QUADRO XIX

TEMPO DO ENTREVISTADO NA CIDADE

	V I L A S			C E N T R O	
TEMPO NA CIDADE (ANOS)	MIGRANTE URBANO (%)	MIGRANTE RURAL (%)	MIGRANTE C/ OCUPAÇÃO RURAL (%)	MIGRANTE URBANO (%)	MIGRANTE RURAL (%)
- 1	6,32	10,30	21,05	17,6	6,5
1	8,43	12,23	10,52	2,7	-
2	15,18	13,50	11,57	10,8	13,0
3	12,23	10,68	8,42	8,1	10,9
4	10,12	12,21	6,31	4,0	6,5
5	8,43	5,34	6,31	4,0	8,7
6	4,21	4,19	6,31	4,0	2,2
7	3,79	4,19	1,05	4,0	-
8	5,48	4,58	3,15	2,7	4,3
9	2,53	3,05	2,10	4,0	4,3
10	7,17	1,52	2,10	4,0	6,5
11	0,42	0,38	1,05	2,7	-
12	1,26	0,76	2,10	-	6,5
13	0,84	0,38	2,10	5,4	4,3
14	0,42	1,52	2,10	1,3	2,2
15	2,10	2,67	3,15	2,7	4,3
16	0,84	0,76	-	-	2,2
17	1,26	0,76	1,05	2,7	4,3
18	1,26	0,76	-	1,3	-
19	0,84	0,76	1,05	2,7	2,2
20	0,84	3,05	-	1,3	2,2
21	-	-	-	1,3	2,2
22	-	1,14	1,05	-	4,3
23	-	-	-	2,7	-
24	-	-	-	4,0	-
25	0,42	1,90	1,05	1,3	-
26	-	0,76	-	1,3	-
27	-	0,38	-	1,3	-
28	-	0,76	1,05	-	2,2
30	-	0,38	-	-	-
35	-	-	1,05	1,3	2,2

FONTE: Dados de pesquisa de campo realizada em Rondonópolis - 1978.

QUADRO XX

CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS

LOCAL NA CIDADE	MATERIAL PREDOMINANTE								REBOCO							
	ALVENARIA		MADEIRA		MATERIAL APROVEITADO		ADOBE		SIM		NÃO		EM PARTE		BARRO	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
VILAS	485	79,1	69	11,3	9	1,5	35	5,7	433	70,7	143	23,3	32	5,2	2	0,3
MIGRANTE RURAL	260	70,0	63	16,8	8	2,1	33	8,8	225	60,0	121	32,4	23	9,6	2	0,5
MIGRANTE URBANO	225	94,1	6	2,5	1	0,1	2	0,2	208	87,0	22	9,2	9	3,7	-	-
CENTRO	116	96,0	-	-	1	0,8	-	-	115	95,0	5	4,1	-	-	1	0,8

LOCAL NA CIDADE	PINTURA						PISO						COBERTURA									
	SIM		NÃO		EM PARTE		TERRA BATIDA		[illegible]		[illegible]		CERÂMICA		ETERNIT		ZINCO		PALHA		MATERIAL APROV.	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
VILAS	327	53,3	263	43,0	18	2,9	159	26	111	18,1	335	55,0	494	83,3	50	8,43	2	0,33	36	6,7	11	1,85
MIGRANTE RURAL	149	39,9	210	56,1	11	4,6	137	36,6	70	18,7	164	43,9	279	74,6	35	9,4	2	0,5	35	9,4	11	3,2
MIGRANTE URBANO	178	74,5	53	22,2	7	2,9	22	9,2	41	17,1	172	72,4	215	90,0	15	5,5	-	-	1	0,4	-	-
CENTRO	107	88,4	11	9,1	2	1,7	4	3,3	2	11,7	112	92,6	113	93,4	4	3,3	2	1,7	-	-	-	-

LOCAL NA CIDADE	ABASTECIMENTO D'ÁGUA						TIPO DE ILUMINAÇÃO									
	REDE D'ÁGUA		POÇO		RIO		ELÉTRICA		LAMPIÃO A GÁS		LAMPIÃO QUEROSENE		LAMPARINA		[illegible]	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
VILAS	335	54,7	269	42,7	1	0,2	232	37,8	28	4,6	118	19,3	224	36,5	-	[illegible]
MIGRANTE RURAL	171	45,7	199	53,2	1	0,2	85	22,7	10	2,7	86	23,0	[illegible]	[illegible]	-	-
MIGRANTE URBANO	164	68,6	70	29,3	-	-	147	61,5	18	7,5	32	13,4	35	[illegible]	1	[illegible]
CENTRO	96	79,3	13	10,7	-	-	112	92,6	-	-	5	4,1	1	0,8	-	-

FONTE: Dados de pesquisa de campo realizada em Rondonópolis - 1978.

NOTAS

70 - Considerando-se que as transformações rurais tiveram início a partir de 1966 e que se aceleraram em 1968, aproximadamente, é bastante significativo que, já em 1970, os dados censitários tenham acusado este aumento, o que pode ser tomado como um indicador da rapidez com que se deram as transformações na área.

71 - Não é possível analisar a partir de 1950 porque o município não existia nesta época e também porque o censo agropecuário de 1960 não considerou esses dados.

72 - A título de exemplo, embora não se refira a Rondonópolis, cita-se a propaganda de uma colonizadora - Sinop S/A, a fim de mostrar como a idéia de ficar rico pode se imbuir dos que imigram para Mato Grosso. "A Sinop está convidando você a participar da riqueza dessa terra dadivosa e boa ! Nossa gleba está dentro da área da SUDAM onde o Governo dá crédito, financiamento e abatimento de 50% no imposto de renda. Para a lavoura a terra é colosso !. só a madeira de lei dá para pagar o lote adquirido. Para a pecuária, também é bom negócio ! Convidamos você a vir em nosso escritório em Maringá e conhecer nosso plano para você ficar rico em 2 anos ! (grifo do original).

73 - Como os dados intercensitários englobam duas fases importantes da cidade, estas conclusões devem ser tomadas com certa reserva.

74 - Esses indivíduos denominados de "lavradores", na realidade são arrendatários, conforme denominação da área. Vide Nota 51.

75 - Denominação local de lote ou terreno nos loteamentos localizados nas vilas.

76 - Safrista é a denominação local de Trabalhador Rural Temporário ou Volante.

77 - Procurou-se utilizar a denominação local das diferentes áreas da cidade. Entretanto, utilizando-se a terminologia urbana já difundida, as chamadas "vilas" representam a periferia urbana de Rondonópolis.

78 - O centro de Rondonópolis é definido localmente pelo limite do asfaltamento.

79 - O salário mínimo regional em 1978, época do levantamento de campo, era da ordem de Cr$869,00.

80 - Esta visão tenta, somente, situar o crescimento da cidade em relação

às transformações rurais ocorridas, estando longe de se considerar a cidade como um pólo difusor de desenvolvimento, principalmente se atentar-se para as consequências que estas transformações rurais ocasionaram ao homem do campo e os problemas sociais que geraram na cidade. Desta forma, não se considera a existência de uma correlação entre urbanização e desenvolvimento, tal como foi entendido nos países desenvolvidos, uma vez que a transferência de população rural para o meio urbano não foi acompanhada de melhoria do setor primário (a não ser no seu aspecto do aumento da produção), associado à maior oferta de emprego dos setores secundário e terciário, tendo como resultante deste fato sérios problemas de caráter social.

81 - Fonte: Cadastro da Prefeitura de Rondonópolis - 1976.

82 - Ver a respeito: Abreu, Maurício. Políticas Públicas e Estrutura Interna das Cidades: Uma abordagem preliminar. Sessões Dirigidas, 3º Encontro Nacional de Geógrafos, Rio de Janeiro, Editora Promocional, 1978, p. 13-22.

5. CONFRONTO ENTRE CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E OBSERVAÇÕES EMPÍRICAS

A urbanização em Mato Grosso, de maneira geral, é um processo originário da contínua ocupação de uma fronteira agrícola, atraindo um excedente de mão-de-obra de outras regiões brasileiras que se deslocou para o Estado. Concomitantemente, as transformações rurais calcadas em elevada concentração de terra, reduzida demanda de mão-de-obra e utilização de mecanização na atividade agrícola, colocou também, em disponibilidade, o excedente de mão-de-obra da área rural do próprio Estado. Desta forma, o principal componente demográfico da urbanização matogrossense se deve às migrações internas nacionais e às migrações campo-cidade verificadas nos limites espaciais do Estado.

O aumento da proporção de pessoas vivendo em cidades foi um indicador desta urbanização do Estado a qual se realizou num rítmo acelerado em curto período, notadamente no início da década de 70, e caracterizou-se pelo aumento da população das cidades existentes, principalmente daquelas localizadas próximas às principais vias de penetração no Estado, do aumento significativo das cidades pequenas, com população entre 2.000 e 5.000 habitantes e, do surgimento de novos núcleos. Outro aspecto da urbanização matogrossense é o aumento significativo da populçaão urbana acompanhado de crescimento de população rural.

Entretanto, o conceito de urbanização utilizado não se restringiu aos aspectos espaciais e demográficos, ligados ao tamanho do aglomerado urbano e ao surgimento de novos núcleos. Ao contrário, considerou-se o fenômeno da urbanização de forma ampla, resultado do deslocamento de população decorrente de mudanças sociais, econômicas e políticas, ocorridas na sociedade como um todo. Este segundo aspecto do conceito de urbanização foi o que permitiu situar as causas do processo dentro dos contextos nacional e estadual e entender os elementos pertinentes à atual urbanização em Mato Grosso.

No final da década de 60 redefiniram-se as bases do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, e as diferentes regiões passaram a se organizar em função desta rearticulação do sistema econômico capitalista a nível nacional. Nesta época, como ainda hoje, em Mato Grosso, o setor preponderante da economia prende-se às atividades agropastoris e estas passam a receber maiores estímulos por parte do Governo, através da implantação de inúmeros projetos agropecuários beneficiados por incentivos fiscais que modi-

ficam as áreas rurais propiciando uma nova etapa do crescimento capitalista brasileiro em termos matogrossenses.

As mudanças verificadas no campo, não puderam prescindir de um apoio urbano para se concretizar. Neste sentido, o papel econômico das cidades, no atual processo de urbanização, foi o de oferecer ao campo serviços e produtos necessários à sua modernização. Assim sendo, o setor terciário tornou-se a base da urbanização em Mato Grosso, enquanto o crescimento do setor industrial permaneceu praticamente inexpressivo, extremamente localizado, especialmente em Várzea Grande e Cuiabá, devido, basicamente, a incentivos governamentais, o que não pode, por si só, explicar a urbanização em Mato Grosso. Consequentemente, a urbanização do Estado é uma consequência direta das transformações descritas anteriormente.

Estas transformações por não se propagarem no espaço de forma homogênea privilegiaram determinados núcleos urbanos, ou seja, aqueles que maiores vantagens comparativas apresentavam para que se concretizasse a modernização ao campo. Estes centros nem sempre os mais populosos, foram os que maior crescimento apresentaram.

As cidades que não puderam responder às necessidades gerados pela rearticulação do sistema capitalista na área quer por se encontrarem marginalizadas em relação às novas vias de circulação, quer por estarem localizados em áreas cujas condições naturais não são apropriadas para a expansão das atividades agropecuárias e/ou por não terem sido beneficiados por programas governamentais praticamente ficaram estagnadas ou entraram em decadência. Este fato permitiu diferenciações entre os aglomerados urbanos, tendendo à formação de uma incipiente rede urbana.

A reestruturação da atividade agropastoril no Estado, resultando na ocupação de novos espaços agrícolas tanto pela pecuária como pela lavoura mecanizada, em grandes propriedades, além de absorver reduzida parcela de população rural, expulsou pequenos produtores da área, que na ausência de outra alternativa se deslocaram para a cidade. Este fato, engrossou o fluxo migratório para cidades, que tiveram no êxodo rural importante componente do crescimento urbano. A urbanização se deu, portanto, em detrimento de uma larga faixa de população rural que, ficando à margem das mudanças ocorridas no campo, não se beneficiou das mesmas nem na área rural nem na cidade, constituindo-se nos atores de maior peso na urbanização e aqueles que mais sofre-

ram com o referido processo. Este drama aparece e é acentuado na medida em que o fluxo migratório oriundo do meio rural torna-se maior do que a demanda de emprego oferecida pelo reduzido setor terciário, e o inexpressivo setor secundário, dando origem a formas específicas criadas, pelos indivíduos, para sobreviverem: situações precárias de empregos, presença de desemprego e indivíduos residentes na cidade ligados a atividades rurais.

O fenômeno — indivíduos oscilando entre o trabalho urbano e rural e aqueles trabalhando no campo, possuindo família residente na cidade — foi observado de forma significativa em muitas cidades matogrossenses, embora não pudesse ser comprovado e generalizado para todo o Estado, devido a carência de dados estatísticos oficiais.

O estudo da cidade de Rondonópolis tentou aprofundar estas e outras questões através de pesquisa direta com a população residente na cidade, objetivando alcançar um nível maior de detalhe com relação à urbanização de Mato Grosso.

O crescimento populacional verificado em Rondonópolis faz parte do contexto nacional e estadual já referido, por esta razão os migrantes oriundos de outros Estados e mesmo de Mato Grosso foram também os principais atores da urbanização em Rondonópolis.

A entrada no município de capital procedente do Sudeste, mais especificamente de São Paulo,e de capital estrangeiro provocou fortes modificações nas atividades agropastoris, passando de uma agricultura tradicional para uma atividade agrícola mais moderna.

Esta modificação trouxe como consequência, entre outras, a expulsão dos pequenos produtores e trabalhadores assalariados. Cada uma destas categorias foram afetadas no campo em tempo diferentes, conforme as necessidades do processo de expansão e implantação de fazendas e projetos agropecuários no município e área circunvizinha. Assim, os pequenos proprietários, que foram os antigos "colonos" da área foram os primeiros a serem expulsos do campo, juntamente com os assalariados temporários, seguidos pelos arrendatários cuja chegada à cidade é mais recente, tendo se acentuado de forma progressiva após 1972.

Ficou demonstrado no estudo de Rondonópolis que os motivos da

vinda destes migrantes prendem-se mais ao esgotamento de oportunidades de emprego e consequente falta de perspectivas na área rural. Outro aspecto a considerar, é que em termos numéricos foram estes migrantes, de origem rural, os principais atores do rápido crescimento urbano que tornou Rondonópolis uma das cidades de maior população de Mato Grosso.

A urbanização de Rondonópolis contou também com indivíduos que viram no deslocamento para uma área resultante do tipo de ocupação ocorrida em frente pioneira maiores chances em termos econômicos. Desta forma, deu-se também paralelamente ao êxodo rural, um fluxo expressivo de indivíduos que se dirigiram para Rondonópolis movidos por fatores de atração.

Ao se estudar a absorção dos migrantes por expulsão e atração no mercado de trabalho de Rondonópolis verificou-se que nem todos puderam ser incorporados. Este fato se explica porque o setor terciário, principal responsável pelo crescimento econômico da cidade, não se expandiu na mesma proporção que a chegada dos migrantes na cidade, tornando-se a oferta de mão-de-obra maior que a demanda de emprego.

Desta forma, a absorção no mercado de trabalho de Rondonópolis se realizou através de número significativo de indivíduos que tiveram difícil acesso ao trabalho urbano, estes na maior parte oriundos do processo de expulsão das áreas rurais. Esta limitação do mercado urbano de Rondonópolis ficou evidenciada também pelo número expressivo de pessoas que não foram absorvidas ficando com ocupações rurais e por pessoas absorvidas em condições instáveis. Outra característica encontrada foi a predominância de indivíduos empregados em trabalhos não qualificados.

Deve-se observar que a presença significativa de trabalhadores rurais que passaram a fazer de Rondonópolis apenas moradia permanecendo com atividades rurais, e o número significativo de "lavradores" que ficaram no campo emquanto a família se deslocou para Rondonópolis, na realidade contribuiu mais para a expansão espacial da cidade, não correspondendo no mesmo grau a uma expansão dos setores de atividades econômicas ligadas à vida urbana.

Entretanto, os migrantes oriundos do meio rural não são os únicos a gerar desequilíbrios entre oferta e demanda de emprego e, portanto, os únicos sujeitos a situações precárias no mercado de trabalho. Observou-se

que foram inúmeros os indivíduos que provenientes de outras áreas urbanas, e mesmo com experiência de trabalho em outras cidades, também tiveram dificuldades de serem absorvidos, ficando desempregados em Rondonópolis, o que retrata ainda mais a limitação naquele mercado da cidade.

Por outro lado, um grupo de indivíduos, este menos numeroso, foi absorvido no mercado urbano e passou a usufruir de situação privilegiada dentro da cidade.

A forte desigualdade em relação à absorção de emprego teve como consequência a formação de dois grupos distintos convivendo na mesma cidade: um grupo com melhores condições financeiras e um outro vivendo em condições precárias. Esta desigualdade imprimiu no espaço de Rondonópolis duas áreas distintas: as vilas, caracterizadas por inúmeros bairros carentes e sem infraestrutura com predomínio de população de baixo poder aquisitivo, e o centro, onde estão concentrados os principais estabelecimentos da cidade, as melhores condições de infraestrutura urbana e moradia, e a população de maior poder aquisitivo.

Conclui-se que a expansão para a área de um sistema altamente concentrador de riqueza, concomitantemente com a rapidez com que se implantou, gerou num período de tempo muito curto o crescimento acelerado de uma cidade como Rondonópolis cuja característica principal é a contradição entre riqueza e miséria concretizada na formação do centro e das vilas. Assim sendo, a urbanização criou uma estrutura interna na cidade na qual as desigualdades sociais e econômicas são seus traços fundamentais.

Esta estrutura interna encontrada em Rondonópolis foi também observada na maioria das cidades de Mato Grosso. Este aspecto nada mais é do que um traço comum que acompanha a urbanização brasileira e a dos países subdesenvolvidos. Este fenômeno de privilegiar determinado espaço em detrimento de outros repete-se na atual urbanização em qualquer escala de análise nacional, estadual ou intra-urbana .

Outro traço da urbanização na área também comum a outras cidades brasileiras e aos países subdesenvolvidos refere-se ao setor terciário como o principal componente econômico da urbanização.

Nos países subdesenvolvidos o modelo de urbanização caracte

riza-se pela importância do setor terciário, o qual, frente a aceleração da migração para a cidade acaba absorvendo um número significativo de indivíduos de forma instável e cuja limitação da absorção do mercado urbano manifesta-se sob a forma de uma estrutura ocupacional, com predomínio de empregados não qualificados.

Estas características pertinentes ao modelo de urbanização dos países subdesenvolvidos foram detectados em Mato Grosso e mais especificamente em Rondonópolis. Entretanto, poderia se acrescentar a este modelo, como uma hipótese a ser testada em outras cidades matogrossenses e brasileiras de porte médio e pequeno, a presença significativa de parcela de população com atividades primárias residindo nas cidades em condições de habitação precária conforme foi constatado em Rondonópolis.

Este novo modelo de urbanização tem como característica, além do predomínio do setor terciário com todos os aspectos anteriormente apontados, a existência de um número expressivo de indivíduos oriundos da área rural que penetram em muitos centros urbanos, sem depender deles economicamente, e onde, as cidades se expandem sem que haja uma expansão ao nível de emprego, pelo menos na mesma proporção que a oferta.

Parece desta forma importante, dentro desta nova perspectiva, detectar-se as peculiaridades regionais e locais, além de buscar o papel do campo na urbanização. Este modelo de urbanização encontrado em Rondonópolis se explica, por exemplo, entre outros fatores pela própria particularidade do Estado no contexto nacional, onde sobressai a recentidade de sua ocupação através do alargamento da fronteira agrícola brasileira em moldes capitalista moderno.

Finalmente, acredita-se que a partir do estudo realizado pode-se levantar outras questões a serem desenvolvidas posteriormente e que são de caráter relevante no estudo da urbanização em Mato Grosso.

A presença e o crescimento significativos de inúmeros núcleos com população entre 2.000/5.000 habitantes, levanta a questão de como a população desses núcleos é absorvida em termos de trabalho, ou seja: Qual o papel desses aglomerados na vida econômica do Estado ? Que setor ocupacional é o responsável pelo surgimento desses núcleos ?

Por outro lado, a elevada associação entre os migrantes rurais

e dificuldades com relação à absorção de emprego, salários baixos e precárias as condições de habitação, levantou idéias para serem aprofundadas, relacionadas ao estudo da urbanização — o êxodo rural e marginalização.

Ainda nos pareceu relevante para estudos futuros enfocar as migrações para a cidade tomando as diferentes classes sociais como referência. Este fato, ficou claro, diante da dificuldade encontrada para definir os diferentes atores do processo de urbanização, especialmente dos migrantes urbanos. Percebia-se que este fluxo migratório não era homogêneo e que havia entre estes indivíduos fortes diferenças em termos "econômicos". Entretanto, acredita-se que, separando estes atores por classes sociais ter-se-ia um maior detalhamento do problema.

Finalmente tenta-se situar a cidade de Rondonópolis quanto às perspectivas futuras relativas ao crucial problema de absorção de trabalho.

Acredita-se que em se mantendo a situação atual, isto é, permanecendo um sistema capitalista altamente concentrador de riqueza, a tendência será agravar-se ainda mais o acesso ao mercado de trabalho, por parte da maioria da população e, assim, terá como corolário, o deterioramento das condições precárias de vida desta parcela da populçaão e a acentuação das contradições existentes, não só entre os indivíduos da cidade como também de seus espaços: as vilas e o centro. Esta situação pode se agravar a tal ponto que venha a despertar medidas, por parte das entidades governamentais, no sentido de criar empregos. A solução que já vinha sendo proposta para Rondonópolis era a criação de Distrito Industrial que, segundo os técnicos da Prefeitura abriria consideráveis oportunidades no mercado de trabalho, absorvendo grande parte de população que para a cidade migrou. Contexto da Lei 2.213

Observa-se que neste caso, o setor secundário só chegaria à cidade num segundo momento como solução aos problemas criados pela demanda menor do que a oferta de mão-de-obra.

Entretanto mesmo que tal iniciativa atenda ao referido déficit, provavelmente iniciaria nova etapa de fluxos migratórios, os quais poderiam suplantar mais uma vez a demanda de emprego do novo setor industrial. Além de não se garantir que os novos estabelecimentos industriais que viriam a se localizar na cidade, teriam condições de absorver e suprir o déficit atual de mão-de-obra disponível na cidade, em ambos os casos os problemas sociais se

acentuariam ainda mais.

Desta forma parece claro que as soluções para as consequências de uma urbanização, marcada pelas injustiças sociais transcendem às medidas de caráter local, inserindo-se numa escala maior, isto é, num contexto econômico e social a nível nacional.

6. BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício - Políticas Públicas e Estrutura Interna das Cidades: Uma Abordagem Preliminar. Sessões Dirigidas, 3º Encontro Nacional de Geógrafos, Rio de Janeiro, Editora Promocional, 1978.

ALMEIDA, Fernando F. M. e LIMA, Miguel Alves. Planalto Centro-Ocidental e Planalto Matogrossense. Rio de Janeiro, Guia de Excursão nº 1, XVIII Congresso Internacional de Geografia, Conselho Nacional de Geografia, 1959.

ANTUNIASSI, Ma. Helena Rocha. Contribuição ao Estudo das Relações de Produção no Meio Rural. II Reunião Nacional de Mão-de-Obra Volante na Agricultura, Botucatu, UNESP, 1976.

AZEVEDO, Aroldo. Cuiabá - Estudo de Geografia Urbana. S. Paulo, Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, vol. VII, Tomo II - 1952-1953,1957.

- Cuiabá, Capital de Mato Grosso. São Paulo, Boletim Paulista de Geografia, out. nº 15, 1953.

BASTOS, Ma. Inés e GONÇALES, Elbio N. . O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira. Brasília, UNB - Departamento de Ciências Sociais, Série Sociologia, 1975.

BECKER, Bertha K. . A Amazonia na Estrutura Espacial do Brasil. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Geografia, Ano 36, nº 2, 1974.

- Uma hipótese sobre a Origem do Fenômeno Urbano numa Fronteira de Recursos do Brasil, Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Geografia. Ano 40 (1), 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique e MULLER, Geraldo. Amazonia: Expansão do Capitalismo. São Paulo, Edições Brasiliense, 1977.

CARNEIRO, Mario Afonso. Mato Grosso Perspectivas de Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Boletim Geográfico, nº 209, ano 28, 1969.

CARTER, Harold. The Study of Urban Geography. London, Edward Arnold, 1972.

CARVALHO, Ana. Rítmos, Processos e Intensidade da Urbanização no Estado da Bahia. Salvador, Boletim Bahiano de Geografia, Ano 1 (4), 1961.

CASTELLS, Manuel. La Urbanizacion Dependiente en America Latina. In: Imperialismo y Urbanizacion en America Latina. Barcelona, Editora Gustavo Gili S/A, 1973.

- . La Question Urbana. Espanha, Siglo Veitiuno Editores, 1974.

- . Problemas de Investigação em Sociologia Urbana. Portugal, Editorial Presença, 1979.

CASTRO, Iná et alli. O processo de Urbanização no Continente Africano. Uma Aplicação da Teoria Geral dos Sistemas. Rio de Janeiro, Boletim Carioca de Geografia, Ano XXV: pp 43-60, 1976.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA. A Problemática dos Trabalhadores Rurais. Brasília, Boletim da Associação de Reforma Agrária. Ano IV, nº 3-4, 1974.

- .Aspectos da Realidade Agrária de Mato Grosso. Brasília. IV Encontro Interestadual, 1976.

CORRÊA FILHO, Virgílio. As Raias de Mato Grosso. S. Paulo, Editora Fronteira Oriental, 1925.

- . História de Mato Grosso. Rio de Janeiro, Coleção Cultura Brasileira, Instituto Nacional do Livro, MEC, 1969.

CORRÊA, Roberto Lobato. Os estudos de Redes Urbanas no Brasil. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Geografia, Ano 29 (4), 1967.

COSTA, José Veríssimo Pereira. O Lugar dos Trabalhos Geográficos na Obra da Colonização do Centro-oeste. Rio de Janeiro, Boletim Geográfico, Ano VII nº 84, março 1950.

DAVIDOVICH, Fany. Escalas e Urbanização: Uma Perspectiva Geográfica do Sistema Urbano Brasileiro. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Geografia, Ano 40 nº 1, 1978.

DAVIS, Kingsley. Cidades - A Urbanização da Humanidade. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 1970.

D'INCAO, Ma. Conceição Mello. O Bóia Fria: Acumulação e Miséria. Petrópolis, Editora Vozes, 1976.

ECHEVARRIA, J. Medina. Subemprego, Problema Estrutural. Petrópolis, Coleção Caminhos Brasileiros 4, Editora Vozes, 1970.

FAISSOL, Speridião. As Grandes Cidades Brasileiras: Dimensões Básicas de Diferenciação e Relações com o Desenvolvimento Econômico. Um estudo de análise fatorial. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Geografia. Ano 32 (4), 1970.

- . Migrações Internas - Um Subsistema no Processo de Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Geografia. Ano 33 (3), 197o.

FARIA, Vilmar. Pobreza Urbana, Sistema Urbano e Marginalidade. São Paulo. Estudos Cebrap 9, Editora Brasiliense, 1974.

- . O Sistema Urbano Brasileiro: Um Resumo das Características e Tendências Recentes. São Paulo, Estudos Cebrap 18, Editora Brasiliense , 1976.

FRIEDMAN, John. A General Theory of Polarized Development. Los Angeles, School of Architeture and Urban Planning, 1969.

- . Urbanization and National Development: A Comparative Analysis. Los Angeles, School of Architeture and Urban Planning, University of California, 1970.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MATO GROSSO. Questões Ligadas à Posse e Uso da Terra. Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Ano IV nº 3/4, 1974.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ. Trabalhador Volante (Bóia Fria) - II Reunião Nacional de Mão-de-Obra Volante na Agricultura, Botucatu, UNESP, 1976.

FIGUEIREDO, Alvanir de - O Extremo Sul de Mato Grosso - In: Guias de Excursões, I Encontro Nacional de Geógrafos, Presidente Prudente, 1972.

FUNDAÇÃO IBGE - A Grande Região Centro-Oeste. Rio de Janeiro, vol. II,1960.

- . Geografia do Brasil - Região Centro-Oeste, vol. 4. Rio de Janeiro, SERGRAF, 1977.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Editora Nacional, 1968.

GEBARA, José Jorge. A Cana-de-Açúcar e o Assalariado Temporário. Botucatu, II Reunião Nacional de Mão-de-Obra Volante, UNESP, 1976.

GEIGER, Pedro Pinchas. Exemplo de Hierarquia de Cidades no Brasil. Rio de Janeiro, Boletim Carioca de Geografia, Ano X nº 3 e 4, 1957.

- . Diretrizes e Prioridades em Pesquisas Urbanas. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Geografia 35 (1), 1973.

GEORGE, Pierre. Evolução dos Elementos Motores do Desenvolvimento Urbano e Suas Consequências sobre a Utilização do Espaço Urbano. Grenoble, Revue de Geographie Alpine 60 (2), 1972

GRAZIANO, José F. da Silva & FREITAS, Gilberto Passos. Os volantes na Zona de Avaré e Cerqueira Cezar. Botucatu, II Reunião Nacional de Mão-de- Obra Volante na Agricultura, UNESP, 1976.

GRAZIANO, José F. da Silva & VASQUES, José Garcia. Diagnóstico Inicial do Volante em São Paulo. Botucatu, II Reunião Nacional de Mão-de-obra Volante na Agricultura, UNESP, 1976.

GRAZIANO, José F. da Silva. A Modernização Dolorosa, Movimento, 8 de maio de 1978.

- . A Porteira está Fechando. Rio de Janeiro, Ensaios de Opinião, Paz e Terra, 1979.

GUEDES, Luiz Carlos P. J. e SILVA, Gomes José. Reforma Agrária: Solução De-

finitiva para o Problema do Bóia Fria. Botucatu, II Reunião Nacional de Mão-de-Obra Volante na Agricultura, UNESP, 1976.

- . Migração Interna e Distribuição da Renda no Campo. Brasília, Fundação Milton Campos, 1976.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. São Paulo, Editora Fulgor, 1964.

GUNDER Frank, André. Sociology of Development and Underdevelopment of Sociology. Catalyst, 3 Summer, 1967.

HIGGINS, Benjamin. Explosão Urbana na América Latina. Gleen H. Beyer, 1967.

HUMBERTO, Oliveira G., ORLANDINA DE Y STERN, Claudio. Migracion y Marginalidad Ocupacional en La Ciudad de Mexico. In: Imperialismo y Urbanizacion en América Latina. Barcelona, Editora Gustavo Gili S/A, 1973.

IANNI, Otávio. A classe operária vai ao Campo. São Paulo, Caderno Cebrap, 24, Editora Brasiliense, 1976.

- . A Luta pela Terra. Petrópolis, Editora Vozes, 1978.

JACOBY, Erich. Transferência da Tecnologia pelas Empresas Multinacionais. Brasília, Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, ABRA, Ano V (3-4), 1975.

JAKOBSON, Leo and PRAKASH, Ved. Urbanization and National Development. Beverly Hills, Edited by Leo Jackobson and Ved Prakash, vol 1, South and Southest Asia Urban Affairs Annuals, Sage Publications, 1971.

JUNIOR, Caserino A.F.. Conceito de Trabalhador Rural para Efeito de Enquadramento Sindical. Jurídica, nº 100, Rio de Janeiro, 1968.

KOWARICK, Lucio. Capitalismo, Dependência, Marginalidade Urbana na América Latina: Uma Contribuição Teórica. São Paulo, Estudos Cebrap 8, Editora Brasiliense, 1974.

LAMBERT, D. . L'Urbanization Accelerée de l'Amerique Latine et la Formation

d'Un Sectertertiaire Réfuge. Civilization 15 (2): 158-170, 1965.

LAMPARD, Eric E. . The History of Cities in the Economically Advanced Areas, Economic Development and Cultural Changes, vol 3, 1953.

- Aspectos Históricos da Urbanização. In: Estudos de Urbanização. São Paulo, Pioneira, 1975.

LINDGREN, C. Ernesto. Análise de Dados em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, COPPE, UFRJ, 1973.

LEON, Maruja Acosta & HARDOY, E. Jorge. Urbanizacion en Cuba. México, Demografia y Economia, vol. VI, nº 1, El Colédio de México, 1972.

LOPES, Juarez R. Brandão. Do Latifúndio à Empresa - Unidade e Diversidade do Capitalismo no Campo. São Paulo, Cadernos Cebrap 26, Editora Brasiliense, 1976.

- . Desenvolvimento Capitalista e Estrutura Agrária. Rio de Janeiro. Ensaios de Opinião, Paz e Terra, 1979.

MADEIRA, Felicia R. . Aspectos Demográficos da Urbanização. São Paulo. Estudos Cebrap 19, Edições Brasiliense, 1977.

MANZOLILLO, Vera Lucia. Capital Estrangeiro vai ao Campo. Movimento, 8 de maio 1978.

MARTINS, José Souza. A Questão Agrária no Brasil. Brasília, Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Ano V, 1976.

McGEE, T.G. . The Urbanization Process in the Third World. Great Britain, Editora Bell Printed, s/d.

MELO, Mário Lacerda de. A Região Ribeirinha do Médio Cuiabá. Estudo de Geografia Humana. São Paulo, Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros , vol. VII, tomo 10 - 1952-1953, 1957.

MINISTÉRIO DO INTERIOR . SUDECO. II Plano Nacional de Desenvolvimento - Programa de Ação do Governo para a Região Centro-Oeste. Brasília, 1975.

- . Política de Migrações, Brasília, 1976.

- . Migração Campo-Cidade. Algumas Considerações sobre a Fixação do Homem do Campo. Brasília, 1976.

MOLD Zilá, Mesquita. A Política de Desenvolvimento Urbano no Processo de Desenvolvimento Nacional. Rio Claro, Boletim de Geografia Teorética 3(5), 1973.

MORSE, Richard M. . A Evolução das Cidades Latino Americanas. São Paulo, Caderno Cebrap 22, Editora Brasiliense, 1975.

MÜHLENBERG, Liane. Isolina, Bóia-Fria - São Paulo, Cadernos de Debate, Editora Brasiliense, 1976.

MULLER, Nice L. . O Fato Urbano na Bacia do Rio Paraíba. São Paulo. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1969.

- . Evolução e Estado Atual dos Estudos de Geografia Urbana no Brasil. Rio de Janeiro, Boletim Geográfico nº 209, ano 28, 1969.

NUN, José. Superpopulação Relativa, Exército Industrial de Reserva e Massa Marginal - 1969, In: Populações Marginais, São Paulo, Duas Cidades, 1978.

OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. São Paulo, Seleções Cebrap 1, Editora Brasiliense, 1975.

- . Agricultura e Crescimento Econômico do Brasil. São Paulo, Cadernos de Debate, Editora Brasiliense, 1976.

- . Acumulação Monopolista, Estado e Urbanização: A Nova Qualidade de Conflitos de Classe. São Paulo, Cadernos de Debate, Editora Brasiliense, 1976.

- . Elegia para uma Re(li)gião. Sudene. Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, João Mariano. Urbanização em Mato Grosso. Cuiabá, Análise (1),1976.

PEREIRA, Luiz. Urbanização e Subdesenvolvimento. In: Urbanização e Subdesen-

volvimento. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969.

PEREIRA, Peron Francisco. Relações de Produção na Agricultura de Mato Grosso. Cuiabá, I Seminário Matogrossense de Relações de Produção na Agricultura, 1978 (Mimeografado).

PERLMAN, Janice E. . O Mito da Marginalidade - Favelas e Política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PETRONE, Pasquale. A Zona Rural de Cuiabá. São Paulo, Anais da Associação dos Geógrafos- vol. VII, tomo II, 1952-1953, 1957

PRADO Jr., Caio. et alli. A Agricultura Subdesenvolvida. Petrópolis, Coleção Caminhos Brasileiros 2, Editora Vozes, 1969.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ. Projeto Zé Pinto. Cuiabá, 1977.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. II Plano Nacional de Desenvolvimento. Brasília, 1975-1979.

QUIJANO, Anibal Obregon. Notas sobre o conceito de Marginalidade Social. In: Populações Marginais, São Paulo, Duas Cidades, 1978.

REISSMAN, Leonard. The Urban Process. London, The Free Press. New York.McMillan, 1970.

SÁ, Francisco Jr. . O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência. São Paulo. Estudos Cebrap 3, Editora Brasiliense, 1975.

SANTOS, Milton. Caracteres Generales de la Urbanizacion y de las Ciudades en los Países Subdesenvolvidos. In: Geografia y Economia Urbana en los Países Subdesenvolvidos. Barcelona, Oikos-tan S/A, 1973.

- . La Urbanizacion Dependiente en Venezuela. In: Imperialismo y Urbanizacion en America Latina. Barcelona, Editora Gustavo Gili S/A,1973.

- . Crescimento Nacional e a nova Rede Urbana: O exemplo do Brasil. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Geografia.Ano 29 (4), 1967.

- . Pobreza Urbana. São Paulo, Editora Hucitec, 1978.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE MATO GROSSO. Programa de Desenvolvimento Urbano. Cuiabá, 1976.

SJOBERG, Gideon. Cidades em Desenvolvimento e Cidades das Sociedades Industriais: Análise Pluricultural. In: Estudos de Urbanização, São Paulo, Pioneira, 1975.

SILVA, José Gomes e RODRIGUES, Vera, L. G.S. . Conflitos de Terras no Brasil. Brasília, Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Ano V (3-4), 1975.

- . O Bóia Fria, Contradição de uma Agricultura em Tentativa de Desenvolvimento. Brasília, Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Ano V, (9-10), 1975.

SILVA, Sérgio. Formas de Acumulação e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo. In: Capital e Trabalho no Campo. São Paulo, Editora Hucitec, 1977.

SILVANY, Augusto. Urbanização nos países em Desenvolvimento. Rio de Janeiro. Revista de Administração Municipal, nº 100, maio/junho, IBAM, 1970.

SILVA, Juacy. Estrutura Agrária e Marginalidade Urbana. Cuiabá, UFMT, I Seminário Matogrossense sobre Relações de Produção na Agricultura, 1978.

SINGER, Paul e CARDOSO, Fernando H.. A Cidade e o Campo. São Paulo, Cadernos Cebrap 7, Editora Brasiliense, 1972.

SINGER, Paul. Emprego e Urbanização. São Paulo, Estudos Cebrap 19, Editora Brasiliense, 1977.

- . Economia Política da Urbanização. São Paulo, Editora Brasiliense, 1978.

VINHAS, M. Problemas Agrários Camponeses do Brasil. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968.

VELHO, Otávio Guilherme. Frentes de Expansão e Estrutura Agrária. Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1972.

WEISSLITZ, Jacqueline. Migracion Rural e Integracion Urbana en el Peru. In: Imperialismo y Urbanizacion en America Latina. Barcelona, Editora Gustavo Gili S/A, 1973.

APÊNDICE Nº 1

TIPOS DE OCUPAÇÃO, SEGUNDO AS CATEGORIAS CONSIDERADAS

1. Dono da Atividade:

comerciante - vendedor de roupa - comerciante de gado - "toca bolicho" - pecuarista.

2. Técnicos em Geral:

conserto de rádio - enfermeiro - técnico em eletrônica - técnico em refrigeração - projetista - fotógrafo - topógrafo.

3. Trabalhadores do Comércio:

balconista - sapataria - entregador de pão - pacoteiro - vendedor na feira - ajudante de armazém - trabalhador em bar - vendedor de fruta - entregador de bebidas - vendedor de pastel - distribuidor de bebidas - vendedor de cereais - viajante - lojista - caixa de loja - vendedor ambulante - caixa de posto - padeiro - açougueiro - mascate - picoleiro.

4. Profissionais Liberais:

professor - advogado - jornalista - oficial de justiça - médico - veterinário.

5. Trabalhadores dos Serviços:

cozinheiro - garçon - barbeiro - relojoeiro - sapateiro - funcionário do correio - cobrador de prestações - vigilante - cambista - trabalhador em crediário - guarda - auxiliar do ginásio - trabalhador no Forum - polícia - escriturário - conferente - secretário municipal - guarda noturno - escrivão da polícia - gerente do aeroporto - administrador de turma - fiscal de viação - corretor - escriturário - gerente - vice-diretor - datilógrafo - secretária - agente de seguros - bancário - contador - escriturária - costureira - alfaiate - tintureiro - tapeceiro - motorista (taxi, mercadoria, ônibus, etc) - tratorista - cobrador de ônibus - celeiro - despachante - remendeiro de cadeira - pintor de letra - porteiro - serviço de malaria.

6. Trabalhadores da Construção:

oleiro - pintor - pedreiro - marceneiro - carpinteiro - encanador - fabricador de blocos - assentador de manilha - assentador de azulejo -

ferreiro - construtor, ensaibramento de casa-ferreiro - furador de poço - pedreiro meia-colher - serraria - marteleiro de pedreira.

7. Trabalhadores de Reparação e Manutenção:

operador de máquina - eletricista - mecânico de automóvei, de bicicleta - encanador - maquinista - borracheiro - encarregado de máquina - soldador - auxiliar de mecânico - conserto de bicicleta - auxiliar de operador - auxiliar de oficina.

8. Trabalhadores não Qualificados:

ajudantes - auxiliares e aprendizes que não têm responsabilidade pelo uso de maquinarias e que requerem basicamente de músculos apropriados e podem aprender sua tarefa em poucos dias - ajudante de caminhão - engraxate - lixeiro - carroceiro - faxineiro - lavrador - braçal/chapa - empurra carrinho - saqueiro - doméstica - lavadeira - contínuo - lavador de carro - servente - servente de pedreiro - passadeira - zelador - bombeiro (em posto de gasolina) - porteiro de colégio - conservador de estrada - engraxate - "variável".

9. Agricultura em Geral:

lavrador - algodoeiro - posseiro - aliciador de boiadas - braçal - trabalhador com hortaliças - administrador de fazenda.

APÊNDICE Nº 2

TABELA Nº 1

NÚMERO DE MIGRANTES E PERCENTUAL, PROVENIENTES DO ESTADO DE MATO GROSSO SEGUNDO MUNICÍPIOS

MUNICÍPIOS	MATO GROSSO	%	TOTAL DE MIGRANTES INCLUINDO MT
01. Acorizal	215	81,0	266
02. Alto Araguaia	872	33,0	2.649
03. Alto Garça	392	25,0	1.579
04. Alto Paraguai	2.617	66,0	3.970
05. Araguainha	518	71,0	727
06. Arenápolis	4.408	56,0	7.834
07. Aripuanã	424	35,0	1.208
08. Barão de Melgaço	834	99,0	845
09. Barra do Bugres	4.642	27,0	16.980
10. Barra do Garças	3.248	22,0	15.098
11. Cáceres	7.518	17,0	44.202
12. Chapada dos Guimarães	2.419	64,0	3.758
13. Cuiabá	12.682	70,0	18.057
14. Diamantino	1.610	63,0	2.551
15. Dom Aquino	2.626	26,0	10.116
16. General Carneiro	1.053	63,0	1.664
17. Guiratinga	1.701	27,0	6.181
18. Itiquira	1.012	62,0	1.625
19. Jaciara	9.887	41,0	23.897
20. Luciaria	68	2,0	3.434
21. Mato Grosso	2.095	52,0	4.034
22. Nobres	843	70,0	1.203
23. Nortelândia	2.687	66,0	4.071
24. Nossa Sra. do Livramento	27	79,0	34
25. Poconé	543	78,0	698
26. Ponte Branca	534	40,0	1.344
27. Porto Gaúcho	228	28,0	806
28. Poxoréo	3.809	29,0	12.972
29. Rondonópolis	16.266	39,0	41.343
30. Rosário Oeste	986	71,0	1.382
31. Santo Antonio do Leverger	1.009	58,0	1.747
32. Tesouro	368	24,0	1.535
33. Torixoréo	176	9,0	2.027
34. Várzea Grande	4.275	91,0	4.676

FONTE: Censo Demográfico - 1970 - IBGE.

TABELA Nº 2

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO ATUAL, SEGUNDO

PROCEDÊNCIA RURAL E URBANA

MUNICÍPIOS	TOTAL	PROCEDENTES DE ZONA URBANA	PROCEDENTES DE ZONA RURAL	% URBANA	% RURAL
01. Acorizal	24	16	8	66,7	53,3
02. Alto Araguaia	1.365	1.003	362	73,5	26,5
03. Alto Garça	963	598	365	62,1	37,9
04. Alto Paraguai	1.664	1.333	331	80,1	19,9
05. Araguainha	459	158	301	34,4	65,6
06. Arenápolis	2.419	1.323	1.096	54,7	45,3
07. Aripuanã	18	7	11	38,9	61,1
08. Barão de Melgaço	39	35	4	89,7	10,3
09. Barão do Bugres	1.069	638	431	59,7	40,3
10. Barra do Garças	5.536	4.723	813	85,3	14,7
11. Cáceres	2.616	2.271	345	86,8	13,2
12. Chapada dos Guimarães	341	215	126	63,0	37,0
13. Cuiabá	17.316	13.098	4.218	75,6	24,4
14. Diamantino	548	415	133	75,7	24,3
15. Dom Aquino	2.394	1.376	1.018	57,5	45,5
16. General Carneiro	522	145	377	27,8	72,2
17. Guiratinga	2.180	1.456	724	66,8	33,2
18. Itiquira	528	329	199	62,3	37,7
19. Jaciara	3.866	1.541	2.325	39,9	60,1
20. Luciaria	842	368	474	43,7	56,3
21. Mato Grosso	39	39	-	100,0	-
22. Nobres	135	135	-	100,0	-
23. Nortelândia	2.380	2.060	320	86,6	13,4
24. N. Sra. do Livramento	11	11	-	100,0	-
25. Poconé	472	393	79	83,3	16,7
26. Ponte Branca	467	207	260	44,3	55,7
27. Porto Gaúcho	114	101	13	88,6	11,4
28. Poxoréo	2.839	1.900	939	66,9	33,1
29. Rondonópolis	16.899	11.615	5.284	68,7	31,3
30. Rosário Oeste	582	444	138	76,3	23,7
31. Sto. Antonio do Leverger	250	156	94	62,4	37,6
32. Tesouro	733	379	354	51,7	48,3
33. Torixoréo	409	170	239	41,6	58,4
34. Várzea Grande	4.437	1.845	2.592	41,6	58,4
TOTAL	72.861	51.227	23.973	-	-

FONTE: Censo Demográfico - 1970 - IBGE.

TABELA Nº 3

POPULAÇÃO TOTAL URBANA E RURAL,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 1950

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL
01. Alto Araguaia	11.049	3.257	7.792
02. Aripuanã	2.038	421	1.617
03. Barra do Garças	6.628	1.576	5.052
04. Barra do Bugres	3.114	445	2.669
05. Cáceres	19.262	4.762	14.500
06. Cuiabá	56.204	27.306	28.898
07. Diamantino	6.169	2.486	3.683
08. Guiratinga	18.627	6.000	12.627
09. Mato Grosso	2.848	433	2.415
10. N. Sra. do Livramento	11.366	1.041	10.325
11. Poconé	13.438	3.229	10.209
12. Poxoréo	21.720	5.431	16.289
13. Rosário Oeste	16.883	2.190	14.693
14. Santo Antonio do Leverger	17.800	2.566	15.234
15. Várzea Grande	5.503	3.142	2.361

FONTE: Censo Demográfico - 1950 - IBGE.

TABELA Nº 4

POPULAÇÃO TOTAL URBANA E RURAL,

SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 1960

MUNICÍPIOS	POP. TOTAL	POP. URBANA	POP. RURAL	% URBANA	% RURAL
01. Acorizal	5.944	1.598	4.346	26,88	73,12
02. Alto Araguaia	4.192	2.220	1.972	52,96	47,04
03. Alto Garças	4.630	2.261	2.369	48,83	51,17
04. Alto Paraguai	8.173	2.933	5.240	35,89	64,11
05. Arenápolis	5.159	1.500	3.659	29,08	70,92
06. Aripuanã	5.139	178	4.961	3,46	96,54
07. Barra do Garças	15.151	3.184	11.967	21,02	78,98
08. Barra do Bugres	4.332	911	3.421	21,03	78,97
09. Barão de Melgaço	5.314	1.143	4.171	21,51	78,49
10. Cuiabá	57.860	45.875	11.985	79,29	20,71
11. Chapada dos Guimarães	11.061	1.068	9.993	9,66	90,34
12. Cáceres	28.078	8.785	19.293	31,29	68,71
13. Diamantino	4.148	839	3.309	20,23	79,77
14. Guiratinga	10.573	5.169	5.404	48,89	51,11
15. Itiquira	2.853	861	1.992	30,18	69,82
16. Jaciara	5.664	1.292	4.372	22,81	77,19
17. Mutum (Dom Aquino)	9.315	3.761	5.554	40,38	59,62
18. Mato Grosso	2.760	520	2.240	18,84	81,16
19. N. Sra. do Livramento	14.186	1.141	13.045	8,04	91,96
20. Nortelândia	4.067	3.134	933	77,06	22,94
21. Ponte Branca	4.674	1.970	2.704	42,15	57,85
22. Poxoréo	16.968	4.692	12.276	27,65	72,35
23. Poconé	14.649	5.386	9.263	37,77	63,23
24. Rondonópolis	22.554	4.482	18.072	19,87	80,13
25. Rosário Oeste	27.365	3.656	23.709	13,36	86,64
26. Sto. Antº do Leverger	11.014	2.028	8.986	18,41	81,59
27. Tesouro	6.463	3.053	3.410	47,24	52,76
28. Torixoréo	5.381	716	4.665	13,31	86,69
29. Várzea Grande	11.044	7.075	3.969	64,06	35,94

FONTE: Censo Demográfico - 1960 - IBGE.

TABELA Nº 5

POPULAÇÃO TOTAL URBANA E RURAL,

SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 1970

MUNICÍPIOS	POP. TOTAL	POP. URBANA	POP. RURAL	% URBANA	% RURAL
01. Acorizal	8.854	1.766	7.088	19,95	80,05
02. Alto Araguaia	7.437	3.320	4.227	43,99	45,01
03. Alto Garças	5.890	3.417	2.473	58,01	41,99
04. Alto Paraguai	11.353	4.283	7.070	37,73	62,27
05. Araguainha	1.738	1.026	712	59,03	40,97
06. Arenápolis	10.486	3.626	6.860	34,58	65,42
07. Aripuanã	2.240	85	2.155	3,79	96,21
08. Barão de Melgaço	9.719	1.402	8.317	14,43	85,57
09. Barra do Bugres	22.250	2.081	20.169	9,35	90,65
10. Barra do Garças	26.570	10.217	16.353	38,45	61,55
11. Cáceres	85.699	16.688	69.011	19,47	80,53
12. Chapada dos Guimarães	16.356	1.534	14.822	9,38	90,62
13. Cuiabá	100.860	88.269	12.591	87,52	12,48
14. Diamantino	5.076	1.318	3.758	25,97	74,03
15. Dom Aquino	16.383	4.372	12.011	26,69	73,31
16. General Carneiro	3.498	972	2.526	27,79	72,21
17. Guiratinga	14.939	6.421	8.518	42,98	57,02
18. Itiquira	3.621	1.055	2.566	29,14	70,86
19. Jaciara	32.132	5.244	26.888	16,32	83,68
20. Luciaria	5.008	1.358	3.650	27,12	72,88
21. Mato Grosso	9.576	838	8.738	8,75	91,25
22. Nobres	5.692	1.694	3.998	29,76	70,24
23. Nortelandia	5.938	3.786	2.152	63,76	36,24
24. N. Sra. do Livramento	11.768	1.085	10.683	9,22	90,78
25. Poconé	18.832	8.196	10.636	43,52	56,48
26. Ponte Branca	3.438	1.217	2.221	35,40	64,60
27. Porto dos Gaúchos	1.197	166	1.031	13,86	86,14
28. Poxoréo	27.431	7.237	20.194	26,38	73,62
29. Rondonópolis	62.086	25.097	36.989	40,42	59,58
30. Rosário Oeste	18.044	3.904	14.140	21,64	78,36
31. Sto. Antº do Leverger	14.509	2.563	11.946	17,66	82,34
32. Tesouro	5.796	2.833	2.963	48,88	51,12
33. Torixoréo	6.300	1.111	5.189	17,63	82,37
34. Várzea Grande	18.053	13.891	4.162	76,95	23,05

FONTE: Censo Demográfico - 1970 - IBGE.

TABELA Nº 6
LOCAL DE NASCIMENTO
DOS ENTREVISTADOS - VILAS

ESTADOS	NÚMERO	%
Mato Grosso	139	22,9
Bahia	115	18,8
Minas Gerais	86	14,0
São Paulo	105	17,1
Goiás	47	7,7
Pernambuco	16	2,6
Alagoas	9	1,5
Ceará	27	4,4
Paraná	21	3,4
Santa Catarina	3	0,5
Rio de Janeiro	7	1,1
Rio Grande do Sul	7	1,1
Sergipe	2	0,3
Espírito Santo	5	0,8
Rio Grande do Norte	6	0,9
Maranhão	6	0,9
Piauí	2	0,3
Pará	2	0,3
Paraíba	1	0,2
Não Responderam	7	1,1

FONTE: Pesquisa de Campo realizada em Rondonópolis - 1978.

TABELA Nº 7
LOCAL DE NASCIMENTO
DOS ENTREVISTADOS - CENTRO

ESTADOS	NÚMERO	%
Mato Grosso	23	19,0
Bahia	22	18,2
Minas Gerais	14	11,6
São Paulo	30	24,8
Goiás	10	8,3
Pernambuco	1	0,8
Santa Catarina	1	0,8
Rio de Janeiro	1	0,8
Paraná	-	0,0
Rio Grande do Sul	8	6,6
Ceará	3	2,5
Rio Grande do Norte	-	0,0
Piauí	1	0,8
Pará	2	1,7
Paraíba	1	0,8
Não Responderam	4	3,3

FONTE: Pesquisa de Campo realizada em Rondonópolis - 1978.

TABELA Nº 8

LOCAL DE NASCIMENTO DOS ENTREVISTADOS,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO - CENTRO

ESTADOS	NÚMERO	%
Alto Araguaia	1	4,3
Alto Garça	3	13,0
Barra do Garça	-	0,0
Cuiabá	4	17,4
Diamantino	1	4,3
Guiratinga	2	8,7
Itiquira	1	4,3
Jaciara	-	0,0
Poxoréo	-	0,0
Rondonópolis	3	13,0
Santo Antonio do Leverger	1	4,3
Várzea Grande	-	0,0
Mato Grosso do Sul	7	30,4

FONTE: Pesquisa de Campo realizada em Rondonópolis - 1978.

TABELA Nº 9
LOCAL DE NASCIMENTO DOS ENTREVISTADOS,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO - VILAS

ESTADOS	NÚMERO	%
Alto Araguaia	2	1,44
Alto Garça	1	0,72
Alto Paraguai	1	0,72
Barão de Melgaço	3	2,16
Barra do Bugres	1	0,72
Barra do Garças	-	-
Cáceres	1	0,72
Chapada dos Guimarães	4	2,88
Cuiabá	19	13,70
Diamantino	1	0,72
Dom Aquino	3	2,16
Guiratinga	10	7,25
Itiquira	4	2,88
Jaciara	2	1,44
Nobres	1	0,72
Nortelândia	1	0,72
Poxoréo	19	13,70
Rondonópolis	20	14,38
Rosário Oeste	1	0,72
Tesouro	7	5,1
Mato Grosso do Sul	35	25,74

FONTE: Pesquisa de Campo realizada em Rondonópolis - 1978.

TABELA Nº 10
ENTREVISTADOS PROCEDENTES DO
ESTADO DE MATO GROSSO - CENTRO

MUNICÍPIOS	NÚMERO	%
Alto Araguaia	1	1,5
Alto Garça	3	4,5
Barra do Garça	1	1,5
Cuiabá	3	4,5
Guiratinga	13	19,4
Itiquira	4	6,0
Jaciara	2	3,0
Poxoréo	5	7,5
Rondonópolis	15	22,4
Santo Antonio do Leverger	-	0,0
Várzea Grande	2	3,0
Mato Grosso do Sul	18	26,9

FONTE: Pesquisa de Campo realizada em Rondonópolis - 1978.

TABELA Nº 11
ENTREVISTADOS PROCEDENTES DO
ESTADO DE MATO GROSSO - VILAS

MUNICÍPIOS	NÚMERO	%
Acolizal	1	0,23
Alto Araguaia	4	0,90
Alto Garça	3	0,68
Alto Paraguai	2	0,45
Barra do Bugres	1	0,23
Barra do Garças	5	1,13
Cáceres	9	2,04
Chapada dos Guimarães	5	1,13
Cuiabá	33	7,47
Dom Aquino	13	2,90
Guiratinga	25	5,65
Itiquira	7	1,60
Jaciara	33	7,50
Nortelândia	1	0,23
Poconé	1	0,23
Ponte Branca	2	0,45
Poxoréo	63	14,25
Rondonópolis	147	33,22
Rosário Oeste	4	0,90
Santo Antonio do Leverger	1	0,23
Tesouro	7	1,60
Várzea Grande	4	0,91
Mato Grosso do Sul	71	16,10

FONTE: Pesquisa de Campo realizada em Rondonópolis - 1978.

TABELA Nº 12

TEMPO QUE DEIXOU A ÁREA RURAL

CENTRO

ANO	NÚMERO	%
- 1	3	6,5
1	1	2,2
2	7	15,2
3	5	11,0
4	2	4,3
5	3	6,5
6	2	4,3
8	1	2,2
9	1	2,2
10	2	4,3
11	1	2,2
12	1	2,2
13	2	4,3
14	2	4,3
15	2	4,3
16	1	2,2
17	1	2,2
19	1	2,2
20	1	2,2
22	1	2,2
28	1	2,2
29	1	2,2
Não responderam	4	11,0

FONTE: Pesquisa de campo realizada em Rondonópolis em 1978.

TABELA Nº 13

ANO QUE O MIGRANTE RURAL ABANDONOU A OCUPAÇÃO RURAL

VILAS

ANO	NÚMERO	%
1978	2	0,5
1977	45	12,9
1976	46	12,3
1975	19	5,1
1974	31	8,3
1973	22	5,9
1972	30	8,0
1971	12	3,2
1970	21	5,6
1969	12	3,2
1968	9	2,4
1967	4	1,1
1966	1	0,3
1965	4	1,1
1964	3	0,8
1963	2	0,5
1962	2	0,5
1961	3	0,8
1960	2	0,5
1959	2	0,5
1958	2	0,5
1957	2	0,5
1956	2	0,5
1955	1	0,3
1952	1	0,3
1950	2	0,5
Não deixou	76	20,0

FONTE: Dados de pesquisa de campo realizada em Rondonópolis - 1978.

TABELA Nº 14

ANO QUE O MIGRANTE RURAL ABANDONOU

A OCUPAÇÃO RURAL

CENTRO

ANO	NÚMERO	%
1977	4	8,7
1976	5	11,0
1975	2	4,3
1974	5	11,0
1972	1	2,2
1968	1	2,2
1967	1	2,2
1966	1	2,2
1965	2	4,3
1964	1	2,2
1962	1	2,2
1961	1	2,2
1959	1	2,2
1934	1	2,2
Não deixou	5	11,0

FONTE: Dados de pesquisa de campo realizada em Rondonópolis - 1978.

TABELA Nº 15
TEMPO DE PERMANÊNCIA DO
MIGRANTE NA CIDADE
VILAS

TEMPO / ANO	NÚMERO	%
- 1	69	11,2
1	55	9,0
2	80	13,0
3	67	11,0
4	63	10,2
5	44	7,2
6	30	4,9
7	20	3,3
8	26	4,2
9	18	3,0
10	23	3,8
11	3	0,5
12	7	1,1
13	3	0,5
14	9	1,5
15	16	2,6
16	4	0,7
17	6	1,0
18	6	1,0
19	4	0,7
20	12	2,0
22	3	0,5
25	7	1,1
26	2	0,3
27	1	0,2
28	3	0,5
30	1	0,2
35	1	0,2
Não responderam	30	5,0

FONTE: Pesquisa de campo realizada em Rondonópolis em 1978.

TABELA Nº 16

TEMPO QUE O MIGRANTE DEIXOU

A ÁREA RURAL

VILAS

ANO	NÚMERO	%
- 1	52	14,0
1	38	10,2
2	45	12,0
3	33	8,8
4	39	10,4
5	30	8,0
6	25	6,7
7	16	4,3
8	15	4,0
9	14	3,7
10	7	1,9
11	6	1,6
12	4	1,1
13	1	0,3
14	6	1,6
15	10	2,7
16	5	1,3
17	3	0,8
18	3	0,8
19	3	0,8
20	6	1,6
22	2	0,5
25	2	0,5
26	2	0,5
28	1	0,3
Não Responderam	6	1,6

FONTE: Pesquisa de campo realizada em Rondonópolis em 1978.

TABELA Nº 17

TEMPO DO ENTREVISTADO NA CIDADE

CENTRO

ANO	NÚMERO	%
- 1	16	13,2
1	2	1,7
2	14	11,6
3	11	9,0
4	6	5,0
5	7	5,8
6	4	3,3
7	3	2,5
8	4	3,3
9	4	3,3
10	6	5,0
11	2	1,7
12	3	2,5
13	6	5,0
14	2	1,7
15	4	3,3
16	1	0,8
17	4	3,3
18	1	0,8
19	3	2,5
20	2	1,7
21	2	1,7
22	2	1,7
23	2	1,7
24	3	2,5
25	1	0,8
26	1	0,8
27	1	0,8
28	1	0,8
29	1	0,8
35	1	0,8
Não Responderam	1	0,8

FONTE: Pesquisa de campo realizado em Rondonópolis em 1978.

TABELA Nº 18

RAZÕES DE TER O MIGRANTE DEIXADO A ÁREA RURAL

CENTRO

RAZÕES	NÚMERO	%
Estudos para os filhos	9	19,6
Porque não tinha terras	4	8,7
Vontade de mudar de atividade	2	4,3
Porque achava que na cidade era melhor	-	-
Procurar melhorar	1	2,2
Questões relacionadas ao patrão	1	2,2
Questões familiares	4	8,7
Porque não tinha vantagem econômica	10	21,7
Questões ligadas a emprego/trabalho	1	2,2
Motivo de Doença	5	10,9
Outros	4	8,7

FONTE: Dados de pesquisa de campo realizada em Rondonópolis - 1978.

TABELA Nº 19

RAZÕES DOS TRABALHADORES RURAIS E
RESIDENTES URBANOS TEREM DEIXADO A ÁREA RURAL

RAZÕES	NÚMERO	%
Estudos	23	23,5
Porque não tinha terra	10	10,0
Por motivos de doença	3	3,1
Considerava a cidade melhor	2	2,1
Procura de melhoria	10	10,0
Questões relacionadas com patrão	0	-
Questões familiares	3	3,1
Porque não tinha lucro na área rural	6	6,1
Questões de emprego	1	1,0
Porque não gostava do lugar	1	1,0
Em branco	35	36,0
Outros	3	3,1

FONTE: Dados de pesquisa de campo realizada em Rondonópolis - 1978.

TABELA Nº 20

POSIÇÃO DO ENTREVISTADO QUANTO À
EXISTÊNCIA DE PARENTES NA CIDADE

VILAS

POSIÇÃO DO ENTREVISTADO	NÚMERO	%
Não tinham parentes na cidade de Rondonópolis, antes de migrar	162	26,4
Tinham parentes na cidade de Rondonópolis, antes de migrar	441	72,0
TOTAL	603	

CENTRO

POSIÇÃO DO ENTREVISTADO	NÚMERO	%
Não tinham parentes na cidade de Rondonópolis, antes de migrar	47	39,0
Tinham parentes na cidade de Rondonópolis, antes de migrar	70	57,8
TOTAL	117	

FONTE: Pesquisa de campo realizada em Rondonópolis - 1978.

TABELA Nº 21

TIPOS DE INTERFERÊNCIA NA OBTENÇÃO DE EMPREGO

VILAS

	TIPOS DE REFERÊNCIA	NÚMERO	%
1	O próprio	433	70,6
2	Amigo	96	15,7
3	Parente	27	4,4
4	Prefeito,Autoridade	3	0,5
5	Não Responderam	54	8,8
	T O T A L	559	-

CENTRO

	TIPOS DE REFERÊNCIA	NÚMERO	%
1	O próprio	57	47,1
2	Amigo	18	14,9
3	Parente	8	6,6
4	Prefeito,Autoridade	.2	1,6
5	Não Responderam	35	2,9
	T O T A L	85	-

FONTE: Pesquisa de campo realizada em Rondonópolis, em 1978.

TABELA Nº 22

OCUPAÇÃO ATUAL DOS MIGRANTES RURAIS, SEGUNDO CONDIÇÃO NA ÁREA RURAL

VILAS

CONDIÇÃO NA ÁREA RURAL / OCUPAÇÃO ATUAL	MEMBRO NÃO REMUN. (%)	PROP. (%)	POSSEIRO (%)	ARREND. (%)	PARCEIRO (%)	COLONO (%)	ASSAL. (%)
Dono da Atividade	-	66,7	-	33,3	-	-	-
Técnicos em geral	*	*	*	*	*	*	*
Trabalhadores do Comércio	6,2	18,7	6,2	62,5	-	-	6,2
Profissionais Liberais	*	*	*	*	*	*	*
Trabalhadores do Serviço	20,5	17,9	-	51,3	5,1	-	5,1
Trabalhadores da Construção	3,6	21,8	3,6	61,8	1,8	-	7,3
Trabalhadores de Reparação e Manutenção	12,5	6,2	-	31,2	17,5	-	37,5
Trabalhadores não Qualificados	5,5	12,1	3,3	76,8	-	-	2,2
Agricultura em Geral	1,2	12,8	2,3	57,0	4,6	1,2	20,9
Outros	*	*	*	*	*	*	*

FONTE: Pesquisa de campo realizada em Rondonópolis - 1978.

* - Valores considerados inexpressivos.

TABELA Nº 23

ENTREVISTADOS QUE POSSUEM OUTRA ATIVIDADE

VILAS

	NÚMERO	%
Sim	47	7,7
Não	558	91,0
Não Responderam	8	1,3
TOTAL	605	-

47% dos que possuem outra atividade, possuem a mesma ocupação.

CENTRO

	NÚMERO	%
Sim	8	6,6
Não	108	89,3
Não Responderam	5	4,1
TOTAL	116	-

25% dos que possuem outra atividade, possuem a mesma ocupação.

FONTE: Pesquisa de campo realizada em Rondonópolis, em 1978.

TABELA Nº 24
ENTREVISTADOS QUE POSSUEM
OUTRA FONTE DE RENDA

VILAS

	NÚMERO	%
Sim	222	36,2
Não	388	63,3
Não Responderam	3	0,5
TOTAL	610	-

CENTRO

	NÚMERO	%
Sim	26	21,5
Não	91	75,2
Não Responderam	4	3,3
TOTAL	117	-

FONTE: Pesquisa de campo realizada em Rondonópolis, em 1978.

TABELA Nº 25

OCUPAÇÃO ANTERIOR DOS MIGRANTES DE PROCEDÊNCIA URBANA

VILAS

	TIPOS DE OCUPAÇÃO	NÚMERO	%
1	Dono da atividade	17	7,1
2	Técnicos em geral	3	1,2
3	Trab. do Comércio	36	15,1
4	Profissionais liberais	4	1,7
5	Trab. dos Serviços	65	27,2
6	Trab. Construção	46	19,2
7	Trab.Reparação/Manutenção	20	8,4
8	Trab. Não Qualificados	20	8,4
9	Trab. Agric. em Geral	12	5,0
10	Outros	3	1,2
11	Não trabalhava/Não conseguiu Emprego	2	0,8
	TOTAL	239	-

FONTE: Pesquisa de campo realizada em Rondonópolis, em 1978.

TABELA Nº 26

OCUPAÇÃO ANTERIOR DOS MIGRANTES

DE PROCEDÊNCIA URBANA

CENTRO

	TIPOS DE OCUPAÇÃO	NÚMERO	%
1	Dono da atividade	11	14,7
2	Técnicos em geral	1	1,3
3	Trabalhadores comércio	10	13,3
4	Profissionais liberais	4	5,3
5	Trab. dos Serviços	15	20,0
6	Trab. Construção	3	4,0
7	Trabalhadores Reparação e Manutenção	5	6,7
8	Trabalhadores Não Qualificados	3	4,0
9	Agricultura em geral	5	6,7
10	Outros	6	8,0
11	Não trabalhava/Não conseguiu emprego	4	5,3
	TOTAL	75	-

FONTE: Pesquisa de campo realizada em Rondonópolis, em 1978.

TABELA Nº 27

OCUPAÇÃO REALIZADA NA CIDADE DE PROCEDÊNCIA, SEGUNDO O 1º EMPREGO EM RONDONÓPOLIS - VILAS

TIPOS DE OCUPAÇÃO EXERCIDAS COMO 1º EMPREGO / TIPOS DE OCUPAÇÃO EXERCIDA NA CIDADE DE PROCEDÊNCIA	DONO DE ATIVIDADE		TÉCNICO EM GERAL		TRABALHADOR DO COMÉRCIO		PROFISSIONAIS LIBERAIS		TRABALHADORES DO SERVIÇO		TRABALHADORES DE CONSTRUÇÃO		TRABALHADORES DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO		TRABALHADORES NÃO QUALIFICADOS	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Dono de Atividade	9	60,0	-	-	4	26,7	-	-	-	-	1	6,7	-	-	1	6,7
Técnico em Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhadores do Comércio	2	5,0	-	-	22	55,0	-	-	7	17,5	1	2,5	2	5,0	3	7,5
Profissionais Liberais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhadores do Serviço	2	3,1	-	-	4	6,1	2	3,1	49	75.4	3	4,6	3	3,1	2	1,5
Trabalhadores de Construção	2	4,4	1	2,2	1	2,2	-	-	1	2,2	34	75,5	-	-	4	8,9
Trabalhadores de Reparação e Manutenção	-	-	-	-	-	-	1	5,9	-	-	2	11,8	13	76,5	-	-
Trabalhadores não Qualificados	1	4,5	-	-	2	9,1	-	-	1	4,5	5	22,7	-	-	10	45,4

FONTE: Dados de pesquisa de campo realizada em Rondonópolis - 1978.

QUESTIONÁRIO

POSIÇÃO NA FAMILIA											
SEXO											
ESTADO CONJUGAL	SOLTEIRO										
	CASADO										
	VIUVO										
	AMASIADO										
IDADE											
SITUAÇÃO ESCOLAR	NUNCA FREQUENTOU										
	PAROU DE FREQUENTAR										
	FREQUENTA										
NIVEL DE INSTRUÇÃO	ANALFABETO										
	APENAS LÊ E ESCREVE										
	PRIM COMPLETO										
	PRIM. INCOMPLETO										
	GINAS. COMPLETO										
	GINAS. INCOMPLETO										
	CIENT/NORMAL COMPLETO										
	CIENT/NORMAL INCOMPLETO										
	UNIVERSITARIO										
SITUAÇÃO OCUPAÇÃO ATUAL	TRABALHA										
	NÃO TRABALHA										
	NUNCA TRABALHOU										
	NÃO PRECISA										
FORMA DE CONTRATO	CARTEIRA ASSINADA										
	CONTRATO VERBAL										
	CONTRATO ASSINADO										
TIPO DE VÍNCULO	EMPREGADO										
	EMPREGADOR										
	AUTONOMO										
	VOLANTE										
TEMPO QUE EXERCE ESTA OCUPAÇÃO	ANOS										
	MESES										
	DIAS										
QUANDO RECEBE	POR DIA										
	POR SEMANA										
	POR MES										
	QUANDO PRECISA										
LOCAL DE TRABALHO	ZONA URBANA										
	ZONA RURAL										
SALARIO MENSAL											
DENOMINAÇÃO DA OCUPAÇÃO ATUAL											

QUESTIONÁRIO

I. DADOS REFERENTES À MOBILIDADE - BAIRRO _____

1. Local de Nascimento: _____ _____ _____ _____
   Estado Município ZR ZU

2. Onde morava antes de via para a cidade de Rondonópolis ?

   _____ _____ _____ _____
   Estado Município ZR ZU

3. Há quanto tempo está na cidade de Rondonópolis ?

   _____ _____ _____
   Anos Meses Dias

A. QUESTÕES QUE SÓ SE APLICAM AOS ENTREVISTADOS QUE VIVIAM EM ÁREAS RURAIS ANTES DE VIREM PARA A CIDADE DE RONDONÓPOLIS.

1. Há quanto tempo deixou de morar na Zona Rural ?

   _____ _____ _____
   Anos Meses Dias

2. Condição de trabalho na Zona Rural:
   1) membro não remunerado da família (dependente); 2) proprietário;
   3) posseiro; 4) arrendatário; 5) parceiro; 6) colono;
   7) assalariado (diarista, mensalista, por empreitada).

3. Ano que deixou de ter ocupação na Zona Rural ?
   ano _____
   não deixou ainda _____

4. Porque deixou a área rural ? _____
   _____

5. Pretende voltar para a área rural ? _____ _____
   sim nao

6. Em que condições voltaria ? _____
   _____

B. QUESTÕES QUE SE APLICAM AOS ENTREVISTADOS QUE VIVIAM EM CIDADES ANTES DE VIREM PARA RONDONÓPOLIS.

1. Tipo de ocupação exercida na cidade que viveu antes de Rondonópolis ?

_____

2. Porque deixou esta cidade ? _____

_____

3. Pretende voltar para esta cidade ? _____ sim _____ nao

4. Em que condições voltaria ? _____

_____

C. QUESTÕES QUE SE APLICAM A TODOS OS ENTREVISTADOS QUE SEJAM MIGRANTES.

1. Porque escolheu a cidade de Rondonópolis ? _____

_____

2. Através de quem conseguiu emprego em Rondonópolis ?
1) êle mesmo; 2) amigo; 3) parente; 4) prefeito e autoridade.

3. Quando chegou na cidade ficou algum tempo sem emprego ?

_____ sim _____ nao

4. Teve dificuldade de conseguir emprego em Rondonópolis ?

_____ sim _____ nao

5. Qual o primeiro emprego que obteve na cidade de Rondonópolis ? _____

_____

6. Quando veio para Rondonópolis tinha alguém da família, amigos que já moravam aqui ?

_____ sim _____ nao

II. RONDONÓPOLIS

1. Na sua opinião a cidade de Rondonópolis oferece dificuldade ou facilidade para o senhor e sua família, em têrmos de:

	DIFICULDADE	FACILIDADE
1. trabalho	.....	.....
2. educação	.....	.....
3. tratamento de saúde	.....	.....
4. moradia	.....	.....
5. diversão	.....	.....
6. transporte	.....	.....
7. amizade	.....	.....

2. Acha que a cidade está crescendo ? _____ sim _____ nao

Porque ? _____

_____

3. A situação de trabalho melhorou ou piorou nos últimos 5 anos em Rondonópolis ? 1) piorou; 2) melhorou; 3) não sabe; 4) a mesma coisa.

4. Em termos de trabalho, o senhor tem plano para o futuro aqui em Rondonópolis ? _____ sim _____ nao

Quais os planos ? _____

_____

5. O senhor acha que a cidade oferece futuro bom para seus filhos de forma que eles possam morar e trabalhar ? _____ sim _____ nao

6. Tem intenção de mudar daqui ? _____ sim _____ nao

Para onde ? _____ Estado _____ Município _____ Zona Rural / Urbana

7. Porque quer mudar ? _____

8. Porque não quer mudar ? _____

_____

9. Conhece pessoas que ficaram desempregadas ? _____ sim _____ nao

III. CARACTERIZAÇÃO DO DOMICÍLIO.

1. Número de pessoas que moram no domicílio ? _____

2. Material predominante: 1) alvenaria; 2) madeira; 3) material aproveitado.

3. É rebocado ? _____ sim _____ nao _____ em parte

4. Tem pintura ? _____ sim _____ nao _____ em parte

5. Piso existente. 1) terra batida; 2) revestida em parte; 3) revestido totalmente.

6. Como é a cobertura? 1) cerâmica; 2) eternit; 3) zinco; 4) palha; 5) material aproveitado.

7. Existe forro ? _____ sim _____ nao _____ em parte

8. Origem do abastecimento d'água. 1) rede d'água; 2) poço ou cisterna; 3) rio, córrego, etc.; 4) ponto d'água coletivo; 5) outro.

9. Tipo de iluminação utilizada. 1) luz elétrica; 2) lampião a gás; 3) lampião de querosene; 4) vela; 5) outro

10. Quais os tipos de dependências do domicílio ?

Tipo	nº
Sala	.....
Quarto	.....
Cozinha	.....

11. Instalação sanitária:

A. 1 interna
2 externa

C. A água é encanada ? _____ sim _____ nao

B Nº _____

D. A instalação de esgoto é:
1. fossa negra
2. fossa séptica

IV. CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA

1. Quanto tempo faz que a família mora neste domicílio ?

_____ anos _____ meses _____ dias

2. Onde ficam as crianças pequenas quando todos saem para trabalhar fora?

1. não tem crianças pequenas
2. a mão dificilmente sai de casa
3. ficam em casa sózinhas
4. ficam em casa com crianças maiores ou parentes
5. com a vizinha (não paga)
6. são levadas para o trabalho
7. com pessoas pagas para cuidar

3. Quem normalmente lava a roupa ? 1) a mulher do chefe; 2) outra pessoa da família; 3) uma terceira pessoa, paga para o serviço.

4. Quem prepara a comida ? 1) a mulher do chefe; 2) outra pessoa da família; 3) uma terceira pessoa, paga para o serviço.

5. Os artigos de vestuário que a família consome são todos comprados ?

_____ sim _____ não

6. Se não os compra, como adquire ? 1) ganha de entidades assistenciais; 2) ganha de conhecidos (patrão); 3) outro _____

7. Além do seu salário, tem outra fonte de renda ? _____ sim _____ nao

8. Qual ? 1) venda de horta; 2) venda de criação; 3) renda de propriedade; 4) ajuda de parente/família; 5) caderneta de poupança; 6) outro _____

9. Há necessidade que seus filhos trabalhem para ajudar a manter a casa?

_____ sim _____ nao _____ nao se aplica

10. Quando o seu salário não cobre as despesas, o que o senhor faz ?

	Quantas vezes este ano
1. o salário sempre cobre apertado	_____
2. o salário sempre cobre	_____
3. o salário sempre sobra um pouco	_____
4. vende objeto	_____
5. recorre a um amigo	_____
6. pega outro serviço	_____
7. faz horas extras	_____
8. retira de alguma economia	_____
9. recebe ajuda de familiares (pai,mãe,filho)	_____
10. fica devendo ao armazém	_____
11. outros	_____

V. DADOS GERAIS SOBRE TRABALHO ATUAL

Atenção: As perguntas só se aplicam a quem estiver trabalhando.

1. Além da sua ocupação principal, tem outra atividade ?

_____ sim _____ nao Qual ? _____

2. Tem obrigação de chegar no trabalho numa hora certa? _____ sim _____ nao

Quando não chega é descontado? _____ sim _____ nao

3. Trabalha o mês inteiro ? _____ sim _____ nao

4. Quantos dias trabalha na semana ? _____ dias

5. Quantas horas trabalha por dia ? _____ horas

6. O senhor sai pela manhã para o trabalho e volta: 1) para o almoço; 2) para o jantar; 3) não tem dia certo para voltar.

7. Tem emprêgo fixo ? _____ sim _____ nao

8. Trabalha aos domingos ? _____ sim _____ nao

9. Como se desloca para o trabalho ? 1) condução própria; 2) coletivo; 3) condução da firma; 4) bicicleta; 5) carona; 6) charrete; 7) cavalo; 8) a pé.

10. Quando vai a pé para o trabalho é por: 1) questão de economia; 2) falta de transporte urbano; 3) falta condução própria; 4) falta condução da empresa; 5) não ter dinheiro para o ônibus; 6) por ser perto; 7) outro _____

11. Tem bom relacionamento com colegas no trabalho ? _____ sim _____ nao

12. Idem com o patrão ? _____ sim _____ nao _____ não se aplica

13. Tem direito a férias ? _____ sim _____ nao _____ não se aplica

14. Já tirou férias ? _____ sim _____ nao

15. Está satisfeito com o trabalho aqui ? _____ sim _____ nao

16. Porque ? 1) salário; 2) ambiente de trabalho; 3) relacionamento com o patrão; 4) tipo de trabalho; 5) assistência social; 6) já está acostumado; 7) outros _____

17. Já ficou desempregado em Rondonópolis ? _____ sim _____ nao

VI. DESEMPREGO

Atenção: As perguntas só se aplicam a quem já tenha estado ou esteja desempregado em Rondonópolis.

1. Quando ficou desempregado ? _____ ano _____ mês

2. Quanto tempo permaneceu nesta situação ? _____ anos _____ meses _____ dias

3. O que fazia para manter a casa no tempo que ficou desempregado ? _____

4. Teve problema de falta de dinheiro quando ficou desempregado ?

_____ sim _____ nao

5. Recebeu ajuda em dinheiro de alguém quando ficou desempregado ?

_____ sim _____ nao

6. É comum ficar desempregado ? _____ sim _____ nao

7. Quantas vezes ficou desempregado no ano que passou (1977) ? _____

8. Quando vai procurar novo emprego é através de quem ? 1) ele mesmo; 2) amigos; 3) parentes; 4) prefeito/autoridade; 5) meios de comunicação.

9. Quais as 5 últimas atividades que exerceu ? _____

VII. PESSOAS QUE SE UTILIZAM DA CIDADE COMO DOMICÍLIO E MANTÉM RELAÇÃO DE TRABALHO NO MEIO RURAL EM ALGUM PERÍODO DO ANO.

1. Qual a sua ocupação na área rural ? _____

2. Quem o contrata ? 1) fazendeiro; 2) empreiteiro; 3) firma; 4) outro _____

7. Pretende largar totalmente a atividade do campo e ter atividade urbana ?

_____ sim _____ nao

8. Já tentou alguma vez trabalhar na área urbana e não conseguiu ?

_____ sim _____ não

9. O senhor se utiliza da cidade para:

	nunca	de vez em quando	raramente	sempre	não se utiliza
transporte	___	____	____	___	____
cinema	___	____	____	___	____
c. para vestuário	___	____	____	___	____
c. para alimentação	___	____	____	___	____
médico / dentista	___	____	____	___	____
Posto de saúde (hosp.)	___	____	____	___	____
igreja	___	____	____	___	____
outros	___	____	____	___	____

ANOTAÇÕES

3- Trabalha sempre na mesma propriedade (ou patrão) ? _____ sim _____ nao

4. Quais os meses do ano que tem mais trabalho na área rural ? _____

_____

Qual atividade ? _____

5. Trabalha o ano todo na área rural ? _____ sim _____ nao

6. Quando o senhor não trabalha na área, costuma pegar serviço na cidade ? _____ sim _____ nao _____ mês _____ atividade

7. Onde recebe maior salário ? _____ na cidade _____ na área rural

Onde gosta mais de trabalhar ? _____ na cidade _____ na área rural

VIII. QUESTÕES QUE SE APLICAM AO TRABALHADOR RURAL E TAMBÉM AO FAZENDEIRO

1. Voltaria a morar com sua família na área rural ? _____ sim _____ nao

2. Porque sim ? _____

_____

3. Porque não ? _____

_____

4. Existe vantagem em morar na cidade e trabalhar na área rural ?

sim _____ Qual _____

_____

não _____ Qual _____

_____

5. Porque o senhor mora na cidade e continua trabalhando no campo ? _____

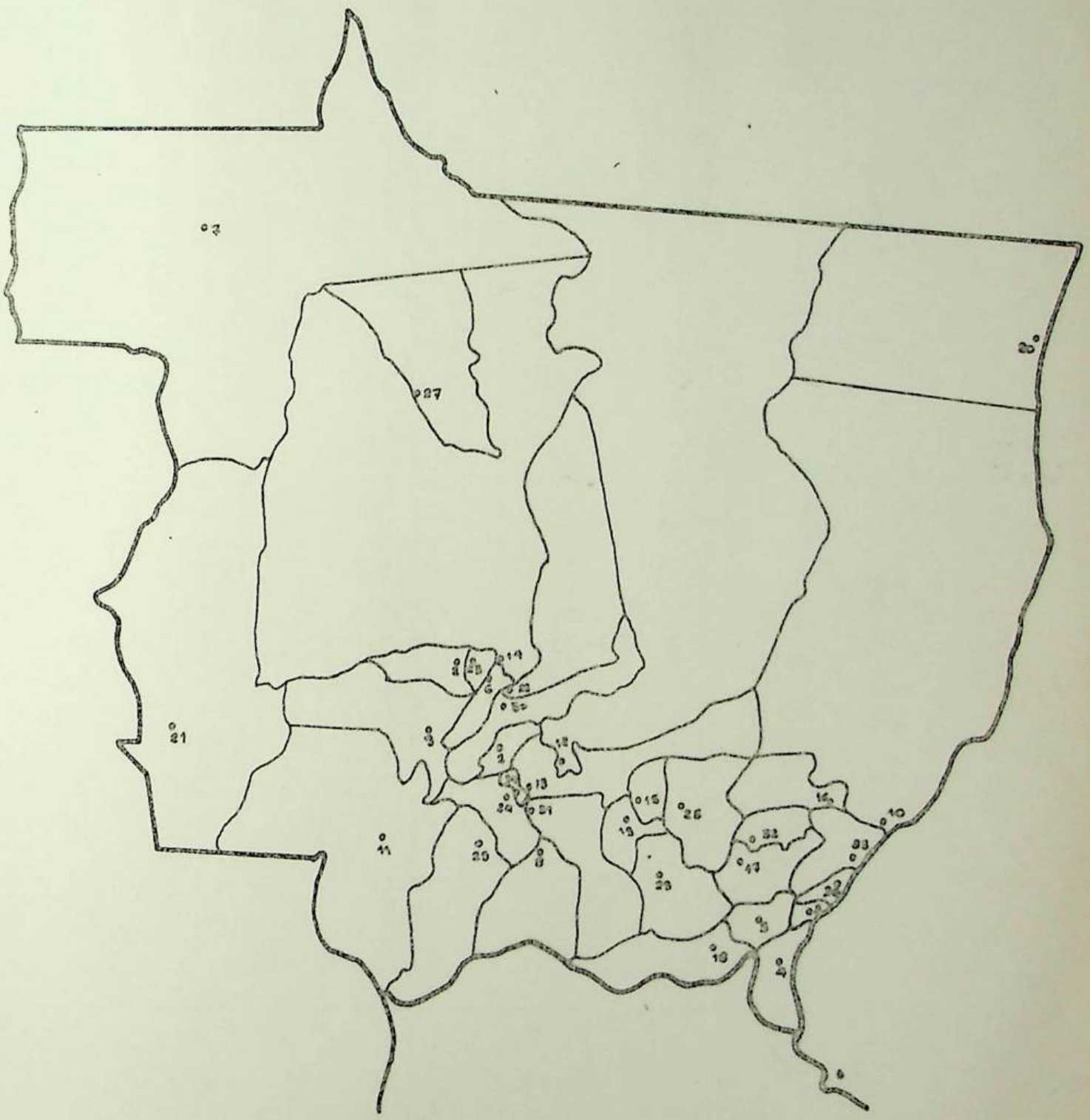
_____

6. Porque o senhor não mora no campo ? _____

APÊNDICE Nº 4

RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

01. Acorizal
02. Arenápolis
03. Araguainha
04. Alto Araguaia
05. Alto Garça
06. Alto Paraguai
07. Aripuanã
08. Barão de Melgaço
09. Barra do Bugres
10. Barra do Garças
11. Cáceres
12. Chapada dos Guimarães
13. Cuiabá
14. Diamantino
15. Dom Aquino
16. General Carneiro
17. Guiratinga
18. Itiquira
19. Jaciara
20. Luciara
21. Mato Grosso
22. Nobres
23. Nortelândia
24. Nossa Senhora do Livramento
25. Poconé
26. Ponte Branca
27. Porto Gancho
28. Poxoréo
29. Rondonópolis
30. Rosário Oeste
31. Santo Antonio do Leverger
32. Tesouro
33. Torixoréo
34. Várzea Grande

ESTADO DE MATO GROSSO

APÊNDICE Nº 4